



EDITAL Nº 2124683/2026

Rio de Janeiro, 17 de junho de 2026.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/26

| | |
|---------------------------------|--|
| Contratante | DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (DPRJ) - UASG 927919 |
| Objeto | SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DE FROTA PARA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E LAVAGEM DE VEÍCULOS DE FORMA CONTINUADA, JUNTO À REDE DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS |
| Valor da contratação (36 meses) | Item 1: R\$ 358.661,51 Item 2: R\$ 283.201,46 Valor global: R\$ 641.862,97 |
| Data da Sessão Pública | 08/07/2026 - 11:00H |
| Critério de julgamento | MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO (por item) |
| Modo de disputa | Aberto |
| Preferência ME/EPP/equiparadas | Sim |
| Portal | www.compras.gov.br |

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO
2. OBJETO
3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
4. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
5. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
6. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
7. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
8. FASE DE HABILITAÇÃO
9. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
10. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
11. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
12. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.
13. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
14. RECURSOS
15. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
16. DISPOSIÇÕES GERAIS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/26

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (DPRJ), inscrita no CNPJ sob o nº 31.443.526/0001-70, com sede na Avenida Marechal Câmara nº 314, Centro – Rio de Janeiro/RJ CEP: 20.020-080, torna público que, devidamente autorizada pelo Subdefensor Público-Geral de Gestão, DR. **FLAVIO EDUARDO LETHIER RANGEL**, na forma do disposto no processo administrativo nº **E-20/001.002162/2025**, será realizada licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO**, que será regido pelas Lei Federais nº 14.133, DE 1º de abril de 2021, pela Lei Estadual nº 287, de 4 de dezembro de 1979, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pela Resolução DPGERJ Nº 1202 de 18 de Janeiro de 2023, Resolução DPGERJ nº 1183/2022, disposições legais aplicáveis e pelo disposto no presente edital.
- 1.2. A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.compras.gov.br, no dia e hora indicados no início deste Edital, e será conduzida pelo pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, todos designados nos autos do processo em epígrafe.
- 1.3. As retificações deste Edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas em todos os veículos em que se deu a publicação originária, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.
- 1.4. O Edital e seus anexos estão disponíveis no endereço eletrônico www.compras.gov.br, no portal da DPRJ (<https://transparencia.rj.def.br/licitacoes-contratos-convenios/licitacoes>) e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme o art. 54 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.5. Na forma do Art. 6, Inc. XXXVIII, combinado com o Inc. XLI da Lei Federal 14.133/21, o critério de julgamento escolhido para a contratação é o de "**maior desconto**", sendo o critério de aceitabilidade da proposta o preço máximo estimado por item.

2. OBJETO

- 2.1. O objeto deste pregão é a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DE FROTA PARA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E LAVAGEM DE VEÍCULOS, DE FORMA CONTINUADA, JUNTO À REDE DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 2.2. A descrição detalhada do objeto encontra-se nos itens 1 e 3 do Anexo I - Termo de Referência.

- 2.3. O local e condições de recebimento do objeto licitado são previstos no item 4 do Anexo I - Termo de Referência.
- 2.4. A licitação será realizada por itens.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.compras.gov.br), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.5. A participação neste certame **NÃO** é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior, quando aplicável, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. A exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte, quando houver, busca fomentar a competitividade e possibilita maior participação de pequenos negócios, sem comprometer a vantajosidade econômica para a Administração.
- 3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas (caso permitida a participação) mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 3.7. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar do certame em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante, na qualidade de pessoa física ou de representante de pessoa jurídica;
- 3.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.
- 3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta de preços conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição, preenchendo o Anexo III deste Edital;
- 4.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradado ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O licitante organizado em cooperativa (caso permitida a participação) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (caso permitida a participação) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021, preenchendo o Anexo V deste Edital.
- 4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, caso exista, a marcação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva, caso possuam, para microempresas e empresas de pequeno porte, a marcação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (caso permitida a participação).
- 4.6. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 (subitens) ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente no art. 156, e neste Edital, podendo resultar em advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Poder Público.
- 4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- 4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;
- 4.11.2. apresentação de proposta com preço distinto para o mesmo item;
- 4.11.3. apresentação de proposta com quantitativo inferior ao total licitado e
- 4.11.4. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor/percentual de desconto;
- 5.1.2. **INFORMAMOS QUE O VALOR OFERTADO DEVERÁ CONSIDERAR O PERÍODO CONTRATUAL DE 36 (MESES), TENDO EM VISTA O PRAZO ESTABELECIDO NO ITEM 9.1 DO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I DO EDITAL).**
- 5.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 5.9.
- 5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. ABERTURA DA SESSÃO, FORMULAÇÃO DE LANCES E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.1.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.1.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 6.1.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.1.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.1.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.1.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.1.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.1.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.
- 6.1.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.1.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.1.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,1% (um décimo por cento).
- 6.1.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.1.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.1.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.1.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.1.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.1.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.1.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.1.11.6. Em caso de empate entre duas ou mais propostas (lances), serão utilizados os critérios de desempate estabelecidos no artigo 60 da Lei nº 14.133/21.
- 6.1.11.7. Permanecendo o empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o artigo 60 da Lei nº 14.133/21, será realizado sorteio das propostas (lances) empatadas a ser realizado no sistema Compras.gov.br.

6.2. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 6.2.1. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.2.2. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.2.3. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.2.4. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.2.5. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.2.6. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.2.7. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, caso possuam, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.2.7.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.2.7.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.2.7.3. Verificado o empate ficto, o(a) Pregoeiro(a) agendará o respectivo julgamento com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, mediante publicação de aviso no sistema Compras.gov, informando a data e horário do evento.

6.2.7.4. O prazo de 24 (vinte e quatro) horas previsto no item anterior não engloba a convocação realizada imediatamente após a etapa de disputa de preços.

6.2.7.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.2.7.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.2.8. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.2.8.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.2.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.2.8.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.2.8.4. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 4 (quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.2.8.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.2.9. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. Uma vez recebidos os documentos, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.1.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.1.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.1.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.1.2.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.2. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

7.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) contiver vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.6. No caso de bens e serviços em geral, é indicio de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.8. Durante a fase de lances será informado o valor estimado pela administração, a fim de que todos os licitantes possam apresentar propostas dentro do valor estimado. Será informado, ainda, pelo pregoeiro o valor unitário máximo admitido para cada item, com vistas à adequação dos valores ofertados pelo licitante classificado em primeiro lugar, sob pena de inabilitação caso algum exceda o máximo admitido.

7.8.1. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.9. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.10. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.11. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando a assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13.3. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos de habilitação são os indicados no item 9, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

- 8.2. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 8.3. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme Anexo V deste Edital
- 8.4. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.4.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 8.5. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 8.5.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 8.6. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.6.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de vinte e quatro horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.6.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.7. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.7.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante melhor classificado.
- 8.7.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (Lei 14.133/2021, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º), conforme entendimento do Acórdão TCU nº 1211/2021 – Plenário, para:
- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.9. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.6.1.
- 8.11. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.12. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 8.13. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 9.1. Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:
- a) Cédula de identidade e CPF dos sócios ou diretores;
- b) Registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;
- c) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com todas as alterações ou consolidação respectiva;
- d) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092 da Lei Federal nº 10.406/02, deverá mencionar, no Contrato Social, por força do art. 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração;
- g) Ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o Estatuto com a ata da assembleia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa (caso permitida a participação).
- 9.2. **HABILITAÇÃO TÉCNICA**
- 9.3. Para fins de comprovação da qualificação técnica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:
- 9.3.1. Um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa, que comprove(m) a execução atual ou pretérita de serviços de administração e gerenciamento compartilhado de frota, para manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e mão de obra, e ainda, lavagem e higienização veicular, considerando cada item em separado para fim de análise.
- 9.4. **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**
- 9.4.1. Para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:
- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:
- c.1) Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991;
- c.2) Fazenda Estadual: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;
- c.2.1) Caso o licitante esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;
- c.3) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição municipal;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.
- f) declaração de que não possui em seu quadro funcional nenhum menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, consoante art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, na forma do Anexo IV deste Edital
- g) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disciplina o art. 63 §1º da Lei nº 14.133/21.
- h) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, conforme Anexo V deste Edital, relativo ao atendimento à lei 7.258/2016.
- 9.4.2. Na hipótese de cuidar-se de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte, na forma da lei, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura do Contrato, caso se sagre vencedora na licitação.

9.4.2.1. Caso a documentação apresentada pela Microempresa ou pela Empresa de Pequeno Porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da declaração do vencedor do certame (no momento imediatamente posterior à fase de habilitação), para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas que tenham efeito negativo.

9.4.2.2. O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, a critério exclusivo da Administração Pública.

9.4.2.3. A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

9.5. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06

9.5.1. Caso o licitante se enquadre como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá apresentar declaração de que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14/12/06, em especial quanto ao seu artigo 3º, na forma do Anexo V - Declaração para Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, empresário individual e cooperativas (caso permitida a participação) enquadradas no art. 34, da lei nº 11.488, de 2007.

9.6. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.6.1. Para fins de comprovação de qualificação econômico-financeira, o licitante detentor da proposta ou lance de maior desconto deverá apresentar os seguintes documentos:

9.6.1.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, caso se trate de pessoa jurídica (Lei nº 14.133/21, art. 69, caput, inciso II), ou certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021);

9.6.1.2. Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial;

9.7. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 180 (cento e oitenta) dias, contados de sua expedição.

9.8. Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo Subdefensor Público-Geral de Gestão, na hipótese de inexistência de recursos, ou pelo Defensor Público-Geral na hipótese de existência de recursos.

9.9. Se o licitante desatender às exigências previstas neste item, o pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

10. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa o proponente/contratado que praticar as condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e Resolução DPGERJ Nº 1202 de 18 de Janeiro de 2023, quais sejam:

10.1.1. dar causa à inexecução parcial da Ata/contrato;

10.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

10.1.9. fraudar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os proponentes, em qualquer momento, mesmo após o encerramento da fase de lances.

10.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

10.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

10.2. O proponente/contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 0,5% a 30% (meio a trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta, por qualquer das infrações dos subitens 10.1.1 a 10.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos limites do art. 156, inciso III, §4º da Lei nº 14.133/2021, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.7 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos limites do art. 156, inciso IV, §5º da Lei nº 14.133/2021, nos casos dos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.5. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.7. A apuração e o julgamento das infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão rito normal, na forma da Resolução DPGERJ Nº 1202 de 18 de Janeiro de 2023.

10.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao proponente/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999, além da Resolução DPGERJ nº 1202/2023.

10.9. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Edital, bem como no item 12 do Termo de Referência (anexo I).

11. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital de Licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: do endereço eletrônico nulic@defensoria.rj.def.br, até o final do último dia do prazo referido.

11.3.1. Tanto as respostas às impugnações quanto os pedidos de esclarecimentos serão divulgados no endereço eletrônico da DPRJ, www.defensoria.rj.def.br, ficando as empresas interessadas em participar do certame obrigadas a acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 12.1. Não sendo interposto recurso, o Subdefensor Público-Geral de Gestão adjudicará o objeto do certame ao arrematante, com a posterior homologação do resultado. Havendo interposição de recurso, após o julgamento, o Defensor Público-Geral adjudicará e homologará o procedimento.
- 12.2. Uma vez homologado o resultado da licitação, o licitante vencedor será convocado, eletronicamente, para assinatura do contrato.
- 12.2.1. O prazo para assinatura do contrato é de 72 (setenta e duas) horas após a convocação.
- 12.2.2. Deixando o adjudicatário de assinar o contrato no prazo fixado, poderá a DPRJ, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, convocar os licitantes remanescentes que tiverem sido habilitados, na respectiva ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 12.3. Em cumprimento ao previsto do art. 12, inciso II, da Resolução nº 914 de 28/12/2017 da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, o adjudicatário, assim como os licitantes que reduziram seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, para a formação do Cadastro de Reserva se comprometem a proceder o imediato cadastro como usuário externo no sistema SEI! por meio do link "https://sei.rj.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0", clicando em "Clique aqui se você ainda não está cadastrado", lendo atentamente o texto inicial apresentado e preenchendo o formulário em seguida. (dados solicitados)
- 12.3.1. Em seguida, os interessados deverão:
- 12.3.2. Baixar o Termo de Declaração de Concordância e Veracidade (https://sistemas.rj.def.br/publico/sarova.ashx/Portal/sarova/imagem-dpge/public/arquivos/Termo_de_Declara%C3%A7%C3%A3o_de_Concord%C3%Aancia_e_Veracidade.pdf);
- 12.3.3. Preencher e assinar o Termo de Declaração de Concordância e Veracidade;
- 12.4. O adjudicatário e os licitantes que reduziram seus preços ao valor da proposta melhor classificada deverão optar entre encaminhar a documentação por via:
- 12.4.1. **Postal**, para o endereço: Av. Marechal Câmara, 314 - Centro, Rio de Janeiro – RJ - CEP 20020-080), com os seguintes documentos:
- a) Original do Termo de Declaração de Concordância e Veracidade preenchido e assinado;
- b) Cópia autenticada em cartório do documento de identificação civil no qual conste CPF.
- 12.4.2. **Eletrônica**, para o endereço eletrônico: codoc@defensoria.rj.def.br, com cópia para nucont@defensoria.rj.def.br, com o seguinte documento:
- a) Termo de Declaração de Concordância e Veracidade original (digital) preenchido e assinado eletronicamente pelo próprio usuário externo, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2/2011 ou norma que venha a substituí-la. Neste caso, fica dispensada a apresentação do documento de identidade, uma vez que a autenticidade da assinatura será verificada pela validação da cadeia da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira.
- 12.4.3. Na hipótese do item 12.4.2 - quando o documento for enviado por meio eletrônico (sem assinatura com certificado digital) -, a Coordenação de Gestão Documental estará autorizada a validar o cadastro do usuário externo desde que conste em processo eletrônico do SEI da DPRJ a seguinte documentação:
- a) Termo de declaração de concordância e veracidade original preenchido;
- b) Cópia de identidade;
- c) Documento no SEI assinado por usuário servidor ou defensor público da DPRJ, indicando que os documentos apresentados pelo usuário conferem com o original.
- 12.4.4. Para os membros de Entidades Públicas Federal, Estadual ou Municipal, a autenticidade do documento de identidade poderá ser suprimida mediante a apresentação da cópia de Ato de investidura do agente público na administração.
- 12.5. Verificar se os dados preenchidos estão corretos, confirmar e aguardar o recebimento do e-mail de confirmação;
- 12.5.1. Enviar o termo assinado junto com a cópia da identidade encaminhados de forma digital (digitalizado) para o e-mail codoc@defensoria.rj.def.br com cópia para nucont@defensoria.rj.def.br.
- 12.6. É de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA manter o cadastro acima mencionado atualizado, devendo informar por escrito, quaisquer alterações do endereço de e-mail cadastrado para fins de recebimento de notificações.
- 12.7. As notificações às licitantes e adjudicatárias serão efetuadas no endereço de e-mail cadastrado no Compras.Gov; inclusive as decorrentes de procedimentos destinados a apurar a responsabilidade destes nos termos dos art. 90 §5º da Lei nº 14.133/2021, visando à aplicação de penalidade administrativa.

13. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 13.1. O pagamento será efetuado mensalmente mediante crédito em conta até 30 (trinta) dias após o atesto do documento de cobrança (Nota Fiscal) correspondente aos serviços realizados no mês anterior.
- 13.2. Os pagamentos serão efetuados, preferencialmente, por meio de crédito em conta corrente da CONTRATADA NO BRADESCO (instituição financeira contratada pela DPRJ), cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário na proposta detalhe.
- 13.3. Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelos agentes competentes.
- 13.4. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do FORNECEDOR, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.
- 13.5. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao FORNECEDOR, sofrerão a incidência de atualização financeira com base no IPCA, nos termos do art. 92, inciso V da Lei nº 14.133/2021, e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculado pro rata die. Aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste Edital serão feitos mediante desconto de 0,5% (meio por cento) ao mês pro rata die.
- 13.6. O FORNECEDOR deverá emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.
- 13.7. O licitante cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SEFAZ nº 971/2016, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.
- 13.8. A DPRJ não pagará juros de mora por atraso de pagamento de nota fiscal, quando houver ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas das condições de entrega do produto.
- 13.9. Do montante devido a CONTRATADA, poderão ser deduzidos os valores correspondentes a multas ou indenizações impostas pela Administração.

14. RECURSOS

- 14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.
- 14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 14.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 14.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 14.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 14.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 14.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.defensoria.rj.def.br.

15. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos necessários para as contratações correrão por conta:

PROGRAMA DE TRABALHO: 11610.03.122.0002.2016

NATUREZA DA DESPESA: 339039

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico da DPRJ, <https://transparencia.rj.def.br/licitacoes-contratos-convenios/licitacoes>.
- 16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

| | |
|--------------------|--|
| ANEXO I | Termo de Referência |
| ANEXO II | Proposta Detalhe |
| ANEXO III | Modelo de Declaração de Atendimento ao disposto no art. 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal |
| ANEXO IV | Modelo de Declaração de Atendimento ao disposto na Lei 7.258/2016 |
| ANEXO V | Modelo de Declaração de Enquadramento da Empresa Licitante como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte |
| ANEXO VI | Declaração de Elaboração Independente de Proposta |
| ANEXO VII | Declaração de Inexistência de Penalidade |
| ANEXO VIII | Modelo de Declaração em Atendimento ao § 1º, Art. 63 de Lei Federal 14.133/2021 |
| ANEXO X | Minuta Contratual |
| Anexo I (Contrato) | Termo de Compromisso à Proteção de Dados Pessoais |
| ANEXO XI | Documento de Oficialização de Demanda (DOD) |
| ANEXO XII | Estudo Técnico Preliminar (ETP) |
| ANEXO XIII | Análise de Riscos |



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIO EDUARDO LETHIER RANGEL**, Subdefensor Público Geral de Gestão, em 17/06/2026, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2124683** e o código CRC **8E2B1472**.

ANEXOS AO EDITAL**ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA**

O TR ENCONTRA-SE AO FINAL DO DOCUMENTO

ANEXO II**PROPOSTA DETALHE**

| SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL PROPOSTA DETALHE | | | ANEXO II Licitação por Pregão Eletrônico nº 90012/26 A Realizar-se: 08/07/2026 - 11:00H Processo nº E-20/001.002162/2025 | | | | |
|---|----------------------------|--|---|-----|--------------|-------------|-------|
| A firma ao lado mencionada propõe fornecer à DPRJ , pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições estipuladas constantes do EDITAL. | | | CARIMBO DA FIRMA | | | | |
| ITEM | NÚMERO DE ESTOQUE (CATSER) | ESPECIFICAÇÃO | UNID. | QTD | MARCA/MODELO | PREÇO (R\$) | |
| | | | | | | UNIT. | TOTAL |
| 1 | 25216 | Mão de Obra e Peças para Manutenção Veicular | Serviço | 1 | | | |

| | | | | | | | |
|--|-------|--|--|---|--|--|--|
| | | PERCENTUAL DE DESCONTO (%): VALOR UNITÁRIO (R\$): VALOR TOTAL (R\$): | | | | | |
| 2 | 13544 | Lavagem e Higienização Veicular (Básica e Completa) PERCENTUAL DE DESCONTO (%): VALOR UNITÁRIO (R\$): VALOR TOTAL (R\$): | Serviço | 1 | | | |
| Observações 1ª A PROPOSTA DETALHE deverá: - ser preenchida integralmente por processo mecânico ou eletrônico, sem emendas e rasuras; - conter os preços em algarismos por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais. 2ª – O proponente se obrigará, mediante devolução da PROPOSTA DETALHE, a cumprir os termos nela contidos. 3ª – A licitação mediante PROPOSTA DETALHE poderá ser anulada no todo, ou em parte, de conformidade com a legislação vigente. 4ª – Caso o Termo de Referência contenha anexo específico relativo à Proposta Detalhe, este deverá ser apresentado juntamente com o presente Anexo II. | | | Prazo de entrega: De acordo com o Termo de Referência Validade da Proposta - Detalhe: preços válidos por 60 (sessenta) dias úteis. Local de entrega/execução: conforme o Termo de Referência. Declaramos inteira submissão ao presente termo e legislação vigente. Em ____/____/_____. FIRMA PROPONENTE | | | | |
| DATA / / | | | FIRMA PROPONENTE – ASSINATURA DO RESPONSÁVEL | | | | |

| SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL PROPOSTA DETALHE | | | ANEXO II Licitação por Pregão Eletrônico nº 90012/26 A Realizar-se: 08/07/2026 - 11:00H Processo nº E-20/001.002162/2025 | | | |
|--|-------------------|--|--|-----|-------|-------|
| A firma ao lado mencionada propõe fornecer à DPRJ, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições estipuladas constantes do EDITAL. | | | CARIMBO DA FIRMA | | | |
| ITEM | NÚMERO DE ESTOQUE | ESPECIFICAÇÃO | UNID. | QTD | PREÇO | |
| | | | | | UNIT. | TOTAL |
| | | DADOS BANCÁRIOS /LICITANTE: <u>Banco (Nome/Número)</u> <u>Ag. (Nome/número)</u> <u>Conta Corrente nº:</u> INFORMAÇÕES PARA FATURAMENTO: <u>DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO</u> <u>– DPRJ</u> <u>CNPJ: 31.443.526/0001-70</u> <u>INSC. ESTADUAL: ISENTO</u> <u>END: Av. Marechal Câmara, 314 – Centro, Rio de Janeiro/RJ CEP: 20.020-080.</u> | | | | |
| Observações 1ª A PROPOSTA DETALHE deverá: - ser preenchida integralmente por processo mecânico ou eletrônico, sem emendas e rasuras; - conter os preços em algarismos por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais. 2ª – O proponente se obrigará, mediante devolução da PROPOSTA DETALHE, a cumprir os termos nela contidos. 3ª – A licitação mediante PROPOSTA DETALHE poderá ser anulada no todo, ou em parte, de conformidade com a legislação vigente. 4ª – Caso o Termo de Referência contenha anexo específico relativo à Proposta Detalhe, este deverá ser apresentado juntamente com o presente Anexo II. | | | Prazo para execução: Conforme ANEXO I. Validade da Proposta - Detalhe: preços válidos por 60 (sessenta) dias úteis. Local para execução: Conforme Edital e ANEXO I. Declaramos inteira submissão ao presente termo e legislação vigente. Em: / / | | | |
| DATA / / | | | FIRMA PROPONENTE – ASSINATURA DO RESPONSÁVEL | | | |

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ART. 7º, XXXIII DA CF/88

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA DECLARAÇÃO

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital do **Pregão Eletrônico nº 90012/26**, promovido por essa DPRJ, na Avenida Marechal Câmara nº 314, Centro – Rio de Janeiro/RJ CEP: 20.020-080, que a empresa (Nome Completo) – CNPJ nº , com sede (ou domicílio) no (endereço completo), por mim representada, não possui em seu quadro funcional nenhum menor de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de 16 (dezesseis) anos, em obediência ao art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

Local, de de .
(assinatura, nome completo, cargo, CPF, doc. de identidade)

NOTA: Se for o caso, o licitante deverá declarar também que possui menores de 14 (catorze) anos em seu quadro funcional na categoria de aprendiz.

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO À LEI 7.258/2016

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital do **Pregão Eletrônico nº 90012/26**, na Av. Marechal Câmara, 314 – 3º andar – Centro, Rio de Janeiro – RJ, que a firma _____ (Nome Completo) – CNPJ nº _____, com sede (ou domicílio) no (endereço completo), por mim representada, atende ao disposto na Lei 7.258/2016, apresentando um efetivo de _____ empregados

Local, _____ de _____ de _____

(assinatura, nome completo, cargo, CPF, doc. de identidade)

ANEXO V

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

.....(razão social do licitante) inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr. (a.), portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no Edital do **Pregão Eletrônico nº 90012/26**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006. Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Declaro também, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não ter celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do artigo 4º, § 2º da Lei Nº 14.133/21.

..... (data)

..... (representante legal)

OBS. Assinalar com um “X” a condição da empresa. Este formulário deverá ser preenchido pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE), como representante devidamente constituído de (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE), doravante denominado LICITANTE, para fins do disposto no **Edital nº PE nº 90012/26**, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do código Penal Brasileiro, que:

a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutida com ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou qualquer pessoa;

c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;

d) Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) Que o conteúdo da proposta anexa não foi no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO antes da abertura oficial das propostas e;

f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local, de de .
(assinatura, nome completo, cargo, CPF, doc. de identidade)

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE

Local e data

À Comissão de Pregão a/c Sr. Pregoeiro (a)

Referente ao **Pregão Eletrônico nº 90012/26**

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na(endereço completo) _____, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, expedida por _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem.

ENTIDADE (nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is))

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)

ANEXO VIII**MODELO DE DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO AO § 1º, ART. 63 DA LEI FEDERAL 14.133/2021**

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital do **Pregão Eletrônico nº 90012/26**, promovido por esta DPRJ, na Avenida Marechal Câmara nº 314, Centro – Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.020-080, que a empresa (Nome Completo), CNPJ nº _____, com sede (ou domicílio) no (endereço completo), por mim representada, possui aptidão financeira para a execução do CONTRATO e que a sua PROPOSTA DE PREÇO compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme § 1º, Art. 63 de Lei Federal 14.133/2021.

Declara ainda que está plenamente ciente do teor e da extensão desta Declaração, bem como detém plenos poderes e informações para firmá-la.

ANEXO X**MINUTA****CONTRATO Nº XXX/2026**

SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DE FROTA PARA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E LAVAGEM DE VEÍCULOS DE FORMA CONTINUADA, JUNTO À REDE DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS, QUE CELEBRAM A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – DPRJ E A EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO:

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (DPRJ), inscrita no CNPJ sob o nº 31.443.526/0001-70, com sede na Av. Marechal Câmara nº 314, Centro, Rio de Janeiro/RJ, devidamente autorizada pelo Subdefensor Público-Geral de Gestão, **DR. FLAVIO EDUARDO LETHIER RANGEL**, e a sociedade empresária situada na Rua _____, Bairro _____, Cidade _____ inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por _____, cédula de identidade nº _____, domiciliada na Rua _____, Cidade _____, resolvem celebrar a presente **CONTRATAÇÃO SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DE FROTA PARA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E LAVAGEM DE VEÍCULOS DE FORMA CONTINUADA, JUNTO À REDE DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS**, com fundamento no processo administrativo nº **E-20/001.002162/2025**, e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, DE 1º de abril de 2021, pela Lei Estadual nº 287, de 4 de dezembro de 1979, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pela Resolução DPGERJ N° 1202 de 18 de Janeiro de 2023, Resolução DPGERJ nº 1183/2022, disposições legais aplicáveis e pelo disposto no presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO (ART. 92, I E II)

O presente contrato tem por objeto a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DE FROTA PARA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E LAVAGEM DE VEÍCULOS, DE FORMA CONTINUADA, JUNTO À REDE DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS**, conforme as especificações descritas no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Licitação) e do instrumento convocatório.

PARÁGRAFO ÚNICO – Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição o Termo de Referência, o Edital da Licitação, a Proposta do contratado e eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA: VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses, a contar da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da DPRJ, podendo ser prorrogado na forma do artigo 107, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- Informação quanto a existência de disponibilidade orçamentário-financeira para as despesas vindouras.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

PARÁGRAFO QUARTO – Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

PARÁGRAFO QUINTO – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA: SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Não será admitida a subcontratação do objeto do presente contrato, conforme item 16 do Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO – É admissível a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA** com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da **DPRJ** à continuidade do contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO

O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

PARÁGRAFO ÚNICO – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA: PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)

Os pagamentos serão efetuados mensalmente mediante crédito em conta até o 30 (trinta) dias após o atesto do documento de cobrança (Nota Fiscal) correspondente aos serviços realizados no mês anterior, conforme item 14 do Termo de Referência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os pagamentos serão efetuados, preferencialmente, por meio de crédito em conta corrente da contratada no Bradesco (instituição financeira contratada pela DPRJ), cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura da ata.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelos agentes competentes.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do FORNECEDOR, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO QUARTO - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao FORNECEDOR, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste Edital serão feitos mediante desconto de 0,5% (meio por cento) ao mês pro rata die.

PARÁGRAFO QUINTO - O FORNECEDOR deverá emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

PARÁGRAFO SEXTO - O licitante cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SEFAZ nº 971/2016, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A DPRJ não pagará juros de mora por atraso de pagamento de nota fiscal, quando houver ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas das condições de entrega do produto.

PARÁGRAFO OITAVO - Do montante devido a CONTRATADA, poderão ser deduzidos os valores correspondentes a multas ou indenizações impostas pela Administração.

7. CLÁUSULA SÉTIMA: REAJUSTE DOS PREÇOS CONTRATADOS (ART. 92, V)

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado (DD/MM/AAAA) ou do último reajuste.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Após o interregno de um ano, a contar do orçamento estimado ou do último reajuste, mediante negociação entre as partes e após formalização do pedido pela CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

PARÁGRAFO QUARTO - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

PARÁGRAFO QUINTO - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

PARÁGRAFO SEXTO - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

PARÁGRAFO OITAVO - O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA: OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)

São obrigações do Contratante:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- f) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- g) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- h) Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133/2021):
 - I) indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - II) fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;
 - III) estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;
 - IV) definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
 - V) demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
 - VI) prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.
- i) Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- j) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- k) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado em até 60 (sessenta) dias.
- l) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).
- m) Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- n) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- o) Além das obrigações previstas no item 11 do Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA: OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- b) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);
- c) Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos

devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

f) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

g) Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

h) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

i) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

j) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

k) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

l) Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

m) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

n) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

o) Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

p) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

q) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

r) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

s) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

t) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

u) Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

v) Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

w) Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

x) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

y) Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

z) Além das obrigações previstas no item 10 do Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA: OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do contrato administrativo, na forma do Anexo I.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII E XIII)

A CONTRATADA deverá apresentar garantia contratual em uma das modalidades previstas no Art. 96, da Lei 14.133 de 2021, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do Contrato, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caso a CONTRATADA opte pela modalidade prevista no inciso II do § 1º do artigo 96 da Lei 14.133 de 2021, o prazo para apresentação será de 1 (um mês), contado da data de homologação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O levantamento da garantia contratual por parte da CONTRATADA, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

PARÁGRAFO QUARTO - A garantia, qualquer que seja a modalidade apresentada pela CONTRATADA, deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

I - Danos diretos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II - Danos diretos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

III - Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e

IV - Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO SEXTO - A garantia somente será liberada ou restituída após a execução deste Contrato e do integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, bem como ante a comprovação do pagamento, pela CONTRATADA, de todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa, na forma do item 12 do Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO TERCEIRO - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUINTO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SEXTO - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO OITAVO - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- as peculiaridades do caso concreto;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- os danos que dela provierem para o Contratante;
- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO NONO - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

PARÁGRAFO DÉCIMO - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A apuração das infrações às cláusulas do contrato e edital observará o contraditório e a ampla defesa e seguirá o procedimento previsto na Resolução DPGE 1.202 de 18 de janeiro de 2023, bem como o disposto no item 12 do Termo de Referência.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este parágrafo ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

PARÁGRAFO QUARTO - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUINTO - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

PARÁGRAFO SEXTO - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

PARÁGRAFO OITAVO - O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- Indenizações e multas.

PARÁGRAFO NONO - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO - O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

- a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei n.º 14.133/2021); e
- os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - O contratante poderá ainda:

- nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, "c", da Lei n.º 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e
- nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO TERCEIRO - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos, na dotação abaixo discriminada:

PROGRAMA DE TRABALHO: 11610.03.122.0002.2016

NATUREZA DA DESPESA: 339039

FONTE: 1.760.232 - Recursos Próprios / FUNDPERJ

PARÁGRAFO ÚNICO – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)**

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, demais normas aplicáveis e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial eletrônico da DPRJ.

PARÁGRAFO ÚNICO – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (ART. 92, §1º)

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Rio de Janeiro para dirimir qualquer litígio decorrente do presente Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste Contrato, é assinada eletronicamente pelas partes.

ANEXO I (DO CONTRATO Nº XX/2026)
TERMO DE COMPROMISSO À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

CLÁUSULA 1 – OBJETO E FINALIDADE

1.1. O presente Anexo tem por objeto a proteção dos dados pessoais compartilhados para prestação dos serviços contratados pelo Contrato principal, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e demais normas regulatórias aplicáveis, incluindo aquelas emanadas da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPERJ).

1.2. A CONTRATADA realizará o tratamento de dados pessoais compartilhados para prestação dos serviços contratados no Contrato principal, exclusivamente em nome e sob as instruções lícitas da CONTRATANTE, com fins de:

I – Prestar os serviços contratados pela CONTRATANTE, de acordo com as especificações e limitações ali previstas, especificamente na prestação de SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DE FROTA PARA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E LAVAGEM DE VEÍCULOS DE FORMA CONTINUADA, JUNTO À REDE DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS, a fim de identificar o agente interno da Defensoria Pública indicado tanto para levar e retirar o veículo para execução do serviço quanto para cadastro no sistema informatizado via web;

II – Atender a quaisquer outras instruções ou solicitações enviadas pela CONTRATANTE que sejam consistentes com os termos do presente Contrato, adstritas à sua finalidade;

III – Dar cumprimento às normativas aplicáveis, notadamente a Lei nº 13.709/2018 e normas emanadas da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

1.3. É vedada à CONTRATADA a utilização de todo e qualquer dado pessoal compartilhado em decorrência da execução do presente Contrato para finalidade distinta daquela do objeto, nos termos da Lei n.º 13.709/2018.

CLÁUSULA 2 – IDENTIFICAÇÃO DA BASE LEGAL, HIPÓTESE DE COMPARTILHAMENTO, DADOS PESSOAIS E FUNÇÕES

2. Para os fins deste Contrato, consideram-se:

I – Bases legais: art. 7º, II e III, e art. 23, caput, da Lei n.º 13.709/2018;

II – Hipótese de compartilhamento: art. 26, § 1º, IV, da Lei n.º 13.709/2018;

III – Dados pessoais:

- do agente interno responsável por levar e retirar o veículo na oficina credenciada: nome completo, matrícula e e-mail institucional;

- do agente interno que receberá credenciais de acesso ao sistema informatizado via web disponibilizado pela sociedade empresária a ser contratada: nome completo, e-mail institucional, telefone, órgão vinculado, RG, CPF e data de nascimento;

IV – Controladora: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro;

V – Operadora: A CONTRATADA, empresa ou a pessoa jurídica que realizará o tratamento dos dados pessoais seguindo as ordens da controladora a partir da escolha dos meios técnicos razoáveis para tanto e executará o Contrato principal;

VI – Suboperadoras: As oficinas credenciadas indicadas pela contratada para execução dos serviços de manutenção, limpeza e higienização, bem como prestadores de serviços, fornecedores de sistemas, provedores de infraestrutura tecnológica, armazenamento em nuvem ou quaisquer terceiros que realizem tratamento de dados pessoais em nome da Operadora.

CLÁUSULA 3 – VIGÊNCIA E DURAÇÃO DO TRATAMENTO

3.1. O prazo de vigência deste Anexo é equivalente ao prazo de vigência do Contrato principal: 36 (trinta e seis) meses, a contar da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da DPRJ, podendo ser prorrogado na forma do artigo 107, da Lei nº 14.133/2021.

3.2. Os dados pessoais compartilhados durante a execução do contrato poderão ser conservados após o fim do prazo contratual, para cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelas partes, observada a tabela de temporalidade da DPERJ.

3.3. Encerrado o prazo de compartilhamento e guarda legal, devem as partes promover a eliminação segura e irreversível dos dados pessoais tratados em decorrência da execução do contrato, devendo a CONTRATADA fornecer à CONTRATANTE, no prazo de até 30 (trinta) dias, cópia dos dados pessoais que estejam na sua posse e nos seus sistemas, ocasião em que a CONTRATANTE deverá assinar um termo de aceite reconhecendo que a devolução ocorreu nos termos do contrato.

3.4. Após esse procedimento, a CONTRATADA realizará a eliminação, em definitivo, de qualquer registro dos dados pessoais e deverá certificar à CONTRATANTE, por escrito, o cumprimento dessa obrigação.

CLÁUSULA 4 – MEDIDAS DE PROTEÇÃO AOS DADOS PESSOAIS

4.1. Sempre que tiver acesso ou realizar qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, a CONTRATADA obriga-se a dar cumprimento à Lei n.º 13.709/2018 e demais normas e orientações aplicáveis, especialmente aquelas emanadas da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e da CONTRATANTE.

4.2. A CONTRATADA obriga-se a, mediante solicitação da CONTRATANTE, franquear o acesso a documentos e registros razoavelmente necessários para verificação das obrigações previstas neste Anexo.

4.3. A CONTRATADA obriga-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações e dados pessoais compartilhados em decorrência da execução presente Contrato, em consonância com o disposto na Lei n.º 13.709/2018, sendo vedado o compartilhamento das informações com outros órgãos, pessoas físicas ou jurídicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais e contratuais, restringindo-se ao objeto contratual e à finalidade do compartilhamento.

4.4. A CONTRATADA obriga-se a armazenar os dados pessoais compartilhados por força da execução deste Contrato apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e/ou em conformidade com hipóteses legais que autorizam o tratamento, ressalvadas as hipóteses de conservação para cumprimento de obrigação legal e/ou regulatória, observada a tabela de temporalidade da DPERJ.

4.5. A CONTRATADA obriga-se a assegurar que o acesso aos dados pessoais compartilhados por força deste Contrato seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Contrato e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

4.6. A CONTRATADA obriga-se a manter e, quando solicitado pela CONTRATANTE, disponibilizar registro de todas as operações de tratamento realizadas em decorrência do Contrato, de acordo com o art. 37 da Lei n.º 13.709/2018.

4.7. A CONTRATADA obriga-se a cumprir a Resolução DPGERJ nº 1.090/2021, alterada pela Resolução DPGERJ nº 1345/2025, que institui a Política de Governança de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, em especial o disposto no artigo 6º, que trata dos deveres dos operadores de dados.

4.8. Findo o prazo de vigência do contrato ou o prazo de designação do agente interno da DPERJ a quem foi conferida credencial de acesso ao sistema informatizado via web da CONTRATADA, as partes obrigam-se à comunicação imediata para que sejam revogadas as credenciais de acesso, impedindo-se o tratamento indevido de dados pessoais.

CLÁUSULA 5 – TRANSPARÊNCIA E DIREITOS DOS TITULARES

5.1. Ressalvadas as informações classificadas como sigilosas, as partes comprometem-se a garantir transparência ativa sobre a realização do tratamento de dados pessoais compartilhados por força deste Contrato, devendo a CONTRATANTE publicar o Contrato no seu sítio eletrônico e portal de transparência.

5.2. A CONTRATANTE comunicará a celebração do Contrato principal à Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), com fulcro no arts. 26, § 2º, e 27, caput, da Lei nº 13.709/2018.

5.3. No que diz respeito aos dados pessoais compartilhados por força deste Contrato, os requerimentos formulados por titulares, com fulcro nos arts. 18 e ss. da Lei nº 13.709/2018, serão respondidos pela CONTRATANTE através do formulário disponível na página www.protecaodedados.rj.def.br, exceto em caso de autorização expressa conferida à CONTRATADA.

5.4. A CONTRATADA, ao receber requerimento de um titular, com fulcro nos arts. 18 e ss. da Lei nº 13.709/2018, deve:

I – notificar, por escrito, a CONTRATANTE no prazo de 24 horas (vinte e quatro horas);

II – auxiliar, mediante requerimento da CONTRATANTE, na elaboração da resposta, prestando as informações necessárias para tanto, e na adoção das providências cabíveis.

CLÁUSULA 6 – PREVENÇÃO E SEGURANÇA

6.1. Considerando a natureza do tratamento, a CONTRATADA e as oficinas credenciadas devem, enquanto operadora e suboperadoras de dados pessoais, implementar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito.

6.2. A CONTRATADA obriga-se a cumprir a Resolução DPGE nº 1.142/2022, alterada pela Resolução DPGE nº 1356/25, que institui o Plano de Resposta a Incidentes de Segurança no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, especialmente o seu art. 5.º.

6.3. A CONTRATADA deve notificar a CONTRATANTE imediatamente quando tiver notícia de qualquer indício de incidente de segurança com dados pessoais compartilhados por força deste Contrato, endereçando e-mail ou processo administrativo próprio.

6.4. A comunicação de eventual indício de incidente de segurança à CONTRATANTE deve ser acompanhada de informações suficientes para investigação, mitigação, reparação dos danos e comunicação à Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), especialmente aquelas descritas no art. 7º do anexo à Resolução DPGERJ nº 1.142/2022, alterada pela Resolução DPGERJ nº 1356/25.

6.5. A comunicação de eventual incidente de segurança à Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e aos titulares de dados pessoais será realizada pela CONTRATANTE, enquanto entidade controladora.

6.6. A CONTRATADA deverá adotar medidas de investigação, mitigação e reparação dos danos decorrentes de incidentes de segurança com dados pessoais compartilhados por força deste Contrato, na forma do art. 46, da LGPD.

6.7. A CONTRATADA deverá reembolsar à CONTRATANTE os custos incorridos pela CONTRATANTE para resposta, minimização ou reparação de eventuais incidentes de segurança que tenham como causa a violação das obrigações decorrentes deste Contrato ou da Lei nº 13.709/2018.

CLÁUSULA 7 – SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, ressalvada a contratação das oficinas credenciadas pela CONTRATADA, que também atuarão como agentes de tratamento, na qualidade de suboperadoras.

CLÁUSULA 8 – TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS PESSOAIS

8.1. É vedada a transferência internacional dos dados pessoais compartilhados por força deste Contrato.

CLÁUSULA 9 – RESPONSABILIDADE CIVIL E ADMINISTRATIVA

- 9.1. A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos decorrentes do descumprimento da Lei n.º 13.709/2018 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas ao direito à proteção de dados pessoais.
- 9.2. Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA das obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo integralmente responsável mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações pela Subcontratada.
- 9.3. A CONTRATADA deve notificar a CONTRATANTE no prazo de 24 horas (vinte e quatro horas), por escrito, sobre qualquer ordem, emitida por autoridade judicial ou administrativa (incluindo, mas não se limitando à ANPD), que tenha por objetivo obter quaisquer informações relativas ao tratamento de dados pessoais objeto deste Contrato e deverão cooperar com a CONTRATANTE na adoção das providências cabíveis.

CLÁUSULA 10 – AUSÊNCIA DE ÔNUS FINANCEIRO

10.1 As obrigações fixadas neste Anexo e decorrentes da Lei n.º 13.709/2018 não importam em oneração financeira ao Contrato principal.

ANEXO XI
DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA (DOD)

Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 2026.

SECRETARIA:
SUBGEST - Subdefensor Público-Geral de Gestão

Órgão demandante: (Diretoria/Coordenação)
COORDENAÇÃO DE TRANSPORTE

Responsável pela demanda: MARIANA MARCELE DE ANDRADE FERREIRA

Id funcional:
5033811-0

E-mail: cotran@defensoria.rj.def.br

Telefone:
2332-6189

1. Identificação da demanda

Necessidade de manter os veículos oficiais em condições de pleno funcionamento e perfeito estado de conservação inclusive quanto a lavagem e higienização, com a prestação dos serviços de manutenção preventiva, corretiva, lavagem e assistência técnica.

Outro ponto atinente a justificativa que merece ser trazido diz respeito a possibilidade de identificação precoce de problemas mecânicos nos veículos, possibilitando redução de custos a longo prazo por aumentar a vida útil do veículo e contribuir para a redução de falhas.

A contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota é essencial para manter o atendimento satisfatório da demanda de transportes gerada pelos diversos setores da DPRJ com segurança.

2. Justificativa da necessidade da contratação:

A constatação da impossibilidade de prorrogação do contrato com a atual contratada, conforme processo E-20/001.003817/2019 (Licitação: Pregão Eletrônico), firmado sob a égide da Lei 8.666/1993, torna-se a imprescindível a abertura de novo procedimento licitatório com vistas à contratação de sociedade de empresária especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de veículos leves e pesados e ainda, na prestação do serviço de higienização de todos os veículos da frota (própria e locada) por meio de rede credenciada.

3. demonstrativo de que a Contratação está prevista no PCA :

O objeto da contratação está previsto no PCA, por meio do processo E-20/001.004545/2025.

4.Registro de Histórico e previsão de prazo para finalização do processo de contratação:

Todo processo deve terminar antes da data do término de vigência do contrato afeto ao processo E-20/001.003817/2019, Dezembro de 2026.

| REGISTRO HISTÓRICO | | | | | | | | | | | |
|--------------------|------------|-----------|---------|----------|------------|-----------|------|----------|------------|-----------|------|
| Placa | Quantidade | Valor R\$ | Ano | Placa | Quantidade | Valor R\$ | Ano | Placa | Quantidade | Valor R\$ | Ano |
| LMJ7087 | 10 | 4.227,20 | 2022 | RIY1A65 | 2 | 3.038,00 | 2023 | LMT4H35 | 45 | 3.729,00 | 2024 |
| LPR9418 | 31 | 2.574,90 | | LRN7546 | 110 | 7.297,20 | | LMJ7087 | 51 | 2.709,00 | |
| LMQ-6J69 | 5 | 3.014,00 | | LMT-4H35 | 68 | 2.700,00 | | RIY1A65 | 2 | 1.022,00 | |
| LRN7546 | 26 | 1.121,00 | | LMT4H35 | 13 | 9.244,00 | | KOW6241 | 79 | 9.050,00 | |
| LMJ7087 | 1 | 750,00 | | LMQ6J69 | 7 | 5.573,00 | | LMT4H35 | 36 | 1.450,00 | |
| LPR9418 | 68 | 2.140,00 | | LMT4H35 | 17 | 1.429,00 | | LMJ7087 | 42 | 1.662,00 | |
| LMJ7087 | 10 | 4.735,60 | | LMJ7087 | 17 | 1.429,00 | | RIY1A65 | 1 | 310,00 | |
| LRN7546 | 20 | 967,00 | | LRN7546 | 5 | 2.869,00 | | LMJ-7087 | 45 | 2.737,00 | |
| LMJ7087 | 47 | 1.888,00 | | LMJ7087 | 1 | 852,00 | | LMT4H35 | 1 | 798,00 | |
| LPR9418 | 3 | 184,00 | | RIY1A65 | 68 | 2.720,00 | | RIY1A65 | 3 | 244,00 | |
| LMJ7087 | 1160 | 8.480,00 | | RIY1A65 | 65 | 2.697,00 | | LRN7546 | 133 | 5.280,00 | |
| LMJ7087 | 195 | 10.121,60 | | LRN7546 | 1 | 766,50 | | RIY1A65 | 3 | 962,00 | |
| LMJ7087 | 209 | 15.418,00 | LRN7546 | 32 | 1.317,80 | LRN7546 | 42 | 8.664,00 | | | |
| RIY1A65 | 33 | 2.755,80 | LMQ6J69 | 11 | 1.089,60 | LMT4H35 | 60 | 6.000,00 | | | |
| | | | | | | LMQ6J69 | 4 | 380,00 | | | |
| | | | | | | LMJ7087 | 30 | 1.208,00 | | | |
| | | | | | | LMT4H35 | 100 | 6.000,00 | | | |
| | | | | | | LMQ6J69 | 8 | 1.940,00 | | | |
| | | | | | | LMJ7087 | 28 | 1.746,60 | | | |
| | | | | | | LMJ7087 | 8 | 776,00 | | | |
| | | | | | | LMQ6J69 | 30 | 4.376,00 | | | |
| | | | | | | LMT4H35 | 100 | 6.000,00 | | | |
| | | | | | | LMJ7087 | 1 | 879,0 | | | |
| | | | | | | RKO2H27 | 27 | 2.011,85 | | | |
| | | | | | | RIY1A65 | 33 | 3.654,96 | | | |
| | | | | | | LMJ7087 | 5 | 210,00 | | | |
| | | | | | | LMT4H35 | 106 | 9.546,3 | | | |

| | | | | | | | | | | | |
|--|-------|-----------|--|-------|-----|-----------|--|-------|-------|-----------|--|
| TOTAL | 1.818 | 58.377,10 | | TOTAL | 417 | 43.022,10 | | TOTAL | 1.023 | 83.345,71 | |
| Fonte: Sistema de Gerenciamento Trivale - PROCESSO E-20/001.003817/2019 Contrato 42/2020 | | | | | | | | | | | |

| TOTAL GERAL DO PERÍODO | Quantidade | Valor R\$ |
|------------------------|------------|------------|
| | 3.258 | 184.744,91 |

5.Previsão de elementos indispensáveis:

Itens a serem considerados como elementos indispensáveis:

Para execução dos serviços, a contratada deverá fornecer um sistema informatizado via internet - WEB, que possibilite a obtenção de orçamentos dos materiais e serviços especializados de manutenção por intermédio da rede de lojas, oficinas e estabelecimentos diversos credenciados pela contratada, para atender os veículos da frota da DPRJ, que propiciará gestão e controle detalhado das informações à contratante, de acordo com os prazos estipulados.

O sistema de gerenciamento integrado deverá permitir a emissão de relatórios cadastrais, operacionais e financeiros para o controle e gestão das informações sobre os veículos cadastrados, com identificação de toda e qualquer transação efetuada, cujo atendimento na rede credenciada tenha gerado despesas que envolvam a manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos, possibilitando a gestão das informações sobre os veículos, usuários e respectivas despesas.

6. Indicação dos servidores que serão designados para fiscalização dos contratos e seus substitutos:

- Mariana Marcelle de Andrade Ferreira - ID 5033811-0 > (Titular)
- Luis Teixeira Bastos - ID 999805720 > (Titular)
- Biankine Magaton Iamauti - ID 999812998 > (Titular)
- Cláudio José Marques Borges ID 44266871 > (Substituto)

| | |
|--|--|
| Responsável pela formalização da demanda: | Local e data: 07 de março de 2025 |
| Nome: Mariana Marcelle de Andrade Ferreira Id. Funcional: 5033811-0 | Rio de Janeiro, 07 de março de 2025 |

ANEXO XII

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO (ETP)

O ETP ENCONTRA-SE AO FINAL DO DOCUMENTO

ANEXO XIII

ANÁLISE DE RISCOS

Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 2026.

| INTRODUÇÃO |
|---|
| Análise de Riscos irá descrever e avaliar as ameaças que possam vir a comprometer o sucesso e o objetivo da contratação, bem como definir de que formas devem ser tratadas, ela permeará todo processo de Contratação. |

| 1 – RISCOS DA FASE DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR | | |
|--|--|--------------------|
| Risco 1.1: Seleção infrutífera devido ao baixo preço de referência adquirido na cotação, de modo que possa afastar o preço médio do preço praticado no mercado. | | |
| Probabilidade: | | BAIXA |
| Id | Dano | Impacto |
| 1.1.1 | Se a cotação apresentar valores divergentes aos praticados no mercado, resultará em um prazo maior para finalização das buscas, impactando as etapas seguintes da contratação. | Alto |
| 1.1.2 | Pesquisas de mercado insuficientes, devido ao grau de criteriosidade do produto solicitado. | Alto |
| Id | Ação Preventiva | Responsável |
| 1.1.1 | Realização de pesquisa a fornecedores e utilização de preço médio/mediano, desprezando-se a influência de valores extremamente altos ou baixos. | NUPEMC |
| Id | Ação de Contingência | Responsável |
| 1.1.1 | Revisão dos preços e republicação do Aviso. | NUPEMC/NULIC |
| Risco 1.2: Atraso ou demora na conclusão dos processos administrativo e jurídico de contratação. | | |
| Probabilidade: | | MÉDIA |
| Id | Dano | Impacto |
| 1.2.1 | A demora no cumprimento das etapas processuais impactam no atendimento da demanda, que atualmente é medida estratégica para segurança. | Médio |
| Id | Ação Preventiva | Responsável |
| 1.2.1 | Definir cronograma preventivo de trabalho com prazos amplos para realização do ciclo PDCA. | DMPT |
| Id | Ação de Contingência | Responsável |
| 1.2.1 | Estabelecer um sistema de monitoramento contínuo da situação dos trâmites processuais. | COTRAN |
| Risco 1.3: Gerenciamento incorreto dos quantitativos dimensionados da demanda da instituição. | | |
| Probabilidade: | | BAIXA |
| Id | Dano | Impacto |
| 1.3.1 | Atraso na elaboração da contratação; solução não atender aos objetos desejados. | Baixo |
| Id | Ação Preventiva | Responsável |
| 1.3.1 | Realizar Estudo Técnico Preliminar acurado. | DMPT |
| 1.3.2 | Realizar revisão crítica do Estudo Técnico Preliminar. | NUPE/DCLC |
| Id | Ação de Contingência | Responsável |
| 1.3.1 | Realizar nova contratação para aquisição do serviço. | DMPT |
| 1.3.2 | Cancelar ou revogar o processo e republicar o Edital. | SUBGESTAO/NULIC |

| Risco 1.4: Propostas com valores superiores ao estimado ou inferiores ao do mercado. | | |
|--|---|--------------------|
| Probabilidade: | | BAIXO |
| Id | Dano | Impacto |
| 1.4.1 | Atraso ou suspensão do processo licitatório em face de impugnações; | Alto |
| 1.4.2 | Retrabalho em função da necessidade de reavaliação dos critérios de contratação. | Alto |
| 1.4.3 | Impugnações ou licitação deserta ou fracassada | Alto |
| 1.4.4 | Solicitação de fôlderes e/ou amostras físicas não atendidas pelo fornecedor. | Alto |
| Id | Ação Preventiva | Responsável |
| 1.4.1 | Revisar os documentos que compõem o instrumento convocatório; Termo de Referência robustos e teor técnico elevados. | DMPT/COTRAN/ NUPE |
| 1.4.2 | Negociar valor com as licitantes. | NULIC |
| 1.4.3 | Elaborar Estudo Técnico Preliminar, Análise de Riscos e Termo de Referência. | DMPT/COTRAN |
| 1.4.4 | Acompanhar as apresentações de propostas e analisar as propostas das licitantes. | NULIC |
| 1.4.5 | Acompanhamento das apresentações das amostras. | NULIC |
| 1.4.6 | Realizar análise da proposta minuciosa dos bens e /ou serviços a serem adquiridos para evitar o risco de falha na execução do contrato. | DMPT/COTRAN |
| Id | Ação de Contingência | Responsável |
| 1.4.1 | Mitigação e eliminação das causas que obstruem o processo licitatório; Ajuste no Termo de Referência. | DMPT/COTRAN |
| 1.4.2 | Abertura de um novo processo com a mudança de critérios de contratação. | DMPT/COTRAN |
| 1.4.3 | Realizar nova licitação | NULIC |
| 1.4.4 | Convocar a próxima empresa classificada para assumir o contrato. | NULIC |

| 2 – RISCOS DA FASE DE EXECUÇÃO | | |
|---|---|--------------------------------|
| Risco 2.1: Risco de não cumprimento da execução da entrega. | | |
| Probabilidade: | | BAIXA |
| Id | Dano | Impacto |
| 2.1.1 | A não execução em sua completude inviabilizaria o atendimento da demanda institucional no prazo previsto. | Alto |
| 2.1.2 | Recebimento de produto de baixa qualidade técnica. | Alto |
| Id | Ação Preventiva | Responsável |
| 2.1.1 | Utilização de equipe técnica que possua especialização para analisar os produtos entregues pela licitante, busca de soluções que visem à solução do problema. | DMPT |
| 2.1.2 | Solicitar a aplicação das penalidades cabíveis por inexecução parcial ou total da aquisição. | Fiscais e Gestores do Contrato |
| 2.1.3 | Não atendimento do serviço às necessidades do negócio. | Fiscais |
| 2.1.4 | Prever penalidades no Termo de Referência por descumprimento de cláusulas editalícias. | DMPT/COTRAN |
| 2.1.5 | Procedimentos de recusa dos produtos e serviços, caso não atendam aos critérios estabelecidos dos itens do Termo de Referência. | DMPT/COTRAN |
| Id | Ação de Contingência | Responsável |
| 2.1.1 | Convocar a segunda colocada na seleção e/ou indicar ao órgão demandante a abertura de processo para aquisição emergencial. | NULIC/DCLC |
| 2.1.2 | Acompanhar e cobrar da empresa o cumprimento integral do objeto. | COTRAN |
| 2.1.3 | Prover treinamento técnico especializado aos servidores que serão indicados. | COTRAN |
| 2.1.4 | Aplicar as penalidades previstas no Termo de Referência, e convocar a próxima empresa classificada. | NUCONT |
| 2.1.5 | Aplicar glosas e sanções, fiscais a abertura de processo para a aplicação de sanções e penalidades. | NUCONT |
| Risco 2.2: Risco na gestão de contratos. | | |
| Probabilidade: | | BAIXA |
| Id | Dano | Impacto |
| 2.2.1 | Qualificação insuficiente dos fiscais. | Médio |
| 2.2.2 | Atraso na entrega do objeto | Médio |
| 2.2.3 | Entrega do objeto com as especificações técnicas diferente da proposta detalhe. | Alto |
| Id | Ação Preventiva | Responsável |
| 2.2.1 | Indicar servidores capacitados. | DMPT |
| 2.2.2 | Estabelecer prazos realistas e factíveis durante a negociação e elaboração do Termo de Referência, levando em consideração as condições de mercado e possíveis contratemplos. | DMPT/COTRAN |
| 2.2.3 | Realizar uma análise detalhada das especificações técnicas durante a fase de seleção do fornecedor, garantindo alinhamento com as necessidades do projeto. | Fiscais |
| Id | Ação de Contingência | Responsável |
| 2.2.1 | Programas de treinamento regulares para os fiscais, abordando os aspectos técnicos e práticos necessários para a supervisão eficaz dos contratos. | NUDEVHR |
| 2.2.2 | Realizar monitoramento regular do progresso do fornecedor e implementar medidas proativas para mitigar possíveis atrasos. | DMPT/COTRAN |
| 2.2.3 | Estabelecer um processo de avaliação e aprovação para objetos entregues com especificações diferentes, garantindo que sejam aceitáveis para uso. | DMPT/COTRAN |

| Equipe de Planejamento da Contratação | | |
|--|--|---|
| Integrante Técnico (Coordenação do órgão demandante) | Integrante Requisitante (órgão demandante) | Integrante Administrativo (CL/CCONT/DCLC) |
| MARIANA MARCELE DE ANDRADE FERREIRA ID Funcional: | BIANKINE MAGATON IAMAUTI ID Funcional: | |

**TERMO DE REFERÊNCIA**

Rio de Janeiro, 17 de junho de 2026.

1. OBJETO

1.1. **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DE FROTA PARA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E LAVAGEM DE VEÍCULOS DE FORMA CONTINUADA, JUNTO À REDE DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES QUANTO AOS VEÍCULOS OFICIAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.2.

| ITEM 1 | | |
|--|---------|---|
| Descrição do Serviço | CAT SER | Valor Total Estimado (R\$) 36 meses |
| Mão de Obra e Peças para Manutenção Veicular | 25216 | 358.661,51 |
| Valor Total Estimado por extenso: | | Trezentos e cinquenta e oito mil seiscentos e sessenta e um reais e cinquenta e um centavos |

| ITEM 2 | | |
|---|---------|--|
| Descrição do Serviço | CAT SER | Valor Total Estimado (R\$) 36 meses |
| Lavagem e Higienização Veicular (Básica e Completa) | 13544 | 283.201,46 |
| Valor Total Estimado por extenso: | | Duzentos e oitenta e três mil duzentos e um reais e quarenta e seis centavos |

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação dos serviços objeto deste Termo de Referência justifica-se pela necessidade de se manterem, em perfeitas condições de utilização, os veículos que compõem a frota oficial da DPRJ, aumentando sua vida útil no que se refere à manutenção e à conservação, consoante as normas estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro e demais legislações pertinentes. Considere-se, ainda, que a DPRJ não possui mão de obra especializada, tampouco acessórios e peças/materiais necessários para realização dos serviços de manutenção dos veículos. Além disso, para oferecer um transporte eficiente, de forma a garantir a qualidade dos serviços desenvolvidos por esta Instituição, faz-se necessária presente a contratação.

2.2. Em virtude da constatação da impossibilidade de prorrogação do contrato com a atual contratada, conforme processo E-20/001.003817/2019 (Licitação: Pregão Eletrônico), firmado sob a égide da Lei 8.666/1993, torna-se a imprescindível a abertura de novo procedimento licitatório com vistas à contratação de sociedade de empresária especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de veículos leves e pesados e, ainda, na prestação do serviço de higienização de todos os veículos da frota (própria e locada) por meio de rede credenciada.

2.3. A gestão dos recursos públicos tem como base os modernos princípios de administração, pautando a aplicação de seus esforços na busca de melhores resultados com menores dispêndios, passando-se da gestão de recursos para a gestão de resultados.

2.4. Nesse compasso, uma rede de estabelecimentos credenciados, capacitados a fornecer mão de obra especializada e peças / acessórios / materiais oportunos ao pronto restabelecimento dos veículos aos seus postos de trabalho, trará benefícios de forma a maximizar suas ações.

2.5. CRITÉRIOS AMBIENTAIS ADOTADOS (SUSTENTABILIDADE)

2.5.1. Os critérios de sustentabilidade deverão buscar minimizar os impactos ambientais por meio da adoção dos seguintes requisitos, no que couber:

2.5.2. Todos os processos envolvidos na execução desse objeto, seja de extração, fabricação, utilização, seja de descarte de materiais e serviços, devem estar revestidos da preocupação com a sustentabilidade ambiental e totalmente de acordo com as imposições normativas editadas pelos órgãos de proteção ao meio ambiente;

2.5.3. Obedecer às normas técnicas de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego;

2.5.4. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;

2.5.5. Prever a destinação ambiental adequada das pilhas, baterias, pneus, óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 04 de novembro de 2008 e na Lei n. 12.305/2010.

2.6. Práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços:

2.6.1. Buscar que sua rede credenciada adote, cada vez mais, as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços:

2.6.2. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

a) Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

b) Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado - recolhido por intermédio de contratada coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura -, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme art. 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

c) Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA n° 362, de 23/06/2005, e legislação correlata

d) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

e) Providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA n° 01, de 18/03/2010, conforme artigo 33, inciso III, da Lei n° 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 1° e 9° da Resolução CONAMA n° 416, de 30/09/2009, e legislação correlata;

2.6.3. Quanto às substâncias que destroem a camada de ozônio, na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA n° 340, de 25/09/2003, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das substâncias que destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo a seguinte diretriz:

2.6.3.1. Quanto a frascos de aerossol em geral, a contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos frascos de aerossol originários da contratação, recolhendo-os ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada.

3. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

3.1. Contratação de serviços de administração e gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva, lavagens e serviços de borracharia em rede de credenciada, com o gerenciamento na modalidade de gestão compartilhada mediante a utilização de sistema informatizado para a frota da DPRJ.

3.1.1. Os veículos da FROTA PRÓPRIA estarão disponíveis para os serviços de manutenção preventiva e corretiva, assim como o serviço de lavagem.

3.1.2. Os veículos da FROTA TERCEIRIZADA só estarão disponíveis para o serviço de lavagem.

3.2. **Integram a frota de veículos da DPRJ os seguintes veículos:**

3.2.1.

| VEÍCULOS DA FROTA PRÓPRIA | | | | | |
|---------------------------|---------------|--------------|-----------------------|---------|--|
| SEQ. | FABRICANTE | TIPO | MODELO | PLACA | STATUS |
| 1 | Ford | Caminhão | Cargo 1119 | LMJ7A87 | Veículos Disponíveis para os Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva + Serviços de Lavagem |
| 2 | Ford | Caminhão | Cargo 1119 | LMT4H35 | |
| 3 | Mercedes Benz | Van Carga | Sprinter | LMQ6J69 | |
| 4 | Agrale | Micro-Ônibus | Volare | RIY1A65 | |
| 5 | Fiat | Van | Ducato | RJF1A44 | |
| 6 | Fiat | Van | Ducato | RKO2H27 | |
| 7 | VW | Micro-Ônibus | Gran Micro Mascarello | TTA1C61 | |
| 8 | VW | Micro-Ônibus | Gran Micro Mascarello | TTD0H75 | |
| 9 | VOLVO | Ônibus | Comil Campione | SSC3B06 | |
| 10 | VOLVO | Ônibus | Comil Campione | SSC3B28 | |

3.2.2.

| VEÍCULOS DA FROTA TERCEIRIZADA | | | | | |
|--------------------------------|------------|---------|------------|---------|--|
| Seq. | Fabricante | Tipo | Modelo | Placa | STATUS |
| 1 | Renault | Van | Master | SRB8H17 | Veículos Disponíveis apenas para os Serviços de Lavagem. |
| 2 | | Van | Master | SRG7A08 | |
| 3 | | Van | Master | SRK6H88 | |
| 4 | Peugeot | Van | Expert | SRQ4I55 | |
| 5 | | Van | Expert | SRF9E42 | |
| 6 | | Pick Up | Hilux | SRP5A69 | |
| 7 | Toyota | Pick Up | Hilux | SRA5A86 | |
| 8 | | Van | Master | SRK6H90 | |
| 9 | Chevrolet | Passeio | Spin | SRI4F64 | |
| 10 | | | | SRJ4G52 | |
| 11 | | | | SRL4E86 | |
| 12 | | | | SRN4F22 | |
| 13 | | | | SQZ7J80 | |
| 14 | | | | SRL4E88 | |
| 15 | | | | SQZ7J83 | |
| 16 | | | | SQZ7J63 | |
| 17 | | | | SRK4G06 | |
| 18 | | | | SQZ7J56 | |
| 19 | | | | SRN4F24 | |
| 20 | | | | SRL4F39 | |
| 21 | | | | SRK4G10 | |
| 22 | | | | SRL4F21 | |
| 23 | | | | SRU4B50 | |
| 24 | | | | SRI4H13 | |
| 25 | Chevrolet | | Onix Sedan | SQZ8E71 | |
| 26 | | | | SRA2C10 | |
| 27 | | | | SRK4G62 | |
| 28 | | | | SRM4G80 | |
| 29 | | | | SQZ8D54 | |
| 30 | | | | SRNH33 | |
| 31 | | | | SRA2E33 | |
| 32 | | | | SQZ8A11 | |
| 33 | | | | SRO4F01 | |
| 34 | | | | SRI4G44 | |
| 35 | | | | SRI4F60 | |
| 36 | | | | SQZ7J76 | |
| 37 | | | | SQZ7J88 | |
| 38 | | | | SQZ7J82 | |
| 39 | | | | SRI4F63 | |
| 40 | | | | SRG4I01 | |
| 41 | | | | SRM4H44 | |
| 42 | | | | SQZ8A27 | |
| 43 | | | | SQZ7J90 | |
| 44 | | | | SRN4F33 | |
| 45 | | | | SRN4F28 | |
| 46 | | | | SRJ4G05 | |

| VEÍCULOS DA FROTA TERCEIRIZADA | | | | | |
|--------------------------------|---------|----------|--|--------------|--|
| 47 | Toyota | | | SRK4G07 | |
| 48 | | | | SRK4G11 | |
| 49 | | | | SRP4G00 | |
| 50 | | | | SRP4F45 | |
| 51 | | | | SRN4F66 | |
| 52 | | | | SRP4F48 | |
| 53 | | | | SRI4F65 | |
| 54 | | | | SRP4F43 | |
| 55 | | | | SRP7F92 | |
| 56 | | | | SRP7F94 | |
| 57 | Corolla | | | SRI7F78 | |
| 58 | | | | SRP7F93 | |
| 59 | | | | SRH7E24 | |
| 60 | | | | Daily 65cd | |
| 61 | Iveco | Caminhão | | Daily 65-180 | |

3.2.3.

| TABELA 1 - QUANTIDADES ESTIMADAS DE SERVIÇO DE LAVAGEM PARA A FROTA PRÓPRIA | | | | | | | | | |
|---|------------------|----------------|------------|-----------------|---------------------------|--------------------------|-----------------------------|----------------------------|---|
| Seq. | Fabricante | Tipo | Modelo | Qtd de Veículos | Lavagem Básica Qtd Mensal | Lavagem Básica Qtd Anual | Lavagem Completa Qtd Mensal | Lavagem Completa Qtd Anual | Total Geral Estimado de Lavagem Anual (Básica + Completa) |
| 1 | FORD | CAMINHÃO | CARGO 1119 | 2 | 0 | 2 | 0 | 2 | 4 |
| 2 | MERCEDES BENZ | VAN PASSAGEIRO | SPRINTER | 1 | 0 | 2 | 0 | 1 | 3 |
| 3 | AGRALE/MARCOPOLO | MICRO-ÔNIBUS | VOLARE | 1 | 0 | 2 | 0 | 1 | 3 |
| 4 | FIAT | VAN | UCATO | 2 | 0 | 2 | 0 | 2 | 4 |
| 5 | VW/MASCARELLO | MICRO-ÔNIBUS | GRAN MICRO | 2 | 0 | 2 | 0 | 2 | 4 |
| 6 | VOLVO/COMIL | ÔNIBUS | CAMPIONE | 2 | 0 | 4 | 0 | 4 | 8 |
| TOTALS | | | | 10 | 0 | 14 | 0 | 12 | 26 |

3.2.4.

| TABELA 2 - QUANTIDADES ESTIMADAS DE SERVIÇO DE LAVAGEM PARA A FROTA LOCADA | | | | | | | | | |
|--|------------|------------|---------------------|-----------------|---------------------------|--------------------------|-----------------------------|----------------------------|---|
| Seq. | Fabricante | Tipo | Modelo | Qtd de Veículos | Lavagem Básica Qtd Mensal | Lavagem Básica Qtd Anual | Lavagem Completa Qtd Mensal | Lavagem Completa Qtd Anual | Total Geral Estimado de Lavagem Anual (Básica + Completa) |
| 1 | CHEVROLET | PASSEIO | ONIX SEDAN | 30 | 30 | (30x12) = 360 | 0 | 30 | 390 |
| 2 | CHEVROLET | PASSEIO | SPIN | 16 | 16 | (16x12) = 192 | 0 | 16 | 208 |
| 3 | RENAULT | CARGA | MASTER (carga) | 1 | 0 | 2 | 0 | 1 | 3 |
| 4 | RENAULT | PASSAGEIRO | MASTER (passageiro) | 3 | 3 | (3x12) = 36 | 0 | 6 | 42 |
| 5 | PEUGEOT | CARGA | EXPERT | 2 | 2 | (2 x 12) = 24 | 0 | 2 | 26 |
| 6 | TOYOTA | PICK UP | HILUX | 2 | 2 | (2 x 12) = 24 | 0 | 2 | 26 |
| 7 | TOYOTA | PASSEIO | COROLLA | 5 | 15 | (15 x 12) = 180 | 0 | 5 | 185 |
| 8 | IVECO | CAMINHÃO | DAILY 65-180 | 2 | 2 | (2 x 12) = 24 | 0 | 2 | 26 |
| TOTALS | | | | 61 | | 842 | | 64 | 906 |

3.2.5.

| TABELA 3 - QUANTIDADES ESTIMADAS DE SERVIÇO DE LAVAGEM PARA A FROTA PRÓPRIA + FROTA LOCADA | |
|--|------------------|
| TOTALS | Lavagem Básica |
| | (14 + 842) = 856 |
| | (856 + 76) = 932 |

3.3. **Obs: Havendo divergência entre a(s) especificação(ões) deste Termo de Referência e o código CATSEB, sempre prevalecerá(ão) a especificação(ões) do Termo.**

3.4. A cada necessidade de serviço, o gestor da frota responsável solicitará à contratada, por meio do sistema informatizado de gestão, orçamentos que deverão ser por esta preparados, de forma detalhada, abrangendo código, nome/descrição, marca e quantidade de peças, número de horas e descrição dos serviços a serem executados, tempo padrão para realização do serviço, valor da hora e a garantia das peças e serviços.

3.5. Dos Serviços:

3.5.1. A prestação dos serviços de mão de obra para manutenção veicular, lavagem, higienização, aspiração e polimento de veículos e fornecimento de peças descritos neste Termo de Referência deverá atender à(s)/ao(s):

3.5.1.1. Atual frota oficial da DPRJ, conforme relação constante do Item 3.2.1 e 3.2.2;

3.5.1.2. Outros veículos que venham a ser acrescidos ou substituídos à atual frota da DPRJ;

3.5.1.3. Veículos cedidos à DPRJ, por meio de convênio, contratos ou ordem judicial;

3.6. As empresas que serão credenciadas pela licitante vencedora deverão atentar para os critérios de sustentabilidade ambiental constantes deste Termo.

3.7. A contratante é a única que pode autorizar os orçamentos apresentados. O estabelecimento que executou o serviço somente poderá emitir notas fiscais após a aprovação/atesto do serviço pela contratante.

3.8. No mês subsequente aos serviços prestados, a contratada apresentará uma única nota contendo todos os serviços prestados pelas credenciadas e com o desconto devido; a contratante realizará o pagamento após emissão na nota fiscal, emitida pela contratada, sobre, exclusivamente, o que foi consumido em cada manutenção.

3.9. O gerenciamento compartilhado - também denominado orçamentação - da manutenção da frota de veículos ocorrerá por meio de sistema informatizado de controle integrado, compreendendo o atendimento nos diversos estabelecimentos credenciados pela contratada, elaboração de orçamento detalhado das peças, componentes, produtos e serviços especializados especificados neste Termo de Referência e os demais itens necessários à integral manutenção dos veículos, observadas todas as marcas/modelos, conforme informado nos itens 3.2.1 e 3.2.2.

3.10. As peças, componentes, acessórios e outros materiais de uso automotivo necessários ao bom funcionamento da frota da DPRJ, sejam eles distribuídos ou comercializados pelo fabricante, montadora de veículos e/ou por meio da rede de concessionárias ou pelo comércio e indústria automotiva e afins, deverão ter as seguintes características e procedências:

3.10.1. Originais, genuínos, produzidos e/ou embalados e com controle de qualidade do fabricante ou montadora do veículo e constantes de seu catálogo;

3.10.2. Originais e/ou genuínos do fabricante fornecedor da montadora dos veículos, atendidos os mesmos padrões e níveis de qualidade por esta exigidos, recomendados ou indicados e constantes de seu catálogo;

3.10.3. De outros fabricantes, cujo produto atenda aos níveis de qualidade e aplicabilidades recomendadas ou indicados pelo fabricante ou montadora do veículo, constantes ou não de seu catálogo, sob solicitação ou autorização formal da Administração; e de uso automotivo, independentemente de recomendação/indicação do fabricante, desde que seja certificado para o modelo do veículo a ser reparado.

3.11. Da Implantação do Sistema:

3.11.1. A implantação do sistema informatizado de gerenciamento de manutenção de frota, de suas funcionalidades, de operacionalização e apresentação de rede credenciada capaz de suprir as necessidades da contratante deverá ocorrer num prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do contrato. Os usuários que serão habilitados ao uso do sistema deverão ser cadastrados no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, após informações prestadas pela contratante.

3.12. Do Treinamento:

3.12.1. A contratada deverá ministrar treinamento inaugural, em até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato, a gestores e/ou fiscais indicados pela contratante, que estarão diretamente envolvidos na utilização do sistema de informação a ser disponibilizado, sem qualquer custo adicional a ser faturado.

3.12.2. O treinamento deverá ocorrer na sede da DPRJ.

3.12.3. Nos valores ofertados para a prestação dos serviços deverão estar inclusos todos os custos diretos ou indiretos, tais como salários, mão-de-obra, equipamentos, materiais, custos e despesas operacionais, tributos, encargos sociais, etc. inerentes ao sistema.

3.12.4. Data de realização, carga horária e conteúdo programático do curso deverão ser previamente alinhados com o gestor a ser indicado pela contratante. Ademais, a empresa deverá oferecer manual para a utilização da plataforma.

3.12.5. A contratada deverá oferecer treinamento de reciclagem a cada período contratual em moldes equivalentes àqueles definidos neste item, ou sempre que a contratante, justificada e formalmente, assim o demandar.

3.12.6. Quando da alteração de funcionalidades do sistema que afetem diretamente a operação, o nivelamento de conhecimento poderá ser aplicado por meio de treinamento presencial ou de ferramenta eletrônica capaz de suprir necessidade, a critério da contratante, ou ainda quando haja substituição de fiscais.

3.13. Da Rede Credenciada:

3.13.1. A contratada deverá optar pela rede de estabelecimentos especializados em serviços técnicos de manutenção de veículos que disponham dos seguintes requisitos mínimos:

3.13.1.1. Possuir microcomputador, impressora e conexão à Internet;

3.13.1.2. Dispor de estrutura física, técnica, de ferramenta e equipamentos para atendimento da solicitação feita;

3.13.1.3. Executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva de acordo com sua especialidade, com fornecimento de peças e componentes e demais materiais destinados à manutenção da frota de veículos da contratante, nas suas instalações, independentemente da marca do veículo;

3.13.1.4. Executar os serviços solicitados, com pessoal qualificado, mediante o emprego de técnica e ferramentas adequados;

3.13.1.5. Devolver os veículos para a contratante em perfeitas condições de funcionamento;

3.13.1.6. Executar fielmente, dentro das melhores normas técnicas, os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações de fábrica e rigorosa observância aos demais detalhes emanados e/ou aprovados pela contratante, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços e desde que aprovado pela contratante;

3.13.1.7. Efetuar garantia de todos os serviços e troca de peças que realizar;

3.13.1.8. Estar apta à emissão de notas fiscais eletrônicas, em conformidade com o Protocolo ICMS pertinente;

3.13.1.9. A contratada será a única responsável por garantir que os estabelecimentos credenciados atendam às exigências descritas nos itens acima.

3.14. Das Localidades onde deve existir Rede Credenciada:

3.14.1. O atendimento de solicitação de manutenção automotiva preventiva e corretiva e serviços de lavagem, com prestação de serviços e troca de peças e acessórios deverá ocorrer, em geral, no Município do Rio de Janeiro, onde deverão existir pelo menos 05 (cinco) estabelecimentos credenciados, disponibilizados pela contratada, e ainda, o quantitativo mínimo de:

3.14.1.1. 05 (cinco) estabelecimentos credenciados, na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, conforme classificação do IBGE.

3.14.1.2. 05 (cinco) estabelecimentos credenciados, no Interior do Estado do Rio de Janeiro, conforme classificação do IBGE.

3.15. Dos Serviços de Manutenção e Lavagem a serem executados:

3.15.1.

| DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO | |
|--|--|
| Descrição | Especificações |
| Mecânica Geral | Consiste em serviços de mecânica em motor, retífica, caixa de câmbio, carburação e/ou bomba injetora e refil, injeção, velas, bomba e bicos injetores, sistema de freios e embreagem e todos os outros serviços afins, incluindo-se a manutenção de garantia, a ser realizada, exclusivamente, na concessionária autorizada do fabricante do veículo de outros serviços afins. |
| Lanternamagem e Funilaria | Consiste em serviços de troca e/ou conserto de lataria, assoalhos, para-choques, carrocerias em alumínio e madeira (tipo baú), solda em geral e todos os outros serviços afins |
| Pintura / Estufa | Consiste em serviços de pintura automotiva externa e interna, com polimento, cristalização, enceramento e/ou faixa de identificação do veículo, com secagem rápida e todos os outros serviços afins. |
| Capotaria | Consiste em serviços de substituição ou conserto de estofados e cobertura interna do veículo, incluindo não só a tapeçaria, como também a parte mecânica do funcionamento dos bancos, portas, cintos de segurança, borrachas das portas e todos os outros serviços afins. |
| Sistema Elétrico | Consiste no serviço de substituição ou conserto de partes elétricas dos veículos, como faróis, lâmpadas, condutores, comandos, setas, vidros elétricos, limpadores de para-brisa e outros, e todos os outros serviços afins. |
| Sistema Hidráulico | Consiste em serviços de substituição ou conserto nos sistemas hidráulicos dos veículos (freios, direção e outros) e todos os outros serviços afins. |
| Borracharia completa | Consiste em consertos e serviços em geral, aplicação de remendos em pneus com e sem câmara de ar, vulcanização, troca de pneus, de câmaras de ar, colocação de rodas, calotas, desempenho e recuperação de rodas de ferro ou de liga leve, bicos e todos os outros serviços afins. |
| Balanceamento, Alinhamento, Cambagem e Câster | Consiste em serviços de regulação, simples e computadorizadas, do sistema de rodagem do veículo e equipamentos e todos os outros serviços afins, além do fornecimento de materiais relativos aos serviços, como pneus, bicos e câmaras. |
| Suspensão | Consiste nos serviços de substituição e/ou consertos de amortecedores, estabilizadores, borrachas, calços, balanças, molas, pivôs, barras de direção e todos os serviços afins. |
| Instalação de Acessórios | Consiste nos serviços de conserto e instalação de equipamentos e acessórios de som, imagem e outros serviços afins. |
| Vidraçaria | Consiste nos serviços de substituição dos vidros frontal, traseiro e lateral, retrovisores, borrachas dos vidros e portas, polimento do para-brisa e faróis, instalação e retirada de películas de controle solar (insulfilm) e todos os outros serviços afins. |
| Ar condicionado | Consiste nos serviços de reparo do sistema de resfriamento do ar do interior do veículo, inclusive troca de gás, de elemento filtrante, conserto e substituição do compressor, higienização, troca de componentes eletrônicos e todos os outros serviços afins. |
| Lubrificação, filtros e fluidos | Consiste nos serviços de fornecimento e troca de óleo do motor, da caixa de câmbio, do diferencial e da direção hidráulica, com substituição dos filtros de óleo, combustível, além dos fluidos de freio e arrefecimento e todos os outros serviços e materiais afins. |
| Lavagem Básica | Lavagem de veículo passeio - "tipo americana", que consiste na limpeza interna e externa dos veículos. Na externa deverá ser limpa toda a lataria, vidros, para-choques, rodas e pneus, utilizando sabão neutro ou xampu específico para veículos, enquanto que a interna incluirá o serviço de aspiração do assoalho e dos bancos, lavagem dos carpetes, higienização das partes plásticas (painel de bordo, guarnições das portas e tecidos do teto), bem como a limpeza dos vidros. |
| Lavagem Completa | Lavagem de veículo passeio - completa, que consiste na lavagem "tipo americana" total acrescida de polimento, higienização de bancos, assoalho, teto, forros e lavagem do motor, quando solicitado |
| Lavagem Básica | Lavagem de veículo Tipo Pick Up - "tipo americana", que consiste na limpeza interna e externa dos veículos. Na externa deverá ser limpa toda a lataria, vidros, para-choques, rodas e pneus, utilizando sabão neutro ou xampu específico para veículos, enquanto que a interna incluirá o serviço de aspiração do assoalho e dos bancos, lavagem dos carpetes, higienização das partes plásticas (painel de bordo, guarnições das portas e tecidos do teto), bem como a limpeza dos vidros. |
| Lavagem Básica | Lavagem Básica de Vans Passageiros; Micro Ônibus; Ônibus e Caminhão "Tipo americana", que consiste na limpeza interna e externa dos veículos. Na externa deverá ser limpa toda a lataria, vidros, para-choques, rodas e pneus, utilizando sabão neutro ou xampu específico para veículos, enquanto que a interna incluirá o serviço de aspiração do assoalho e dos bancos, lavagem dos carpetes, higienização das partes plásticas (painel de bordo, guarnições das portas e tecidos do teto), bem como a limpeza dos vidros. |
| Lavagem Completa | Lavagem Completa de Vans Passageiros; Micro Ônibus; Ônibus e Caminhão. Consiste na lavagem "tipo americana" total acrescida de polimento, higienização de bancos, assoalho, teto, forros e lavagem do motor, quando solicitado. |
| Acessórios | Consiste nos serviços de reparo, substituição e verificação de todos os acessórios do veículo, com substituição de peças, e todos os outros serviços/materiais afins. |
| Chaveiro | Consiste nos serviços de abertura de portas de veículos, assim como na confecção de cópias de chaves simples ou codificadas, conserto de fechaduras de portas de veículos, de ignição e todos os outros serviços/materiais afins. |
| Plotagem | Consiste nos serviços de retirada e colocação de plotagem, envelopamento e adesivos para todos os tipos de veículos descritos neste Termo de Referência, nos padrões da DPRJ. |

- 3.15.2. Todo e qualquer serviço, material, peça e acessório ou componente que, embora não explicitamente especificado neste Termo de Referência, que for necessário deverá ser executado ao perfeito reparo do veículo.
- 3.15.3. A manutenção corretiva destina-se a repor o veículo em perfeito estado de uso, mediante a substituição autorizada de peças danificadas, gastas ou defeituosas e/ou execução de regulagens, ajustes mecânicos, elétricos e o que mais seja necessário ao restabelecimento das condições do veículo, compreendendo todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias de automóveis, que venham a ocorrer fora dos períodos estabelecidos para execução das manutenções preventivas, para correções de defeitos aleatórios resultantes de desgaste e/ou deficiências de operação, manutenção e fabricação, garantindo a operacionalidade do veículo, além de preservar a segurança de pessoas e bens.
- 3.15.4. Os serviços corretivos ou preventivos, os de revisão em garantia e os reparos a danos provocados por incidentes ou acidentes a serem executados, além do constante no manual do fabricante do veículo, deverão observar o disposto nos seguintes itens:
- 3.15.4.1. Revisão de todos os itens do sistema de transmissão, inclusos: lubrificação de diferencial, caixa de câmbio, folgas e balanceamento de eixo cardã, se houver, juntas homocinéticas, cruzetas e suas respectivas coifas, pontas de eixo, coxins e outros afins;
- 3.15.4.2. Revisão de todos os itens do sistema de direção, inclusos: aperto de parafusos, regulagem e conferência de terminais, lubrificação (graxa e óleo), barra de direção, bomba de direção, folgas, correia da bomba, caixa de direção, alinhamento, balanceamento, cambagem das rodas e outros;
- 3.15.4.3. Revisão de todos os itens do sistema de freio, inclusos: regulagem de freio, verificação do desgaste das pastilhas, lonas, dos discos, tambores, nível do fluido de freio e substituição se necessário, verificação de servo freio, cuícas de freio, cilindro mestre e auxiliares, freio de estacionamento (cabos, pedais, alavancas), válvulas (pneumáticas) e outros;
- 3.15.4.4. Revisão de todos os itens do sistema de arrefecimento, inclusos: exame do radiador, sensores, aditivos, verificação do nível da água e mangueiras e outros afins;
- 3.15.4.5. Revisão de motor: verificação das correias, óleo, filtro de óleo e combustível, juntas, coxins, bombas injetoras, sensores, turbinas e substituições se necessário com fornecimento completo dos insumos e outros;
- 3.15.4.6. Revisão de todos os itens do sistema de suspensão, inclusos: molas, amortecedores, batentes, coifas, bandejas superiores e inferiores, buchas, pivôs, barras estabilizadoras, rolamentos internos e externos e outros;
- 3.15.4.7. Revisão do sistema de exaustão de gases do motor: escapamentos intermediário e final, catalisadores, sensores, coletores de escape e suas respectivas juntas;
- 3.15.4.8. Revisão do sistema elétrico, incluindo os acessórios de sinalização se houver.
- 3.15.4.9. Serviços de lanternagem, funilaria e pintura (corretiva e/ou estética), reparos, incluindo reposição de peças e acessórios;
- 3.15.4.10. Serviços de borracharia, quando necessário, incluindo o conserto, fornecimento e/ou troca de pneus sem condições de uso ou segurança, ou danificado e/ou sua respectiva roda;
- 3.15.4.11. Aplicação e/ou remoção de película não refletiva em áreas envidraçadas de veículos, plotagem, envelopamento e adesivagem, no padrão da contratante, conforme modelos a serem por este fornecidos;
- 3.15.4.12. Serviços de vidraria automotiva, quando necessário, incluindo o fornecimento de vidros e guarnições, reparos para pequenas trincas em para-brisas e vidros laterais e polimento de faróis;
- 3.15.4.13. Recarga e/ou troca dos extintores dos veículos que estejam vencidos ou sem carga ou pressão;
- 3.15.4.14. Serviço de lavagem geral interna e externa, aspiração, lavagem de motor, enceramento, polimento, cristalização, lubrificação geral e lavagem geral de estofamentos e teto, inclusive a seco, e outros serviços relacionados com lavagem e limpeza geral do veículo;
- 3.15.4.15. Serviços de reparação de acessórios dos veículos, sejam de comunicação, sonoros ou luminosos, bem como as peças e reposições;
- 3.15.4.16. Serviços de confecção de chaves simples ou codificadas para veículos, além de abertura de portas e reparo em fechaduras de portas de veículos.
- 3.15.5. As peças danificadas ou impróprias para uso, seja por desgaste, defeito de fabricação ou quebra decorrente do uso normal dos veículos, deverão ser substituídas por peças novas, de primeiro uso, originais e/ou genuínas ou recomendadas pelo fabricante, com garantia de fábrica/montadora, e os serviços prestados deverão ter garantia expressa no orçamento fornecido pelas credenciadas da contratada.
- 3.15.6. Excepcionalmente, quando não houver disponibilidade de peças novas e originais e/ou genuínas no mercado e mediante comprovação por parte da credenciada pela contratada, poderá ser admitida a substituição por peça definida nos requisitos de serviços, ou seja, peças de uso automotivo, independentemente de recomendação/indicação do fabricante, desde que seja certificado para o modelo do veículo a ser reparado.
- 3.15.7. Na hipótese de instalação inadequada de peça, componente ou acessório, a contratada deverá providenciar a imediata regularização, sem quaisquer ônus para a contratante. As peças e acessórios substituídos pelas credenciadas da contratada deverão ser entregues à contratante no ato do recebimento do veículo devidamente consertado.
- 3.15.8. O estabelecimento credenciado que receber uma solicitação de orçamento terá até 2 (dois) dias úteis para lançá-lo no sistema da contratada.
- 3.15.9. A contratada terá até 2 (dois) dias úteis no sistema, a partir da data e hora do lançamento do primeiro orçamento pelo estabelecimento no sistema, para apresentar pelo menos duas outras cotações, efetuar as pesquisas exigidas contratualmente (contendo descrição de peças e serviços, códigos, valores unitários da marca/modelo do veículo e a unidade da federação onde o serviço será executado), e negociações necessárias, liberando o orçamento para aprovação da contratante. As pesquisas feitas pela contratada deverão ser apresentadas para a contratante, de forma a estarem disponíveis, a qualquer tempo, para fins de auditoria ou outro, devendo ser, preferencialmente, anexadas ao orçamento, no próprio sistema online. Desobriga-se da realização de duas outras cotações aqueles orçamentos relacionados com peças e/ou serviços cujo sistema já tenha registro de comparativo de todas as peças e serviços necessários.
- 3.15.10. O prazo limite para a execução dos serviços pela credenciada da contratada será de 5 (cinco) dias corridos, contados a partir da data de autorização da execução do serviço, salvo se for apresentada justificativa prévia por parte da credenciada, aceita pela contratante.
- 3.15.11. O estabelecimento credenciado somente poderá emitir notas fiscais após aprovação do serviço executado pela contratante, sendo que essa aprovação não poderá ser feita por processo automático do sistema da contratada.
- 3.15.12. Os lubrificantes utilizados nas trocas de óleo do motor, câmbio e direção hidráulica devem seguir as especificações estabelecidas ou recomendadas pelos fabricantes.
- 3.15.13. O local de execução dos serviços será no estabelecimento credenciado da contratada, cujo endereço, telefone e nome do responsável deve constar no orçamento ou, em casos de emergência, no local onde se encontrar o veículo impossibilitado de deslocamento, desde que autorizado pela contratante.
- 3.15.14. O estabelecimento credenciado pela contratada deverá informar à contratante, via sistema, a relação dos serviços (mão de obra), a garantia, o tempo e as peças necessárias para execução do serviço, com a devida descrição (código/marca/modelo/quantidade).
- 3.15.15. Caso o estabelecimento credenciado não preste seus serviços a contento, a contratante comunicará o fato à contratada, resguardando-se do direito de não mais utilizar os serviços prestados pelo estabelecimento e ainda de reprovar o serviço no sistema, bloqueando a possibilidade de pagamento até que seja solucionada a questão, sendo que a nova aprovação do serviço não poderá ser feita de forma automática pelo sistema da contratada.
- 3.15.16. Os valores dos serviços, peças, componentes e materiais serão informados quando da elaboração dos orçamentos pelos estabelecimentos credenciados no sistema via web, para análise e aprovação pela contratante, e nunca poderão ser superiores àqueles constantes nas tabelas de preços do fabricante da marca, sob pena de não aceitação ou recusa.
- 3.15.17. Os serviços deverão ser realizados por profissionais qualificados, em condições e instalações técnicas adequadas, objetivando a realização dos serviços com eficiência e qualidade desejada e com garantia, sendo que não serão aceitas reincidências de defeito, com repetidos retornos às credenciadas, por serviços já executados, ficando desde já estabelecido que a contratada deverá apresentar justificativas por escrito dos problemas geradores das reincidências, sob pena de sofrer as sanções previstas neste Termo de Referência.
- 3.15.18. Os serviços somente poderão ser executados após o envio on-line/real time, pela empresa conveniada, de orçamento detalhado, utilizando-se os menus eletrônicos apropriados existentes no ambiente web da contratada, e respectiva autorização pelo gestor designado pela contratante, que se pronunciará após análise e avaliação do orçamento a ele submetido previamente.
- 3.16. **Da Garantia das Peças, Materiais e dos Serviços:**
- 3.16.1. O prazo de garantia dos produtos e serviços será o estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), além das seguintes disposições:
- 3.16.1.1. Todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva devem apresentar garantia mínima de 3 (três) meses, contados da efetiva prestação dos serviços;
- 3.16.1.2. Para os serviços de balanceamento de rodas, alinhamento e geometria, de 3 (três) meses ou 5.000 (cinco mil) quilômetros, sendo que, neste caso, a garantia se estenderá ao que terminar por último;
- 3.16.1.3. Para os serviços de lanternagem e pintura, a contar da efetiva prestação dos serviços, não poderá ser inferior a 6 (seis) meses;
- 3.16.1.4. Para as peças, componentes e acessórios, a partir da data da efetiva instalação no veículo, não poderá ser inferior a 3 (três) meses;
- 3.16.1.5. Serviços e peças utilizados em serviços de retífica de bloco e/ou cabeçote de motor e seus componentes, caixa de câmbio, diferencial, motor de partida, bomba injetora, turbinas, bomba da direção hidráulica, compressor de ar-condicionado, contando-se da data da efetiva prestação do serviço, 6 (seis) meses ou 10.000 (dez mil) quilômetros;
- 3.16.1.6. Para os serviços em câmbio e suspensão, a partir da data da efetiva prestação dos serviços, não poderá ser inferior a 6 (seis) meses ou 15.000 (quinze mil) quilômetros, o que ocorrer por último; e
- 3.16.1.7. A garantia das peças e serviços deverá ser cumprida, mesmo após o término ou rescisão do contrato.

4. RECEBIMENTO DO OBJETO/MODELO DE EXECUÇÃO**4.1. Do Local e do Horário da execução dos Serviços:**

4.1.1. Os serviços serão realizados na rede credenciada que tiver o orçamento aprovado pelo gestor do contrato:

4.2. Da Dinâmica e Ordem de Execução :

4.2.1. Os serviços serão solicitados por meio de ordem de serviço. A dinâmica de execução será a cada necessidade de serviço, o gestor da frota responsável solicitará, por meio do sistema informatizado de gestão, orçamentos à contratada, os quais serão por esta preparados, de forma detalhada, abrangendo código, nome/descrição, marca e quantidade de peças, número de horas e descrição dos serviços a serem executados, tempo padrão para realização do serviço, valor da hora e garantia das peças e serviços.

4.2.2. O procedimento para reparo de um veículo seguirá a seguinte sistemática, que configura o gerenciamento compartilhado de manutenção de frota:

- a) Identificada a necessidade de execução do serviço, o gestor enviará o veículo à empresa credenciada pela contratada. A validação do serviço, inclusive para pagamento, deverá ser executada mediante cartão magnético com senha, ou por emissão de ordem de serviço no sistema, ou outro instrumento similar.
- b) A credenciada pela contratada deverá disponibilizar local adequado para inspeção prévia de todas as peças a serem substituídas nos veículos da contratante, fornecendo relação de tais peças e seus respectivos códigos, que serão verificados pelo gestor da contratante.
- c) As peças e suas quantidades, bem como o número de horas/serviços a serem executados, deverão corresponder ao efetivamente necessário para a realização da manutenção do veículo, devendo as credenciadas pela contratada absterem-se de propor peças, serviços e horas em desacordo com o realmente empregado em cada caso concreto, conforme o que prevê o fabricante do veículo.
- d) O credenciado da contratada terá um prazo de até 2 (dois) dias úteis para apresentar o primeiro orçamento para os devidos reparos. Não tendo condições de apresentar o orçamento no prazo de 2 (dois) dias úteis, o credenciado deverá apresentar as justificativas à contratada, informando por escrito um novo prazo, que, em nenhuma hipótese, deverá ser superior a 72 (setenta e duas) horas.
- e) A contratada deverá, então, efetuar pelo menos outras 2 (duas) cotações, fazer as pesquisas de conformidade contratual de preço de peças/materiais/ acessórios, de hora de mão de obra e de tempo padrão, buscando o menor preço e as melhores condições para execução do orçamento proposto. Quando não existir comparativo no sistema oferecido, a consulta, local ou regional (no município/cidade ou, no máximo, no estado onde se localiza o estabelecimento que apresentou o orçamento) de cada um dos itens do orçamento na concessionária do fabricante do veículo deverá ser apresentada ao fiscal responsável pela aprovação, seja por e-mail, seja inserindo como anexo em seu próprio sistema, que deverá conter os dados da concessionária consultada.
- f) As pesquisas de preços de peças, mão de obra e tempo para execução de serviços são de responsabilidade da contratada. Sendo que devem ser listados item por item de cada orçamento. Não poderá haver ônus adicional por essa contraprestação de pesquisa.
- g) Os outros dois orçamentos poderão ser dispensados, quando tratar-se de peças e/ou serviços cujo sistema já tenha registro de comparativo de todas as peças e serviços necessários. Somente servirá de comparativo aquele preço obtido no município/cidade ou, no máximo, no estado onde se localiza o estabelecimento que apresentou o orçamento. A contratada apresentará os orçamentos e as pesquisas ao gestor responsável pelo veículo a ser reparado.
- h) Nos orçamentos apresentados pela contratada, deverão constar também as seguintes informações: data de emissão, marca/modelo e ano do veículo, placa do veículo, hodômetro do veículo no momento do orçamento e campo "observações" para inclusão de informações de caráter relevante para o gestor do contrato, sendo de exclusiva responsabilidade da contratada os prejuízos advindos da omissão.
- i) Uma vez concluída a fase de apresentação de orçamentos e pesquisas pela contratada, o gestor responsável pelo veículo verificará a conformidade dos valores apresentados e, havendo conformidade, efetuará a autorização on-line do orçamento.
- j) O gestor autorizará a execução do serviço por meio do próprio sistema informatizado disponibilizado pela contratada, cabendo-lhe, ainda, declarar, em documento - a ser encaminhado para subsidiar o ateste de notas fiscais a ser feito pelo gestor responsável pelo procedimento de pagamento mensal - que o preço final está de acordo com os limites estabelecidos neste Termo de Referência.
- k) O gestor deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços e o fornecimento das peças objeto da contratação, podendo sustar, recusar, mandar fazer, refazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas, bem como receber as peças substituídas.
- l) O gestor poderá recusar os orçamentos, pedir sua revisão, inclusão de itens ou aceitá-los parcialmente, comprometendo-se a contratada, e sua rede credenciada, a executar ou fornecer o que for aprovado em todo ou em parte, tendo a contratada o prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da rejeição, para incluir, refazer ou corrigir os serviços não aceitos.
- m) É prerrogativa do gestor rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o presente Termo de Referência e seus anexos.
- n) Os orçamentos apresentados pelas credenciadas da contratada terão validade mínima de 60 (sessenta) dias, período durante o qual não poderá alterar os preços das peças e serviços orçados, independentemente de flutuações do mercado e da data em que a contratante autorizar a execução dos serviços.
- o) O gestor autorizará a execução de serviço por meio do próprio sistema informatizado disponibilizado pela contratada.
- p) O estabelecimento credenciado que oferecer o menor orçamento executará os serviços e fornecerá peças, devidamente autorizado pela contratante.
- q) O tempo de execução das manutenções será de até 1 (um) dia útil a partir da aprovação, nos casos de serviços corriqueiros, podendo atingir, para demais serviços, até 5 (cinco) dias úteis, apresentada justificativa. Casos específicos deverão ser analisados de acordo com o problema apresentado.

4.3. O procedimento de lavagem de veículo seguirá a seguinte sistemática:

- a) Identificada a necessidade de execução do serviço, o gestor enviará o veículo à empresa credenciada pela contratada e a validação do serviço de lavagem, inclusive para pagamento, deverá ser executada mediante cartão magnético com senha, ou emissão de ordem de serviço no sistema ou outro instrumento similar.
- b) A execução da limpeza/lavagem dos veículos deverá ser realizada nas dependências do estabelecimento credenciado, sob a sua guarda e responsabilidade.
- c) Na execução dos serviços de lavagem, faz-se necessário que o estabelecimento credenciado utilize equipamentos adequados (lavadora de alta pressão, aspirador de pó, etc.) , além de responsabilizar-se pela aquisição de todos os produtos químicos e insumos necessários para realização dos serviços, que deverão ser de primeira qualidade e específicos à finalidade a que se destinam.
- d) A lista de estabelecimentos aptos ao procedimento de lavagem deverá constar do sistema da contratada.
- e) Os serviços deverão ser executados nos dias úteis, de segunda a sexta-feira e, eventualmente, aos finais de semana.
- f) Em nenhuma circunstância será permitido o uso de água para a lavagem interna, especialmente quando se tratar do interior dos escritórios nas unidades móveis (veículos customizados) a fim de evitar danos aos equipamentos, estofados e armários em madeira.
- g) A Contratada deverá lavar apenas veículos que contenham placa oficial e que estejam listados em relação informada pela Gestão Contratual no início do Contrato - e atualizada durante sua execução.
- h) Poderá ocorrer modificação na quantidade e na composição da frota apta ao serviço de lavagem, na hipótese de sua renovação por meio de novas aquisições, em acréscimo ou substituição aos anteriores;

4.4. Do Recebimento:

4.4.1. Recebimento provisório/execução do serviço: O gestor do contrato deve conferir todas as informações na nota fiscal com a ordem de serviço em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data do seu recebimento.

4.4.2. Recebimento definitivo: Estando a nota fiscal em acordo, o gestor emite um ateste de recebimento definitivo em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data do recebimento provisório/execução do serviço.

4.4.3. Se a nota fiscal estiver em desacordo, o gestor informa à contratada, para que, em 2 (dois) dias úteis, a credenciada insira, no sistema online, a nota fiscal em acordo.

4.4.4. A contratada deve emitir, no primeiro dia útil do mês, nota fiscal correspondente aos serviços prestados no mês anterior com o desconto devido, devendo apresentá-la à contratante na mesma data. Se a nota fiscal estiver em desacordo, o gestor informa à contratada, para que, em 2 (dois) dias úteis, a credenciada insira, no sistema online, a nota fiscal em acordo.

4.4.5. O objeto da contratação poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da empresa, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

4.5. Do Sistema de Gerenciamento:

4.5.1. Para execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência, a contratada deverá fornecer um sistema informatizado via internet - WEB, que possibilite a obtenção de orçamentos dos materiais e serviços especializados de manutenção por intermédio da rede de lojas, oficinas e estabelecimentos diversos credenciados pela contratada, para atender os veículos da frota da DPRJ, que propiciará gestão e controle detalhado das informações à contratante, de acordo com os prazos constantes neste Termo de Referência.

4.5.2. O sistema de gerenciamento integrado deverá permitir a emissão de relatórios cadastrais, operacionais e financeiros para o controle e gestão das informações sobre os veículos cadastrados, com identificação de toda e qualquer transação efetuada, cujo atendimento na rede credenciada tenha gerado despesas que envolva a manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos automotores, possibilitando o efetivo controle e gestão das informações sobre os veículos, usuários e respectivas despesas. Deverão ser disponibilizadas as seguintes informações acumuladas, a partir da contratação:

4.5.2.1. Histórico de manutenção de veículo – valor das peças, valor da mão de obra, valor total do serviço, placa, quilometragem, estabelecimento onde foi realizado, garantias de peça e mão de obra, quantidade de peças, e o desconto oferecido deverá permanecer acessível no sistema o primeiro orçamento apresentado pelo estabelecimento, mesmo após a negociação/ajustes/descontos fornecidos;

4.5.2.2. Ordem de serviço cadastrada; Orçamento eletrônico; Histórico dos orçamentos.

4.5.2.3. Relatório de necessidade, ou seja, apresentar o que foi feito no veículo e quando estará fora da garantia ou o que está vencido, que dará base a futuras manutenções; Cadastro do veículo; Composição da frota e idade média; Veículos x manutenção preventiva; Custos por km e indicadores – veículos.

4.5.2.4. Todos os relatórios devem ser gerados a partir de um período preestabelecido pelos fiscais responsáveis, permitindo comparativos de desempenho e outras análises de gestão.

4.5.2.5. Prazo para atendimento e solução de problemas técnicos no sistema da contratada, utilizado no atendimento às demandas da contratante, não deverá ser superior a um dia útil.

4.5.2.6. A solução proposta deverá permitir a informatização dos dados de quilometragem, identificação do veículo, datas, horários, tipos de serviços realizados e peças adquiridas, por meio de:

- I - Sistema de gerenciamento integrado, oferecendo relatórios gerenciais de controle das despesas de manutenção da frota;
- II - Sistema tecnológico integrado para viabilizar o pagamento dos serviços de manutenção da frota de veículos junto à rede credenciada;
- III - Sistema operacional para processamento das informações via web em tempo real pela contratante e rede credenciada;
- IV - Registro informatizado dos dados de manutenção disponíveis para consulta via Internet (web) em tempo real (on-line);
- V - Acesso aos Gestores, permitindo consulta, autorização, aprovação, rejeição, emissão e consulta de relatórios, cujos níveis de acesso devem atender a indicação formalizada pela contratante;
- VI - Rede de oficinas mecânicas equipadas para aceitar transações do sistema tecnológico da contratada;
- VII - Orçamento eletrônico com acesso on-line (rede credenciadas cadastrarão os orçamentos diretamente no sistema via web);
- VIII - O sistema WEB deve permitir acesso somente a usuários previamente cadastrados e autenticados por meio de senha individual. O sistema não deverá permitir o cadastro incompleto, exigindo dados mínimos como nome completo, e-mail institucional, telefone, órgão vinculado, RG, CPF e data de nascimento.-
- IX - Histórico de manutenção por veículo;
- X - Ferramenta on-line para avaliação e autorização de serviço;
- XI - O sistema deve manter o registro de todas as transações realizadas no sistema (Log de dados) compreendendo cadastro, acessos, inclusões, exclusões, aprovações, reprovações, solicitações e demais atividades, devendo ter seu registro vinculado ao login do usuário, data e hora da execução e o respectivo histórico de alterações.
- XII - Software de automação auto instalável, aplicação preferencialmente em desktops, podendo ser disponibilizado em versão para tablets, smartphones ou celulares, com licença para, no mínimo, dois servidores e possibilidade de outros pontos adicionais;
- XIII - Possibilidade de emissão de orçamentos eletrônicos de veículos, permitindo a avaliação de danos em veículos, gerando orçamentos contendo código das peças e tempo de realização dos serviços de mão de obra para manutenção, funilaria e pintura, objetivando verificar a conformidade de preços.

5. CRONOGRAMA INICIAL DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

5.1.

| Etapa | Descrição | Prazo | Responsável |
|-------|---|--|------------------------|
| 1 | Execução do contrato | A partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da DPRJ | Contratada |
| 2 | Implantação do sistema com suas funcionalidades | Até 20 (vinte) dias corridos, a contar da data de assinatura do contrato | Contratada |
| 3 | Apresentar a relação da rede credenciada | Até 20 (vinte) dias corridos, a contar da data de assinatura do contrato | Contratada |
| 4 | Cadastramento dos usuários e veículos, no sistema | Até 10 (dez) dias corridos a contar da data subsequente do envio formal das informações, ora realizado pela contratante. | Contratada/Contratante |
| 5 | Treinamento | Até 10 (dez) dias corridos, a contar da data de assinatura do contrato. A cada 12 (doze) meses, ou a partir do pedido formal da contratante, justificado o pedido, a contratada terá 20 (vinte) dias para ministrar o treinamento de reciclagem. | Contratada |
| 6 | Resolver problemas técnicos no sistema | Até 1 (um) dia útil a partir da data subsequente a data da notificação ora realizada pela contratante. | Contratada |

6. ENQUANDRAMENTO DO OBJETO COMO COMUM

6.1. **Justificativa de objeto Comum:**

6.1.1. Trata-se de execução de serviço cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais no mercado.

6.2. O objeto enquadra-se como comum e será realizada licitação na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica.

6.3. Durante a fase de lances, será informado o valor global estimado pela administração, a fim de que todos os licitantes possam apresentar propostas dentro do valor estimado.

6.4. Após a fase de lances, será informado pelo pregoeiro, ainda, o valor unitário máximo admitido para cada item, com vistas à adequação dos valores ofertados pelo licitante classificado em primeiro lugar, sob pena de inabilitação caso algum exceda o máximo admitido.

6.5. **Critério de Julgamento e Aceitabilidade:**

6.5.1. Na forma do art. 6º, inc. XLI da Lei Federal nº 14.133/2021, o critério de julgamento escolhido para a contratação é o de "maior desconto" (**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO**), sendo o **critério de aceitabilidade da proposta o preço máximo estimado por item**.

7. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

7.1. A indicação da fonte de recursos orçamentários para a presente contratação, bem como sua disponibilidade, será definida e atestada pela Secretaria de Orçamento e Finanças da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, após realização da pesquisa de preços.

8. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

- 8.1. O valor estimado para esta contratação será previamente definido pelo Núcleo de Pesquisa de Mercado e Cotação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, após a realização da pesquisa de preços.

9. VIGÊNCIA

- 9.1. O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses, a contar da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da DPRJ, podendo ser prorrogado na forma do artigo 107, da Lei nº 14.133/2021.
- 9.2. Decorridos 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta vencedora, o valor do contrato poderá ser reajustado, havendo hipótese legal que autorize o reajustamento, a requerimento da CONTRATADA, alcançando a data da formulação do orçamento e tendo como teto de reajustamento o IPCA acumulado no período, desde que demonstrada a alteração do preço de mercado no período.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 10.2. Comunicar à DPRJ, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega do objeto, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, quando verificado vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto;
- 10.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.5. Manter, durante toda a vigência do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação constantes no Termo de Referência;
- 10.6. Acatar as decisões e observações feitas pelo representante da contratante, relativas ao fornecimento dos materiais e execução dos serviços;
- 10.7. Indicar o preposto escolhido para representá-la e atender às solicitações e demandas da DPRJ;
- 10.8. Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, desde que praticada por seus funcionários durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da contratante;
- 10.9. Disponibilizar, no sistema, acesso a todas as notas fiscais relativas aos serviços prestados;
- 10.10. Atender prontamente a qualquer exigência do representante da contratante inerente ao objeto deste Termo de Referência;
- 10.11. Cumprir e fazer cumprir todas as Normas Regulamentadoras relativas à Segurança e Medicina do Trabalho e todas as Normas Internas da contratante, principalmente na questão de prazos e obrigações;
- 10.12. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado, inclusive a terceiros, pela execução inadequada dos serviços;
- 10.13. Arcar com todas as despesas referentes a danos causados por seus empregados às dependências, móveis, utensílios, veículos, cargas, quando da prestação do serviço;
- 10.14. Comunicar a contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- 10.15. Responsabilizar-se e restituir, pelo dano causado por seu empregado, qualquer equipamento eletrônico, componente ou dispositivos similares que estejam acoplados ao veículo oficial para o controle gerencial da frota;
- 10.16. Iniciar a execução dos serviços até o 5º (quinto) dia útil subsequente à publicação do contrato no Diário Oficial da DPRJ, após o contato com os gestores de contrato, e que esteja vinculado ao último dia de vigência do contrato anterior;
- 10.17. Responder, em até 72 horas, as correspondências oficiais da contratante quando não estiverem estipulados prazos;
- 10.18. Receber, conferir e enviar para a contratante, no mês subsequente, as notas fiscais emitidas pelas credenciadas no mês anterior, acompanhadas das certidões e demais documentos comprobatórios necessários;
- 10.19. Emitir, no primeiro dia útil do mês subsequente, nota fiscal correspondente aos serviços prestados no mês anterior com o desconto devido, devendo apresentá-la à contratante na mesma data;
- 10.20. Respeitar todos os prazos determinados pela contratante;
- 10.21. Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras que serão objeto de apreciação pela contratante;
- 10.22. Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, exclusivamente à sua custa e risco, no total ou em parte e dentro no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar da solicitação formal dada pelo gestor da contratante, as peças substituídas ou serviços executados com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pela contratante, decorrente de culpa da contratada ou de uma credenciada sua, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nos serviços recebidos pela contratante, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia;
- 10.23. Apresentar relação de sua rede credenciada em prazo não superior a 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data da assinatura do contrato;
- 10.24. Informar às credenciadas que são de inteira responsabilidade dessas as obrigações decorrentes da legislação trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, de acidente de trabalho e as demais previstas na legislação específica, inclusive relativas a recursos humanos, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à contratante;
- 10.25. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação;
- 10.27. Cumprir fielmente o que estabelece as cláusulas e condições do contrato, de modo a manter os veículos em condições de perfeito, ininterrupto e regular funcionamento, mediante assistência técnica e realização de serviços de manutenção preventiva e corretiva de defeitos, efetuando-se verificações, consertos e lubrificações necessários, bem como os demais serviços recomendados para uma manutenção adequada;
- 10.28. Executar fielmente e dentro das melhores normas técnicas os serviços que lhe forem confiados, em rigorosa observância aos detalhes e ordens de serviços emanadas e/ou aprovadas pela contratante, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços, utilizando mão de obra especializada e materiais que estejam dentro do prazo de validade, tudo de acordo com as especificações de fábrica e eventuais complementações da contratante, conforme o Termo de Referência e seus anexos;
- 10.29. Possibilitar a ampliação gradativa da rede credenciada, incluindo outras localidades, mediante solicitação da DPRJ.
- 10.30. Utilizar somente empregados registrados pelas suas credenciadas para realização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva a que se refere a presente contratação;
- 10.31. Fornecer todo o material necessário à manutenção preventiva e corretiva e dispor de todas as ferramentas, equipamentos e instalações adequados ao tipo de serviço a ser realizado, face às obrigações assumidas;
- 10.32. Responder pelos danos causados aos veículos e/ou bens da contratante, quando resultantes de dolo, ação ou omissão, negligência, imprudência ou imperícia dos empregados das credenciadas ou prepostos, obrigando-se a ressarcir-los;
- 10.33. Disponibilizar, sempre que solicitado pela contratante, os comprovantes de pagamentos à rede de estabelecimentos credenciados;
- 10.34. Responsabilizar-se totalmente pelos pagamentos aos estabelecimentos comerciais credenciados, sendo que a contratante não responde solidária ou subsidiariamente por nenhum pagamento ou obrigação trabalhista;
- 10.35. Manter, em local visível, nas oficinas e estabelecimentos credenciados, a identificação de sua adesão ao sistema, objeto do contrato;
- 10.36. Providenciar a correção das deficiências apontadas pela DPRJ quanto à execução dos serviços contratados especificamente sob a responsabilidade da contratada;
- 10.37. Informar à sua rede credenciada que as empresas responderão por danos, avarias e extravio de bens materiais, inclusive os equipamentos acessórios, causados por seus empregados, prepostos ou credenciados, não se eximindo ou transferindo a sua responsabilidade à contratante, desde que fique comprovada sua responsabilidade;
- 10.38. Permitir o livre acesso de servidores e motoristas da DPRJ, devidamente identificados, às instalações de suas credenciadas, para o acompanhamento dos serviços durante a sua execução;
- 10.39. Reembolsar a contratante em caso de qualquer prejuízo advindo de imposição de multas de trânsito ou acidentes com seus veículos, quando estes estiverem sob a guarda/responsabilidade da contratada e suas credenciadas, independentemente da apuração por parte da autoridade competente;

- 10.40. Fornecer à DPRJ todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do contrato, tais como códigos de peças, tabela de preços, códigos e rotinas de operação, planos de manutenção recomendados pela fábrica, tabelas de tempo de mão de obra, serviço e reparos, além de apresentar, no mínimo, 3 (três) orçamentos das redes credenciadas, a cada solicitação de serviços, para que a contratante verifique o que for mais adequado ao caso - sem prejuízo da exceção prevista no Item 4.22 "g" deste Termo de Referência;
- 10.41. Assumir integral responsabilidade, por intermédio da credenciada que tiver realizado cada serviço ou fornecimento de peça, pela eficiência do que for executado;
- 10.42. Fornecer ambiente compatível com o sistema operacional de informática utilizado pela contratante (Microsoft Windows 11) que permita capturar informações da frota em rede credenciada, proporcionando controle total sobre as operações de manutenção e assistência 24 (vinte e quatro) horas, identificando os veículos, condutores e seus prestadores de serviços, gerando histórico detalhado e observando prazo para atendimento.
- 10.43. Cadastrar todos os veículos que integram a frota no momento da contratação, e cada novo veículo adquirido pela contratante;
- 10.44. Realizar treinamento operacional dos fiscais responsáveis e usuários do sistema informatizado e integrado para gestão de frota da contratante, sem qualquer ônus;
- 10.45. Disponibilizar relatórios, a partir de um período preestabelecido pelo gestor da frota, permitindo comparativos de desempenho e outras análises de gestão;
- 10.46. Disponibilizar, em sítio eletrônico, meios de navegação capazes de gerenciar a manutenção da frota – Gestão, por meio do acompanhamento de todas as operações em andamento, avaliação dos orçamentos, bem como novas solicitações. Ainda, o sistema deverá interagir com os usuários, gestores da frota e prestadores de serviço, respeitando-se os níveis de acesso que forem determinados pela DPRJ, com segurança que comprove que o sistema informatizado possui as funcionalidades previstas neste Termo de Referência;
- 10.47. Possibilitar à contratante adquirir, por meio de sua rede credenciada, todos e quaisquer serviços, peças, acessórios, componentes, acessórios e outros materiais de uso automotivo solicitados, descritos neste Termo de Referência, sejam eles distribuídos ou comercializados pelo fabricante ou montadora dos veículos e/ou por intermédio da rede de concessionárias ou pelo comércio e indústria automotiva.
- 10.48. Fornecer completo suporte de utilização e reparação do sistema, mantendo-o totalmente operacional em pelo menos 90% (noventa por cento) do dia, provendo meios de operacionalizá-lo ou uma forma alternativa para garantir a continuidade dos serviços contratados, caso ocorra alguma falha no sistema eletrônico
- 10.49. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme disposto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- 10.50. Fiscalizar a execução dos serviços solicitados, por meio de relatórios contendo as informações necessárias à identificação dos veículos objetos da manutenção, os laudos técnicos dos problemas apresentados e o histórico dos serviços realizados, com a devida comprovação da troca de peças e demais equipamentos e/ou serviços aplicados;
- 10.51. Verificar as instalações, os equipamentos e quaisquer outras ferramentas de suas credenciadas utilizadas para a execução dos serviços, observando as melhores técnicas de execução, de acordo com as especificações de fábrica e detalhes emanados e/ou aprovados pela DPRJ.
- 10.52. Enviar para a Coordenação de Transportes, por meio de sistema informatizado, orçamentos dos serviços necessários a serem aplicados nos veículos, com as descrições de peças, códigos, lubrificantes, componentes, produtos e serviços com os respectivos tempos de execução em horas.
- 10.53. Efetuar, obrigatoriamente, sempre que não existir comparativo no sistema oferecido, a consulta, local ou regional (no município/cidade ou, no máximo, no estado onde se localiza o estabelecimento que apresentou o orçamento) de cada um dos itens do orçamento na concessionária do fabricante do veículo, apresentando a referida consulta ao fiscal responsável pela aprovação do orçamento, seja por e-mail ou inserindo como anexo em seu próprio sistema, que deverá conter os dados da concessionária consultada, tais como nome, telefone, responsável pelos valores informados, além de cada uma das peças/serviços devidamente listados, com código de peças e serviços, e com indicação unitária de preço consultado;
- 10.54. Garantir que o preço praticado pela sua rede credenciada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, de garantia e os demais serviços e materiais objeto deste Termo de Referência estará com os valores em conformidade com a proposta apresentada.
- 10.55. Manter todos os estabelecimentos que fizerem parte da sua rede credenciada (oficinas, concessionárias, prestadoras de serviço, distribuidoras, transformadoras, etc.) informados de que cabem à contratada reembolsos de quaisquer naturezas ou em quaisquer hipóteses, inexistindo qualquer relação financeira entre a contratante e tais prestadores de serviço;
- 10.56. Responsabilizar-se inteiramente pela produção do sistema informatizado de gerenciamento de manutenção de veículos, incluindo, mas não se limitando, a equipamentos servidores, hospedagem das aplicações do sistema em sítio próprio, manutenção das bases de dados, procedimentos de instalação, migração, backup, recuperação, segurança, treinamento a usuários finais, ambiente e softwares operacionais e quaisquer outras atividades, softwares, hardwares ou serviços necessários à operação e produção plena do sistema em questão, com todas as suas funcionalidades previstas;
- 10.57. Independentemente dos descontos contratados e dos valores máximos admitidos para peças e serviços, a contratada deverá primar por reduzir os gastos com manutenção da contratante, buscando potencializar as negociações com os estabelecimentos credenciados;
- 10.58. Manter um representante preposto para, junto à contratante, prestar esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato, fornecendo os meios de contato disponíveis, como números de telefone, endereços de correio eletrônico ou outro meio de comunicação que possibilite permanente e irrestrito contato contratante-contratada, inclusive fora dos dias e horários normais de atendimento, sábados, domingos e feriados;
- 10.59. A contratada deve responder às demandas da contratante em 24 (vinte e quatro) horas quando questionada pelo fiscal do contrato por e-mail, telefone, etc. E em no máximo 5 (cinco) dias úteis quando questionado por ofício.

11. OBRIGAÇÕES DA DPRJ

- 11.1. Fornecer à CONTRATADA os documentos, informações e demais elementos pertinentes à execução do contrato.
- 11.2. Exercer a fiscalização e gestão do contrato.
- 11.3. Receber provisória e definitivamente o objeto contratado, nas formas definidas neste Termo de Referência.
- 11.4. Avaliar relatório de entrega do objeto pela CONTRATADA observando os prazos e especificações técnicas estabelecidas neste TR.
- 11.5. Notificar a CONTRATADA quanto a defeitos ou irregularidades verificadas no objeto da contratação.
- 11.6. Efetuar o pagamento de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos no contrato.
- 11.7. Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações legais assumidas pela CONTRATADA.
- 11.8. Verificar a regularidade fiscal da CONTRATADA antes de efetuar o pagamento.
- 11.9. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA de acordo com a forma e prazo estabelecidos neste instrumento, observando as normas administrativas e financeiras em vigor.
- 11.10. Vetar o emprego de qualquer produto/serviço que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA que possa ser inadequado, nocivo, danificar seus bens patrimoniais ou ser prejudicial à saúde dos servidores públicos.
- 11.11. Aplicar à CONTRATADA, caso necessário, as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.
- 11.12. Preencher e enviar a ordem de serviço/fornecimento de bens de acordo com os critérios estabelecidos neste TR.
- 11.13. Recusar, com a devida justificativa, qualquer objeto entregue fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA.
- 11.14. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura emitida pela CONTRATADA dentro dos prazos preestabelecidos em contrato.
- 11.15. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas à execução dos serviços.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)

- 12.1. Comete infração administrativa o proponente/contratado que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- 12.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida neste Termo de Referência;
- 12.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 12.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da prestação dos serviços da licitação sem motivo justificado;
- 12.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida neste Termo de Referência ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 12.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

- 12.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 12.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os proponentes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 12.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste Termo de Referência.
- 12.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.2. O proponente/contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções administrativas:
- a) Advertência por escrito, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
 - b) Multas na forma prevista neste Termo de Referência
 - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 12.1.1 a 12.1.6 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 12.1.7 a 12.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave
- 12.3. Não obstante as sanções previstas no item 12.2, poderá ser aplicada penalidade referente à inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato, a qualquer tempo.
- a) Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial das obrigações contidas no mesmo.
 - b) Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total das obrigações contidas no mesmo ou recusa injustificada em assinar o contrato no prazo devido, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.
- 12.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 12.4.1. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.
- 12.4.2. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 12.5. **Das Penalidades Específicas:**
- 12.6. **Advertência**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 12.7. **Multa de:**
- a) 0,6% (seis décimos por cento) até 0,7% (sete décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - b) 0,6% (seis décimos por cento) até 0,7% (sete décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - c) 0,5% (cinco décimos por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 - d) 0,5% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo;
 - e) 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
 - f) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 12.7.1. A pena de multa será aplicada, conforme a gradação e correspondência estabelecidas nas tabelas a seguir:
- 12.8. **TABELA 1:**

| GRAU | LIMITE CORRESPONDÊNCIA |
|------|--------------------------------|
| 1 | 6% (seis por cento) |
| 2 | 12% (doze por cento) |
| 3 | 18% (dezoito por cento) |
| 4 | 24% (vinte e quatro por cento) |
| 5 | 30% (trinta por cento) |

12.9. **TABELA 2:**

| Ocorrência | Descrição | Grau | Hipóteses de incidência |
|------------|---|------|-------------------------|
| 1 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência; | 5 | 1 |
| 2 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento; | 4 | 1 |
| 3 | Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia; | 2 | 2 |
| 4 | Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência; | 2 | 2 |
| 5 | Deixar de substituir o preposto que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por dia; | 1 | 1 |
| 6 | Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência | 3 | 1 |
| 7 | Deixar de indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato; | 1 | 2 |
| 8 | Deixar de providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA | 1 | 1 |

- 12.10. Na aplicação das sanções, serão considerados:
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

- 12.11. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle. A totalidade das multas aplicadas não poderá ultrapassar o limite de 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, sem prejuízo da rescisão do contrato.
- 12.12. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 12.13. A apuração e o julgamento das infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão rito normal, na forma da Resolução DPGERJ n.º 1202 de 18 de janeiro de 2023.
- 12.14. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao proponente/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

13. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 13.1. A contratada deverá manter permanente contato com a fiscalização da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, para solução de eventuais problemas.
- 13.2. A Gestão do Contrato caberá a um servidor designado pela Secretaria de Orçamento e Finanças da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.
- 13.3. O Gestor do Contrato nomeado para acompanhar a execução do contrato deverá, no momento da sua nomeação, abrir processo de fiscalização e encaminhar aos fiscais para registro de todas as ocorrências, cabendo aos fiscais a busca por soluções amigáveis e convenientes à execução do contrato e, não sendo isso possível, deverão comunicar de forma descritiva e detalhada as faltas ou defeitos observados ao gestor do contrato.
- 13.4. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, serão designados, pela Diretoria de material, patrimônio e transporte — DMPT, 03 (três) servidores para acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço, anotando em procedimento próprio no sistema SEI, correlacionado ao processo da contratação, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 13.5. As decisões e providências que ultrapassem às atribuições do fiscal do Contrato serão comunicadas ao Núcleo de Contratos, que encaminhará Comunicação Interna – CI à Secretaria a que o contrato estiver vinculado, informando a ocorrência de fatos que possam implicar a imposição de penalidade administrativa, juntamente com Minuta de Notificação nos termos da Resolução DPGERJ nº 1202 de 18 de janeiro de 2023.
- 13.6. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.7. O representante da DPRJ com a respectiva atribuição anotará em procedimento no próprio SEI, correlacionado ao processo da contratação todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 13.8. Aplicar-se-á a Resolução DPGERJ N° 1173 de 14 de setembro de 2022 que regulamenta a gestão e a fiscalização dos contratos administrativos no âmbito da DPRJ.

14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 14.1. O pagamento será efetuado mensalmente mediante crédito em conta até o 30 (trinta) dias após o atesto do documento de cobrança (Nota Fiscal) correspondente aos serviços realizados no mês anterior.
- 14.2. O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta corrente, cujo número da conta, agência e banco deverão ser indicados pela CONTRATADA.
- 14.3. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA caso exista pendência quanto à Justiça do Trabalho e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- 14.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, nem mesmo aqueles de filiais ou matriz.
- 14.5. A nota fiscal/fatura deverá ser enviada para os fiscais do contrato, acompanhada dos documentos e certidões negativas previstos no edital.
- 14.6. No caso de fatura emitida com erro, esta será devolvida à CONTRATADA, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando o prazo para pagamento a partir da data do atesto, da nota fiscal corrigida.
- 14.7. Da mesma forma, no caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive nas notas fiscais/faturas, serão estes restituídos à CONTRATADA para correções solicitadas, não implicando à Defensoria Pública do Rio de Janeiro quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

15. QUALIFICAÇÕES

15.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 15.1.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:
- 15.1.1.1. Um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa, que comprove(m) a execução atual ou pretérita de serviços de administração e gerenciamento compartilhado de frota, para manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e mão de obra, e ainda, lavagem e higienização veicular, considerando cada item em separado para fim de análise.
- 15.1.1.2. A licitante, em até 20 (vinte) dias corridos após a assinatura do contrato, deverá comprovar um mínimo de estabelecimentos credenciados, conforme itens abaixo:
- 15.1.1.3. 05 (cinco) estabelecimentos credenciados nas categorias de **item 1)** oficina multimarcas, rede de distribuição de peças, pneus e aditivos, centros automotivos e/ou concessionárias e **item 2)** lavagem e higienização veicular na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, conforme classificação do IBGE.
- 15.1.1.4. 05 (cinco) estabelecimentos credenciados nas categorias de **item 1)** oficina multimarcas, rede de distribuição de peças, pneus e aditivos, centros automotivos e/ou concessionárias e **item 2)** lavagem e higienização veicular no Município do Rio de Janeiro, conforme classificação do IBGE.
- 15.1.1.5. 05 (cinco) estabelecimentos credenciados nas categorias de **item 1)** oficina multimarcas, rede de distribuição de peças, pneus e aditivos, centros automotivos e/ou concessionárias e **item 2)** lavagem e higienização veicular no Interior do Estado do Rio de Janeiro, conforme classificação do IBGE.

15.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 15.2.1. Para fins de comprovação de qualificação econômico-financeira, o licitante detentor da proposta ou lance de maior desconto deverá apresentar o seguinte documento:
- 15.2.1.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, caso se trate de pessoa jurídica (Lei nº 14.133/21, art. 69, caput, inciso II), ou certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021);
- 15.2.1.2. Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial;
- 15.3. **Da Vistoria Técnica:**
- 15.3.1. A participante poderá realizar vistoria técnica prévia com vistas à obtenção de informações e condições necessárias à correta elaboração da proposta e execução dos serviços e conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto. A vistoria poderá ser realizada até o último dia anterior ao da abertura da sessão, das 9h às 16h, mediante agendamento prévio com a Coordenação de Transportes, pelo telefone (21) 2332-6189 devendo, ainda, ser observado o seguinte:
- 15.3.1.1. Ser realizada por profissional especialmente credenciado como representante da participante;
- 15.3.1.2. Em nenhuma hipótese a participante poderá alegar desconhecimento, incompreensão, dúvida ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, arcando com quaisquer ônus decorrentes desses fatos;
- 15.3.1.3. não se admitirá um mesmo profissional como representante de mais de uma participante.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO SUBJETIVA

- 16.1. Não será admitida a subcontratação do objeto deste Termo de Referência.
- 16.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA** com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da **DPRJ** à continuidade do contrato

17. DA GARANTIA DO CONTRATO

- 17.1. A CONTRATADA deverá apresentar garantia contratual em uma das modalidades previstas no Art. 96, da Lei 14.133 de 2021, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do Contrato, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE.
- 17.2. Caso a CONTRATADA opte pela modalidade prevista no inciso II do § 1º do artigo 96 da Lei 14.133 de 2021, o prazo para apresentação será de 1 (um) mês, contado da data de homologação.
- 17.3. Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.
- 17.4. O levantamento da garantia contratual por parte da CONTRATADA, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.
- 17.5. A garantia, qualquer que seja a modalidade apresentada pela CONTRATADA, deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:
- Danos diretos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - Danos diretos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
 - Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA.
- 17.6. A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.
- 17.7. A garantia somente será liberada ou restituída após a execução deste Contrato e do integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, bem como ante a comprovação do pagamento, pela CONTRATADA, de todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação.
- 17.8. Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.
- 18.2. A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 229 da Lei Estadual n.º 287/79 c/c o art. 49 da Lei Federal e art. 71 da Lei 14.133/21, assegurado o direito de defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.
- 18.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência e no Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do término.
- 18.4. A CONTRATADA deverá atender, no que couber, o critério de sustentabilidade ambiental disposto na Lei Federal nº 14.133/21.
- 18.5. Na proposta deverá constar o preço unitário e total, expressos em moeda corrente nacional, nele incluídas todas as despesas com a confecção, impostos, taxas, seguro, frete, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venha ocorrer.
- 18.6. Fica o Termo de Referência em questão como esclarecedor de quaisquer dúvidas que porventura venham a existir.
- 18.7. As partes elegem o foro da comarca do Rio de Janeiro, capital do Estado do Rio de Janeiro, para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas do presente termo.
- 18.8. O objeto da presente contratação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO 1A

Rio de Janeiro, 23 de abril de 2025.

19. FOTOS

20.1. ÔNIBUS CUSTOMIZADOS



20.3. MICRO ÔNIBUS CUSTOMIZADOS



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIO EDUARDO LETHIER RANGEL**, Subdefensor Público Geral de Gestão, em 17/06/2026, às 17:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2124684** e o código CRC **9F8966EC**.



NÚCLEO DE LICITAÇÕES

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

Rio de Janeiro, 17 de junho de 2026.

O presente estudo tem como objetivo apurar a melhor solução de mercado para a demanda apontada no DOD constante do documento SEI nº 2021268.

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá a necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar, no mercado, a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO:

- 1.1. A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, para o cumprimento de suas funções institucionais, utiliza frota de veículos própria e locada, cuja operação continua é essencial para o deslocamento de defensores(as), servidores(as) e para a realização de diligências externas. A indisponibilidade desses veículos, por ausência de manutenção adequada, compromete a regularidade e a eficiência dos serviços prestados à população hiper vulnerável. Tal cenário configura a necessidade de assegurar condições que mantenham a frota em estado operacional pleno, mitigando riscos de paralisação, atrasos e falhas na prestação dos serviços institucionais.
- 1.2. A manutenção adequada da frota de veículos é essencial para garantir a segurança, a eficiência e a durabilidade dos automóveis, especialmente quando se trata da frota da DPRJ, que desempenha um papel vital no transporte dos Defensores, Servidores e demais usuários, além dos materiais.
- 1.3. Outro ponto que foi objeto de reflexão do corpo técnico da COTRAN diz respeito à lavagem dos veículos, que atualmente é feita nos "fundos" da sede da Defensoria Pública, em local inadequado e descoberto, que fica exposto ao tempo. Assim, a lavagem é feita de forma absolutamente "artesanal", dificultando o fluxo e o estacionamento dos veículos, razão pela qual se considera necessário o suporte de lavagem profissional para o saneamento dessas questões e para que seja possível garantir efetivamente aos usuários uma experiência bem-sucedida - não somente sob o aspecto da segurança do veículo, mas também da higienização adequada. Tal serviço é prestado atualmente por um único servidor terceirizado, que não atende à demanda diária, considerando a quantidade de veículos utilizados.

2. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO, PREVENDO CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE, OBSERVADAS AS LEIS OU REGULAMENTAÇÕES ESPECÍFICAS, BEM COMO PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE E DESEMPENHO:

- 2.1. O modelo proposto é uma aplicação simples que permite à DPRJ a realização de serviços de manutenção preventiva, corretiva, lavagem/higienização e serviços de borracharia em rede de oficinas, com o gerenciamento e acompanhamento das Ordens de Serviço por meio web. A contratação pretendida objetiva atender aos itens a seguir listados:
- 2.1.1. **Exigências Operacionais (Principais Serviços):**
- 2.1.1.1. Manutenção mecânica e elétrica preventiva e corretiva em motor; sistema de embreagem; sistemas de alimentação e injeção eletrônica a diesel, a gasolina e a álcool; sistema de transmissão; sistema de direção; sistema de suspensão; sistema de freios; sistema de arrefecimento, ventilação; sistema elétrico em geral; sistema de escapamento.
- 2.1.1.2. Manutenção de garantia de fábrica.
- 2.1.1.3. Manutenção de veículos envolvidos em danos por acidentes ou incidentes
- 2.1.1.4. Serviços de retífica (motor e componentes, discos e campanas de freios)
- 2.1.1.5. Serviços de substituições de óleos lubrificantes para motores a gasolina, a álcool e a diesel; câmbios e transmissões
- 2.1.1.6. Serviço de lanternagem e funilaria
- 2.1.1.7. Serviço de pintura
- 2.1.1.8. Serviços de tapeçaria automotiva: costuras e/ou trocas de estofados; revestimentos; bancos; encosto de cabeça; forrações do teto, assoalhos, porta-malas; guarnições de tecidos, nylon ou similar
- 2.1.1.9. Serviços de alinhamento de direção e suspensão (câster, cambagem, convergência e divergência), desempenho de rodas, balanceamento, simples e computadorizado; trocas e remendo de pneus
- 2.1.1.10. Serviços de chaveiro automotivo, incluindo fornecimento de chaves; cópias; reparos e/ou substituições de cilindros de ignição e trancas de volantes; decodificação e cartões de ignição automotiva
- 2.1.1.11. Serviços de manutenção de ar condicionado automotivo, incluindo verificação do funcionamento; correções de vazamentos; reposições de gás; substituições de filtros; higienização do sistema de ar condicionado
- 2.1.1.12. Fornecimento de toda e qualquer peça necessária ao uso regular do veículo
- 2.1.1.13. Fornecimento de todo e qualquer componente e/ou acessório automotivo
- 2.1.1.14. Serviços de reparo e substituição de acessórios veiculares luminosos e sonoros
- 2.1.1.15. Serviços de plotagem, adesivagem e envelopamento nos padrões da DPRJ, inclusive com fornecimento de material adesivo, ou imantado, utilizado nos veículos
- 2.1.1.16. Serviços de lavagem
- 2.1.1.17. Serviços, materiais e peças de borracharia em geral, incluindo fornecimento de pneus
- 2.1.1.18. Serviços de vidraçaria automotiva em geral, incluindo substituições de vidros; acabamentos; retrovisores; borrachas; instalações de películas; polimento e reparos de fissuras nos vidros, colocação e retirada de películas de controle solar, etc.
- 2.1.1.19. Todo e qualquer serviço, material, peça, acessório ou componente que, embora não explicitamente especificado, faça-se necessário ao perfeito reparo do veículo.
- 2.1.2. **Sobre Práticas de Sustentabilidade:**
- 2.1.2.1. Todos os processos envolvidos na execução desse objeto, sejam de extração, fabricação, utilização ou descarte de materiais e serviços devem estar revestidos da preocupação com a sustentabilidade ambiental e totalmente de acordo com as imposições normativas editadas pelos órgãos de proteção ao meio ambiente, quais sejam;
- 2.1.2.2. Obedecer às normas técnicas de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego;
- 2.1.2.3. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora n. 6 do MTE;
- 2.1.2.4. Prever a destinação ambiental adequada das pilhas, baterias, pneus, óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 04 de novembro de 2008 e na Lei n. 12.305/2010
- 2.1.2.5. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- 2.1.2.6. Buscar que sua rede credenciada adote, cada vez mais, as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços:
- 2.1.2.7. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:
- 2.1.2.8. Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
- 2.1.2.9. Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de contratada coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
- 2.1.2.10. Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.
- 2.1.2.11. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- 2.1.2.12. Providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 18/03/2010, conforme artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata;
- 2.1.2.13. Quanto às substâncias que destroem a camada de ozônio, na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo a seguinte diretriz:
- 2.1.2.14. Quanto a frascos de aerossol em geral, a contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos frascos de aerossol originários da contratação, recolhendo-os ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada.
- 2.1.2.15. Manter programa interno para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- 2.1.2.16. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados e destiná-los à coleta seletiva municipal ou às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, para reciclagem, quando couber, nos termos da Instrução Normativa MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022;
- 2.1.2.17. Respeitar as Normas Brasileiras de Regulamentação – NBRs, publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- 2.1.2.18. Propor ao contratante, medidas que visem a economia de combustíveis e também a emissão de gases poluentes.
- 2.1.3. **Dos Critérios de Desempenho e Elementos Técnicos:**
- 2.1.3.1. A implantação do sistema informatizado de gerenciamento de manutenção de frota, de suas funcionalidades, de operacionalização e apresentação de rede credenciada capaz de suprir as necessidades da contratante deverá ocorrer num prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do contrato. Os usuários que serão habilitados ao uso do sistema deverão ser cadastrados no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, após informações prestadas pela contratante.
- 2.1.3.2. Do treinamento, a contratada deverá ministrar treinamento inaugural, em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, a gestores e/ou fiscais indicados pela contratante que estarão diretamente envolvidos na utilização do sistema de informação a ser disponibilizado, sem qualquer custo adicional a ser faturado.
- 2.1.3.3. O treinamento deverá ocorrer na sede da DPRJ.
- 2.1.3.4. Nos valores ofertados para a prestação dos serviços, deverão estar incluídos todos os custos diretos ou indiretos, tais como salários, mão de obra, equipamentos, materiais, custos e despesas operacionais, tributos, encargos sociais, e tudo mais que seja inerente ao sistema.
- 2.1.3.5. Data de realização, carga horária e conteúdo programático do curso deverão ser previamente alinhados com o gestor a ser indicado pela contratante. Ademais, a empresa deverá oferecer manual para a utilização da plataforma.

- 2.1.3.6. A contratada deverá oferecer treinamento de reciclagem a cada período contratual em moldes equivalentes àqueles definidos neste item, ou sempre que a contratante, justificada e formalmente, assim o demandar.
- 2.1.3.7. Quando da alteração de funcionalidades do sistema que afetem diretamente a operação, o nivelamento de conhecimento poderá ser aplicado por meio de treinamento presencial ou ferramenta eletrônica capaz de suprir necessidade, a critério da contratante, ou ainda quando haja substituição de fiscais.
- 2.1.3.8. A contratada deverá optar pela rede de estabelecimentos especializados em serviços técnicos de manutenção de veículos que disponham dos seguintes requisitos mínimos:
- 2.1.3.9. Possuir microcomputador, impressora e conexão à Internet;
- 2.1.3.10. Dispor de estrutura física, técnica, de ferramenta e equipamentos para atendimento da solicitação feita;
- 2.1.3.11. Executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva de acordo com sua especialidade, com fornecimento de peças e componentes e demais materiais destinados à manutenção da frota de veículos da contratante, nas suas instalações, independentemente da marca do veículo;
- 2.1.3.12. Executar os serviços solicitados, com pessoal qualificado, mediante o emprego de técnica e ferramentas adequados;
- 2.1.3.13. Devolver os veículos para a contratante em perfeitas condições de funcionamento;
- 2.1.3.14. Executar fielmente, dentro das melhores normas técnicas, os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações de fábrica e rigorosa observância aos demais detalhes emanados e/ou aprovados pela contratante, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços e desde que aprovado pela contratante.
- 2.1.3.15. Efetuar garantia de todos os serviços e troca de peças que realizar;
- 2.1.3.16. Estar apta à emissão de notas fiscais eletrônicas, em conformidade com o Protocolo ICMS pertinente.
- 2.1.3.17. A contratada será a única responsável por garantir que os estabelecimentos credenciados atendam às exigências descritas no parágrafo acima.
- 2.1.3.18. A critério da Administração, havendo necessidade de credenciamento de novos estabelecimentos, o prazo para conclusão do processo será de 15 (quinze) dias corridos a partir da solicitação da contratante. Caso não seja efetivado o credenciamento, deverá ser apresentada justificativa ao fiscal responsável.
- 2.1.3.19. A contratada deverá oferecer canal permanente de comunicação com o credenciado, fornecendo-lhe todos os meios para sanar seus questionamentos, como telefones, celulares, e-mails, etc.
- 2.1.3.20. O atendimento de solicitação de manutenção automotiva em geral, preventiva e corretiva, com prestação de serviços e troca de peças e acessórios, deverá ocorrer, preferencialmente, no Município do Rio de Janeiro.
- 2.1.3.21. A contratada deverá credenciar, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da solicitação, concessionárias das marcas dos veículos que forem adquiridos durante a vigência do contrato, bem como daqueles eventualmente colocados à disposição da DPRI.
- 2.1.3.22. A manutenção e conservação dos veículos da contratante, por meio de reparação automotiva, revisões em garantia, revisões preventivas e corretivas realizadas por rede credenciada de estabelecimentos deverá compreender os serviços referentes à execução de reparos, conservação e recuperação de veículos, com fornecimento de peças, acessórios e materiais específicos necessários à execução dos serviços relativos à correta manutenção do veículo, incluindo-se:
- a) Todo e qualquer serviço, material, peça e acessório ou componente que, embora não explicitamente especificado neste Estudo Técnico Preliminar, tenha necessidade de ser reparado no veículo que for necessário deverá ser executado ao perfeito reparo do veículo.
- b) A manutenção preventiva refere-se à execução de serviços obrigatórios de revisões estimadas no manual do proprietário/condutor, ou na forma estipulada em contrato (por tempo ou determinada quilometragem, aquele que chegar primeiro), levando-se em conta a quilometragem de 1.000, 5.000, 10.000, 15.000, etc., evitando eventuais quebras e defeitos nos veículos, mantendo-os em perfeito estado de uso, incluindo-se as trocas autorizadas de peças necessárias ao bom funcionamento do veículo, compreendendo todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias de automóveis, obedecendo -se às recomendações do fabricante do veículo e/ou às recomendações da contratante.
- c) A manutenção corretiva destina-se a repor o veículo em perfeito estado de uso, mediante a substituição autorizada de peças danificadas, gastas ou defeituosas e/ou execução de regulagens, ajustes mecânicos, elétricos e o que mais seja necessário ao restabelecimento das condições do veículo, compreendendo todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias de automóveis, que venham a ocorrer fora dos períodos estabelecidos para execução das manutenções preventivas, para correções de defeitos aleatórios resultantes de desgaste e/ou deficiências de operação, manutenção e fabricação, garantindo a operacionalidade do veículo, além de preservar a segurança de pessoas e bens.
- d) Devem ser observadas e realizadas as revisões periódicas conforme manual do fabricante, atendendo a todas as exigências legais para manter a garantia de fábrica, realizadas em concessionárias, conforme a marca dos veículos, em período de garantia e/ou quando da aquisição de novos veículos.
- 2.1.4. **Qualidade: Os serviços corretivos ou preventivos, os de revisão em garantia e os reparos a danos provocados por incidentes ou acidentes a serem executados, além do constante no manual do fabricante do veículo, deverão observar o disposto nos seguintes itens:**
- a) Revisão de todos os itens do sistema de transmissão, inclusive: lubrificação de diferencial, caixa de câmbio, folgas e balanceamento de eixo cardã, se houver, juntas homocinéticas, cruzetas e suas respectivas coifas, pontas de eixo, coxins e outros afins;
- b) Revisão de todos os itens do sistema de direção, inclusive: aperto de parafusos, regulagem e conferência de terminais, lubrificação (graxa e óleo), barra de direção, bomba de direção, folgas, correia da bomba, caixa de direção, alinhamento, balanceamento, cambagem das rodas e outros;
- c) Revisão de todos os itens do sistema de freio, inclusive: regulagem de freio, verificação do desgaste das pastilhas, lonas, dos discos, tambores, nível do fluido de freio e substituição se necessário, verificação de servofreio, culcas de freio, cilindro mestre e auxiliares, freio de estacionamento (cabos, pedais, alavancas), válvulas (pneumáticas) e outros;
- d) Revisão de todos os itens do sistema de arrefecimento, inclusive: exame do radiador, sensores, aditivos, verificação do nível da água e mangueiras e outros afins;
- e) Revisão de motor: verificação das correias, óleo, filtro de óleo e combustível, juntas, coxins, bombas injetoras, sensores, turbinas e substituições se necessário com fornecimento completo dos insumos e outros;
- f) Revisão de todos os itens do sistema de suspensão, inclusive: molas, amortecedores, batentes, coifas, bandejas superiores e inferiores, buchas, pivôs, barras estabilizadoras, rolamentos internos e externos e outros;
- g) Revisão do sistema de exaustão de gases do motor: escapamentos intermediário e final, catalisadores, sensores, coletores de escape e suas respectivas juntas;
- h) Revisão do sistema elétrico, incluindo os acessórios de sinalização policial (giroflex, estrobo) e outros;
- i) Serviços de lanternagem, funilaria e pintura (corretiva e/ou estética), reparos, incluindo reposição de peças e acessórios;
- j) Serviços de borracharia, quando necessário, incluindo o conserto, fornecimento e/ou troca de pneus sem condições de uso ou segurança, ou danificado e/ou sua respectiva roda;
- k) Aplicação e/ou remoção de película não refletiva em áreas envidraçadas de veículos, plotagem, envelopamento e adesivagem, no padrão do contratante, conforme modelos a serem por este fornecidos;
- l) Serviços de vidraçaria automotiva, quando necessário, incluindo o fornecimento de vidros e guarnições, reparos para pequenas trincas em para-brisas e vidros laterais e polimento de faróis,;
- m) Recarga e/ou troca dos extintores dos veículos que estejam vencidos ou sem carga ou pressão;
- n) Serviço de lavagem geral interna e externa, aspiração, lavagem de motor, enceramento, polimento, cristalização, lubrificação geral e lavagem geral de estofamentos e teto, inclusive a seco, e outros serviços relacionados com lavagem e limpeza geral do veículo;
- o) Serviços de reparação de acessórios dos veículos, sejam de comunicação, sonoros ou luminosos, bem como as peças e reposições;
- p) Serviços de confecção e fornecimento de placas e tarjetas de identificação dos veículos, incluindo-se pagamento das taxas para obtenção das placas e tarjetas, nos padrões do CONTRAN; e
- q) Serviços de confecção de chaves simples ou codificadas para veículos, além de abertura de portas e reparo em fechaduras de portas de veículos.
- r) As peças danificadas ou impróprias para uso, seja por desgaste, defeito de fabricação ou quebra decorrente do uso normal dos veículos, deverão ser substituídas por peças novas, de primeiro uso, originais e/ou genuínas ou recomendadas pelo fabricante, com garantia de fábrica/montadora, e os serviços prestados deverão ter garantia expressa no orçamento fornecido pelas credenciadas da contratada.
- s) Excepcionalmente, quando não houver disponibilidade de peças novas e originais e/ou genuínas no mercado e mediante comprovação por parte da credenciada pela contratada, poderá ser admitida a substituição por peça definida nos requisitos de serviços, ou seja, peças de uso automotivo, independentemente de recomendação/indicação do fabricante, desde que seja certificado para o modelo do veículo a ser reparado.
- t) Na hipótese de instalação inadequada de peça, componente ou acessório, a contratada deverá providenciar a imediata regularização, sem quaisquer ônus para o contratante. As peças e acessórios substituídos pelas credenciadas da contratada deverão ser entregues à contratante no ato do recebimento do veículo devidamente consertado.
- 2.1.4.1. O estabelecimento credenciado que receber uma solicitação de orçamento terá até 2 (dois) dias úteis para lançá-lo no sistema da contratada.
- 2.1.4.2. Os estabelecimentos credenciados da contratada terão até 2 (dois) dias úteis no sistema, a partir da data e hora do lançamento do primeiro orçamento pelo estabelecimento no sistema, para apresentar pelo menos 2 (duas) outras cotações, efetuar as pesquisas exigidas contratualmente (contendo descrição de peças e serviços, códigos, valores unitários da marca/modelo do veículo e a unidade da federação onde o serviço será executado), e negociações necessárias, liberando o orçamento para aprovação da contratante. As pesquisas feitas pela contratada deverão ser apresentadas para a contratante, de forma a estarem disponíveis, a qualquer tempo, para fins de auditoria ou outro, devendo ser, preferencialmente, anexadas ao orçamento, no próprio sistema online. Desobriga-se da realização de duas outras cotações aqueles orçamentos relacionados com peças e/ou serviços cujo sistema já tenha registro de comparativo de todas as peças e serviços necessários.
- 2.1.4.3. A contratante terá até 2 (dois) dias úteis para aprovar o orçamento no sistema, a partir da data e hora da realização do descrito no parágrafo anterior.
- 2.1.4.4. O prazo limite para a execução dos serviços pela credenciada da contratada será de 5 (cinco) dias corridos, contados a partir da data de autorização da realização do serviço, salvo se for apresentada justificativa prévia por parte da credenciada, aceita pela contratante.
- 2.1.4.5. O estabelecimento credenciado somente poderá emitir notas fiscais após aprovação do serviço executado pela contratante, sendo que essa aprovação não poderá ser feita por processo automático do sistema da contratada.
- 2.1.4.6. Os lubrificantes utilizados nas trocas de óleo do motor, câmbio e direção hidráulica devem seguir as especificações estabelecidas ou recomendadas pelos fabricantes.
- 2.1.4.7. O local de execução dos serviços será no estabelecimento credenciado da contratada, cujo endereço, telefone e nome do responsável deve constar no orçamento ou, em casos de emergência, no local onde se encontrar o veículo impossibilitado de deslocamento, desde que autorizado pela contratante.
- 2.1.4.8. O estabelecimento credenciado pela contratada deverá informar à contratante, via sistema, a relação dos serviços (mão de obra), a garantia, o tempo e as peças necessárias para execução do serviço, com a devida descrição (código/marca/modelo/quantidade).
- 2.1.4.9. Caso o estabelecimento credenciado não preste seus serviços a contento, a contratante comunicará o fato à contratada, resguardando-se do direito de não mais utilizar os serviços prestados pelo estabelecimento e ainda de reprovar o serviço no sistema, bloqueando a possibilidade de pagamento até que seja solucionada a questão, sendo que a nova aprovação do serviço não poderá ser feita de forma automática pelo sistema da contratada.
- 2.1.4.10. Os valores dos serviços, peças, componentes e materiais serão informados quando da elaboração dos orçamentos pelos estabelecimentos credenciados no sistema via web, para análise e aprovação pela contratante, e nunca poderão ser superiores àqueles constantes das tabelas de preços do fabricante da marca, sob pena de não aceitação ou de receberem glosa definitiva, independentemente da aprovação do orçamento pelo gestor.
- 2.1.4.11. Os pacotes de revisão realizados em concessionárias terão seus valores verificados na data da necessidade, junto à rede da marca.
- 2.1.4.12. O orçamento de peças/materiais/acessórios deverá conter, obrigatoriamente, código, descrição, marca, modelo, quantidade, amperagem, valor unitário e total.
- 2.1.4.13. A manutenção deverá ocorrer, de acordo com o tempo padrão estabelecido nas tabelas tempárias do fabricante da marca, que deverá ser mencionada no orçamento realizado e enviado para aprovação da contratante.
- 2.1.4.14. Os serviços deverão ser realizados por profissionais qualificados, em condições e instalações técnicas adequadas, objetivando a realização dos serviços com eficiência e qualidade desejada e com garantia, sendo que não serão aceitas reincidências de defeito, com repetidos retornos às oficinas, por serviços já executados, ficando desde já estabelecido que a contratada deverá apresentar justificativas por escrito dos problemas geradores das reincidências, sob pena de sofrer as sanções previstas neste termo de referência.
- 2.1.4.15. Os serviços somente poderão ser executados após o envio on-line/real time, pela empresa conveniada, de orçamento detalhado, utilizando-se os menus eletrônicos apropriados existentes no ambiente web da contratada, e respectiva autorização pelo gestor designado pela contratante, que se pronunciará após análise e avaliação do orçamento a ele submetido previamente.
- 2.1.4.16. O veículo submetido a serviços/troca de peças deverá, obrigatoriamente, ser lavado, sem custo adicional, a fim de ser entregue limpo à contratante, sempre que passar mais de 24 (vinte e quatro) horas no estabelecimento credenciado.
- 2.1.5. **Da garantia e qualidade das peças, materiais e dos serviços:**

- 2.1.5.1. A contratada, por meio do estabelecimento que executou o serviço/forneceu peças, deve conceder garantia dos serviços/peças, na forma a seguir:
- 2.1.5.2. Todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva devem apresentar garantia mínima de 3 (três) meses, contados da efetiva prestação dos serviços;
- 2.1.5.3. Para os serviços de balanceamento de rodas, alinhamento e geometria, de 3 (três) meses ou 5.000 (cinco mil) quilômetros, sendo que, neste caso, a garantia se estenderá ao que terminar por último;
- 2.1.5.4. Para os serviços de lanternagem e pintura, a contar da efetiva prestação dos serviços, não poderá ser inferior a 6 (seis) meses;
- 2.1.5.5. Para as peças, componentes e acessórios, a partir da data da efetiva instalação no veículo, não poderá ser inferior a três meses;
- 2.1.5.6. Serviços e peças utilizados em serviços de retífica de bloco e/ou cabeçote de motor e seus componentes, caixa de câmbio, diferencial, motor de partida, bomba injetora, turbinas, bomba da direção hidráulica, compressor de ar-condicionado, contando-se da data da efetiva prestação do serviço, 6 (seis) meses ou 10.000 (dez mil) quilômetros, sendo que a garantia se estenderá ao que terminar por último quando o fabricante da peça não oferecer prazo maior de garantia, devendo, em caso de prazo de garantia superior, prevalecer a garantia oferecida pelo fabricante;
- 2.1.5.7. Para os serviços em câmbio e suspensão, a partir da data da efetiva prestação dos serviços, não poderá ser inferior a seis meses ou 15.000 (quinze mil) quilômetros, o que ocorrer por último; e
- 2.1.5.8. A garantia das peças e serviços deverá ser cumprida, mesmo após o término ou rescisão do contrato.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR, PODENDO, ENTRE OUTRAS OPÇÕES:

- 3.1. Para atender à necessidade da presente contratação, foram encontradas as seguintes soluções possíveis:
- 3.1.1. **Alternativa 1:** Consiste em realizar a contratação uma empresa tipo oficina, capaz de atender toda a frota da DPRJ, ou seja, realizar a contratação de uma única oficina e dessa maneira centralizaríamos todos os serviços.
- 3.1.2. **Alternativa 2:** Consiste em criar e implantar um sistema informatizado direto de autogerenciamento da frota na sede de modo a integrar todos a uma rede, para o qual seria necessário a criação de um sistema integrado, com protocolos de segurança necessários a uma rede como esta.
- 3.1.3. **Alternativa 3:** Consiste em criar uma oficina própria.
- 3.1.4. **Alternativa 4:** Realizar a contratação de uma empresa que preste serviço especializado de gerenciamento compartilhado de manutenção de frota e que disponha de rede de estabelecimentos credenciados (oficinas, concessionárias, guinchos, lava jatos, etc.) com uso de cartões para pagamentos informatizados, ou ordens de serviço emitidas no sistema que permita o gerenciamento por parte da contratante.
- 3.2. **Da análise:**
- 3.2.1. **A alternativa “1”,** registrada no item 3.1.1 embora seja funcional, carece de eficiência na prestação dos serviços, uma vez que haveria uma terceirização por parte da oficina, dificultando a participação direta da fiscalização na execução dos serviços.
- 3.2.2. **A alternativa “2”** registrada no item 3.1.2 é inviável, pois demandaria a criação de um sistema integrado entre a instituição e oficinas, algo que não está na esfera de governabilidade da área demandante. Além disso, credenciar oficinas e depois fiscalizá-las individualmente seria uma tarefa difícil e altamente custosa tendo em vista o número reduzido de servidores e a ausência de servidores com experiência técnica para desempenhar tal função.
- 3.2.3. **A alternativa “3”,** registrada no item 3.1.3 demonstra-se inviável em função da necessidade de aquisição de terreno, a aquisição e instalação de equipamentos específicos como elevadores hidráulicos, equipamentos para realização de ajustes mecânicos, scanner de diagnóstico automotivo, compressores, equipamentos de borracharia e etc... e ainda a contratação de mão de obra especializada a ser realizada através de processo licitatório.
- 3.2.4. **A alternativa “4”** registrada no item 3.1.4 é a solução ideal para a necessidade, pois visa a contratação de uma única empresa que atua com meios de pagamentos e sistema gestão de gastos, bastando para isso a realização de um único processo licitatório, o que significa dizer uma grande economia no que diz respeito aos recursos humanos empregados para a realização dos inúmeros processos licitatórios a serem realizados quando da adoção do modelo tradicional. Para que esse fim seja alcançado, basta uma boa definição da amplitude (qualitativa e quantitativa) da rede credenciada para atender todas as peculiaridades necessárias para a realização das lavagens e das manutenções da frota veicular. Assim, com uma boa definição dos pontos necessários para atendimento, uma única empresa contratada bastará para atender a toda a demanda que nos demais modelos apresentados seria realizada por várias empresas. Em decorrência disto, toda a informação relativa as manutenções realizadas pela frota veicular será registrada em um único sistema, de modo que o gestor do contrato terá condições de acessá-las de maneira simples, bem como irá contar com uma série de relatórios e indicadores capazes de facilitar seu processo decisório, como por exemplo:
- a) decidir pela baixa de veículos com baixa no gastos relativos a sua manutenção;
- b) optar por trocar alterar o perfil da frota de veículos com base no histórico de manutenção;
- c) optar pela realização de manutenção preventiva ou corretiva de acordo com o histórico de custo de manutenção; etc.
- d) Além disso, o sistema de gerenciamento é um facilitador, uma vez que a administração não ficará refém de uma única e/ou de uma determinada localidade, podendo se socorrer de outros estabelecimentos credenciados, bem como buscar diariamente qual estabelecimento credenciado pratica o menor valor, e, assim, alcançar uma maior economicidade. Desta feita, conclui-se, pois, pela escolha da solução apresentada pela alternativa nº 4, registrada no item 3.1.4, de acordo com cotejamento realizado as demais alternativas considerando as relações custo-benefício; e a partir das variáveis que a adoção do gerenciamento de frota da forma proposta irá trazer benefícios e economia (direta e indireta) portanto, trata-se da opção mais vantajosa para a Administração. Além do mais, verifica-se que se trata de um modelo de contratação amplamente utilizado pela Administração Pública em geral, até mesmo porque é uma ferramenta sistêmica que visa a modernizar os procedimentos internos e otimizar a utilização do tempo dos recursos humanos, bem como conferir maior transparências aos gastos.
- 3.3. Cabe registrar que a parceria com outros entes da Administração Pública não foi considerada nesse estudo sequer como possível alternativa, pois já se demonstrou um resultado insatisfatório aquém das necessidades dos envolvidos, sobretudo pelas características da frota de cada ente, das quantidades de veículos e dos gastos ao longo do exercício de cada órgão ou instituição.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO;

- 4.1. A solução é a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de gerenciamento de serviços para a manutenção preventiva, manutenção corretiva e lavagem de veículos oficiais da Defensoria Pública do Rio de Janeiro.
- 4.2. Para execução dos serviços a contratada deverá fornecer um sistema informatizado via internet - WEB, que possibilite a obtenção de orçamentos dos materiais e serviços especializados de manutenção por intermédio da rede de lojas, oficinas e estabelecimentos diversos credenciados pela contratada, para atender os veículos da frota da DPRJ, que propiciará gestão e controle detalhado das informações à contratante.
- 4.3. O sistema de gerenciamento integrado deverá permitir a emissão de relatórios cadastrais, operacionais e financeiros para o controle e gestão das informações sobre os veículos cadastrados, com identificação de toda e qualquer transação efetuada, cujo atendimento na rede credenciada tenha gerado despesas que envolva a manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos automotores, possibilitando o efetivo controle e gestão das informações sobre os veículos, usuários e respectivas despesas.
- 4.4. A solução proposta deverá permitir a informatização dos dados de quilometragem, identificação do veículo, datas, horários, tipos de serviços realizados e peças adquiridas, por meio de:
- 4.4.1. Sistema de gerenciamento integrado, oferecendo relatórios gerenciais de controle das despesas de manutenção da frota;
- 4.4.2. Sistema tecnológico integrado para viabilizar o pagamento dos serviços de manutenção da frota de veículos junto à rede credenciada;
- 4.4.3. Sistema operacional para processamento das informações via web em tempo real pela contratante e rede credenciada;
- 4.4.4. Registro informatizado dos dados de manutenção disponíveis para consulta via Internet (web) em tempo real (on-line);
- 4.4.5. Acesso aos Gestores, permitindo consulta, autorização, aprovação, rejeição, emissão e consulta de relatórios, cujos níveis de acesso devem atender à indicação formalizada pela contratante;
- 4.4.6. Rede de oficinas mecânicas equipadas para aceitar transações do sistema tecnológico da contratada;
- 4.4.7. Orçamento eletrônico com acesso on-line (rede credenciadas cadastrarão os orçamentos diretamente no sistema via web);
- 4.4.8. O sistema WEB deve permitir acesso somente a usuários previamente cadastrados e autenticados por meio de senha individual. O sistema não deverá permitir o cadastro incompleto, exigindo dados mínimos como nome completo, e-mail institucional, telefone, órgão vinculado, RG, CPF e data de nascimento.
- 4.4.9. Histórico de manutenção por veículo;
- 4.4.10. Ferramenta on-line para avaliação e autorização de serviço;
- 4.4.11. O sistema deve manter o registro de todas as transações realizadas no sistema (Log de dados) compreendendo cadastro, acessos, inclusões, exclusões, aprovações, reprovações, solicitações e demais atividades, devendo ter seu registro vinculado ao login do usuário, data e hora da execução e o respectivo histórico de alterações.
- 4.4.12. Software de automação auto instalável, aplicação preferencialmente em desktops, podendo ser disponibilizado em versão para tablets, smartphones, com licença para, no mínimo, 2 (dois) servidores e possibilidade de outros pontos adicionais.
- 4.4.13. Possibilidade de emissão de orçamentos eletrônicos de veículos, permitindo a avaliação de danos em veículos, gerando orçamentos contendo código das peças e tempo de realização dos serviços de mão de obra para manutenção, funilaria e pintura, objetivando verificar a conformidade de preços.
- 4.5. **Da execução dos serviços:**
- 4.5.1. A prestação dos serviços de mão de obra para manutenção e lavagem veicular e de fornecimento de peças deverá atender à(s)/ao(s):
- 4.5.1.1. Atual frota oficial da DPRJ,
- 4.5.1.2. Outros veículos que venham a ser acrescidos ou substituídos à atual frota da DPRJ;
- 4.5.1.3. Veículos cedidos a DPRJ, por meio de convênio, contratos ou ordem judicial;
- 4.5.1.4. Empresas que serão credenciadas pela licitante vencedora deverão atentar para os critérios de sustentabilidade ambiental.
- 4.5.1.5. A contratante é a única que pode autorizar os orçamentos apresentados. O estabelecimento que executou o serviço somente poderá emitir notas fiscais após a aprovação/atesto do serviço pela contratante.
- 4.5.1.6. A contratada apresentará uma única nota, com todos os serviços prestados pelas credenciadas e com o desconto devido, no mês subsequente aos serviços prestados; e a contratante realizará o pagamento após emissão na nota fiscal, emitida pela contratada, sobre, exclusivamente, o que foi consumido em cada manutenção.
- 4.5.1.7. O gerenciamento compartilhado, da manutenção da frota de veículos será por meio de sistema informatizado de controle integrado, compreendendo o atendimento nos diversos estabelecimentos credenciados pela contratada, elaboração de orçamento detalhado das peças, componentes, produtos e serviços especializados.
- 4.5.1.8. As peças, componentes, acessórios e outros materiais de uso automotivo necessários ao bom funcionamento da frota da DPRJ, sejam eles distribuídos ou comercializados pelo fabricante, montadora de veículos e/ou por meio da rede de concessionárias ou pelo comércio e indústria automotiva e afins, deverão ter as seguintes características e procedências: Originais, genuínos, produzidos e/ou embalados e com controle de qualidade do fabricante ou montadora do veículo e constantes de seu catálogo; Originais e/ou genuínos do fabricante fornecedor da montadora dos veículos, atendidos os mesmos padrões e níveis de qualidade por esta exigidos, recomendados ou indicados e constantes de seu catálogo. De outros fabricantes, cujo produto atenda os níveis de qualidade e aplicabilidades recomendadas ou indicados pelo fabricante ou montadora do veículo, constantes ou não de seu catálogo, sob solicitação ou autorização formal da Administração; e de uso automotivo, independentemente de recomendação/indicação do fabricante, desde que seja certificado para o modelo do veículo a ser reparado.
- 4.5.1.9. **Da implantação do Sistema:** A implantação do sistema informatizado de gerenciamento de manutenção de frota, de suas funcionalidades, de operacionalização e apresentação de rede credenciada capaz de suprir as necessidades da contratante deverá ocorrer num prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de assinatura do contrato. Os usuários que serão habilitados ao uso do sistema deverão ser cadastrados no prazo máximo de 2 (dois) dias, após informações prestadas pela contratante.
- 4.5.1.10. **Do Treinamento:** A contratada deverá ministrar treinamento inaugural, em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, a gestores e/ou fiscais indicados pela contratante que estarão diretamente envolvidos na utilização do sistema de informação a ser disponibilizado, sem qualquer custo adicional a ser faturado. O treinamento deverá ocorrer na sede da DPRJ. Nos valores ofertados para a prestação dos serviços deverão estar incluídos todos os custos diretos ou indiretos, tais como salários, mão de obra, equipamentos, materiais, custos e despesas operacionais, tributos, encargos sociais, etc. Inerentes ao sistema. A data de realização, carga horária e conteúdo programático do curso deverão ser previamente alinhados com o gestor a ser indicado pela contratante. Ademais, a empresa deverá oferecer manual para a utilização da plataforma. A contratada deverá oferecer treinamento de reciclagem a cada período contratual em moldes equivalentes àqueles definidos neste item, ou sempre que a contratante, justificada e formalmente, assim o demandar. Quando da alteração de funcionalidades do sistema que afetem diretamente a operação, o nivelamento de conhecimento poderá ser aplicado por meio de treinamento presencial ou ferramenta eletrônica capaz de suprir necessidade, e critério da contratante, ou ainda quando haja substituição de fiscais.
- 4.6. **Sobre o nível de qualidade das empresas credenciadas pela contratada:**

- 4.6.1. A contratada deverá optar pela rede de estabelecimentos especializados em serviços técnicos de manutenção de veículos que disponham dos seguintes requisitos mínimos:
- 4.6.1.1. Possuir microcomputador, impressora e conexão à Internet;
- 4.6.1.2. Dispor de estrutura física, técnica, de ferramenta e equipamentos para atendimento da solicitação feita;
- 4.6.1.3. Executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva de acordo com sua especialidade, com fornecimento de peças e componentes e demais materiais destinados à manutenção da frota de veículos da contratante, nas suas instalações, independentemente da marca do veículo;
- 4.6.1.4. Executar os serviços solicitados, com pessoal qualificado, mediante o emprego de técnica e ferramentas adequados;
- 4.6.1.5. Devolver os veículos para a contratante em perfeitas condições de funcionamento;
- 4.6.1.6. Executar fielmente, dentro das melhores normas técnicas, os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações de fábrica e rigorosa observância aos demais detalhes emanados e/ou aprovados pela contratante, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços e desde que aprovado pela contratante;
- 4.6.1.7. Efetuar garantia de todos os serviços e troca de peças que realizar;
- 4.6.1.8. Estar apta à emissão de notas fiscais eletrônicas, em conformidade com o Protocolo ICMS pertinente.
- 4.6.2. O atendimento de solicitação de manutenção automotiva preventiva e corretiva e serviços de lavagem, com prestação de serviços e troca de peças e acessórios deverá ocorrer, em geral, no Município do Rio de Janeiro, onde deverão existir pelo menos 05 (cinco) estabelecimentos credenciados, disponibilizados pela contratada, e ainda, o quantitativo mínimo de:
- 4.6.2.1. 05 (cinco) estabelecimentos credenciados, na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, conforme classificação do IBGE.
- 4.6.2.2. 05 (cinco) estabelecimentos credenciados, no Interior do Estado do Rio de Janeiro, conforme classificação do IBGE.
- 4.7. Da assistência técnica, garantia das peças, materiais e dos serviços:
- 4.7.1. O prazo de garantia dos produtos e serviços será o estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), além das seguintes disposições:
- 4.7.1.1. Todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva devem apresentar garantia mínima de três meses, contados da efetiva prestação dos serviços;
- 4.7.1.2. Para os serviços de balanceamento de rodas, alinhamento e geometria, de 3 (três) meses ou 5.000 (cinco mil) quilômetros, sendo que, neste caso, a garantia e a assistência técnica se estenderá ao que terminar por último. Para os serviços de lanternagem e pintura, a contar da efetiva prestação dos serviços, não poderá ser inferior a 6 (seis) meses. Para as peças, componentes e acessórios, a partir da data da efetiva instalação no veículo, não poderá ser inferior a 3 (três) meses.
- 4.8. Critérios para execução do serviço:
- 4.8.1. Os serviços serão solicitados por meio de ordem de serviço. A dinâmica de execução será a cada necessidade de serviço, o gestor da frota responsável solicitará, por meio do sistema informatizado de gestão, orçamentos à contratada, que deverá ser por esta preparado, de forma detalhada, abrangendo código, nome/descrição, marca e quantidade de peças, número de horas e descrição dos serviços a serem executados, tempo padrão para realização do serviço, valor da hora e a garantia das peças e serviços.
- 4.8.2. O procedimento para reparo de um veículo seguirá a seguinte sistemática, que configura o gerenciamento compartilhado de manutenção de frota:
- 4.8.2.1. Identificada a necessidade de execução do serviço, o gestor enviará o veículo à empresa credenciada pela contratada a validação do serviço inclusive para pagamento deverá ser executada mediante a cartão magnético com senha, ou emissão de ordem de serviço no sistema ou outro instrumento similar.
- 4.8.2.2. A credenciada pela contratada deverá disponibilizar local adequado para inspeção prévia de todas as peças a serem substituídas nos veículos da contratante, fornecendo relação de tais peças e seus respectivos códigos, que serão verificados pelo gestor da contratante.
- 4.8.2.3. As peças e suas quantidades, bem como o número de horas/serviços a serem executados, deverão corresponder ao efetivamente necessário para a realização da manutenção do veículo, devendo as credenciadas pela contratada abster-se de propor peças, serviços e horas em desacordo com o realmente empregado em cada caso concreto, conforme o que prevê o fabricante do veículo.
- 4.8.2.4. O credenciado da contratada terá um prazo de até 2 (dois) dias úteis para apresentar o primeiro orçamento, para os devidos reparos. Não tendo condições de apresentar o orçamento no prazo de 2 (dois) dias úteis, o credenciado deverá apresentar as justificativas à contratada, informando por escrito um novo prazo, que, em nenhuma hipótese, deverá ser superior a 72 (setenta e duas) horas.
- 4.8.2.5. A contratada deverá, então, efetuar pelo menos outras 2 (duas) cotações, fazer as pesquisas de conformidade contratual de preço de peças/materiais/acessórios, de hora de mão de obra e de tempo padrão, buscando o menor preço e as melhores condições para execução do orçamento proposto. Quando não existir comparativo no sistema oferecido, a consulta, local ou regional (no município/cidade ou, no máximo, no estado onde se localiza o estabelecimento que apresentou o orçamento) de cada um dos itens do orçamento na concessionária do fabricante do veículo, deverá ser apresentada ao fiscal responsável pela aprovação, seja por e-mail ou inserindo como anexo em seu próprio sistema, que deverá conter os dados da concessionária consultada.
- 4.8.2.6. As pesquisas de preços de peças, mão de obra e tempo para execução de serviços são de responsabilidade da contratada. Sendo que devem ser listados item por item de cada orçamento. Não poderá haver ônus adicional por essa contraprestação de pesquisa.
- 4.8.2.7. Os outros dois orçamentos poderão ser dispensados, quando tratar-se de peças e/ou serviços cujo sistema já tenha registro de comparativo de todas as peças e serviços necessários. Somente servirá de comparativo aquele preço obtido no município/cidade ou, no máximo, no estado onde se localiza o estabelecimento que apresentou o orçamento. A contratada apresentará os orçamentos e as pesquisas ao gestor responsável pelo veículo a ser reparado.
- 4.8.2.8. Nos orçamentos apresentados pela contratada, deverão constar também as seguintes informações: data de emissão, marca/modelo e ano do veículo, placa do veículo, hodômetro do veículo no momento do orçamento e campo "observações" para inclusão de informações de caráter relevante para o gestor do contrato, sendo de exclusiva responsabilidade da contratada os prejuízos advindos da omissão.
- 4.8.2.9. Os percentuais de desconto contratados para serviços e peças deverão constar no orçamento antes da aprovação pelo gestor responsável, e sempre que não forem alcançados tais descontos por não concessão por parte do credenciado, ou outro fator, independentemente de o orçamento ter sido aprovado, pelo gestor, sem os descontos devidos.
- 4.8.2.10. Os orçamentos apresentados pelas credenciadas da contratada terão validade mínima de 60 (sessenta) dias, período durante o qual não poderá alterar os preços das peças e serviços orçados, independentemente de flutuações do mercado e da data em que a contratante autorizar a execução dos serviços.
- 4.8.2.11. O gestor responsável pelo veículo a ser reparado deverá verificar a conformidade dos valores apresentados, utilizando os sistemas fornecidos pela contratada, quando for o caso, bem como poderá realizar pesquisa de preço se assim julgar necessário.
- 4.8.2.12. Sempre que algum valor de peça ou mão de obra não constar nas tabelas on-line fornecidas, a contratada deverá comprovar a pesquisa de preço no mercado local e/ou regional (no município/cidade ou, no máximo, no estado onde se localiza o estabelecimento que apresentou o orçamento), registrando todos os dados da consulta, que poderá ser feita às tabelas de preços fornecidas pelos fabricantes, nos sítios eletrônicos disponíveis para consulta, na própria loja de venda de peças ou ainda via telefone, e-mail, ofício ou pessoalmente, desde que conste registrada a forma utilizada, devendo, para isso, inserir anotações no corpo do próprio orçamento apresentado ou encaminhar esses dados para o gestor responsável.
- 4.8.2.13. A pesquisa apresentada precisa referir-se exatamente à marca/modelo do veículo no qual está sendo executado o serviço, e local ou regional, ou seja, somente servirá de comparativo aquele preço obtido no município/cidade ou, no máximo, no estado onde se localiza o estabelecimento que apresentou o orçamento. A pesquisa também deverá ser clara no quesito do tipo de peça e marca. Para peças exclusivas, onde não haja parâmetros para comparação em razão da existência de um único fornecedor, dever-se-á registrar essa informação, que servirá, por meio da apresentação de notas fiscais ou documentos que comprovem fornecimento anterior, como justificativa para a ausência de comparativos de mercado.
- 4.8.2.14. O gestor autorizará a execução de serviço por meio do próprio sistema informatizado disponibilizado pela contratada.
- 4.8.2.15. O gestor poderá recusar os orçamentos, pedir sua revisão, inclusão de itens ou aceitá-los parcialmente, comprometendo-se a contratada, e sua rede credenciada, a executar ou fornecer o que for aprovado em todo ou em parte, tendo a contratada o prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da rejeição, para incluir, refazer ou corrigir os serviços não aceitos.
- 4.8.2.16. O estabelecimento credenciado que oferecer o menor orçamento executará os serviços e fornecerá peças, devidamente autorizado pela contratante.
- 4.8.2.17. O tempo de execução das manutenções será de até 1 (um) dia útil a partir da aprovação, nos casos de serviços corriqueiros, podendo atingir, para demais serviços, até 5 (cinco) dias úteis, apresentada justificativa. Casos específicos deverão ser analisados de acordo com o problema apresentado.
- 4.8.2.18. O gestor deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços e o fornecimento das peças objeto da contratação, podendo sustar, recusar, mandar fazer, refazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas, bem como receber as peças substituídas.
- 4.8.2.19. É prerrogativa do gestor rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o presente Termo de Referência e seus anexos. O gestor poderá ainda solicitar a substituição do serviço executado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação da empresa.
- 4.8.2.20. O gestor poderá solicitar à contratada quaisquer outras informações que julgar necessárias, relativas ao contrato em espécie, as quais deverão ser prestadas no máximo em 24 (vinte e quatro) horas, a partir da demanda do gestor do contrato;
- 4.8.2.21. A contratada deve responder às demandas da contratante em 24 (vinte e quatro) horas quando questionada informalmente pelo fiscal do contrato por e-mail, telefone, etc. E em no máximo 5 (cinco) dias úteis quando questionado por ofício.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS, ACOMPANHADA DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, CONSIDERANDO A INTERDEPENDÊNCIA COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA.

5.1. Por ser difícil quantificar o que será necessário realizar em cada veículo em relação as manutenções em especial as corretivas tomamos por base apenas aquelas ocorridas para que cada veículo já necessita atualmente para rodar em segurança. Lembrando que a frota própria da DPRJ é antiga, ou seja, demanda mais manutenção. A estimativa visa também o atendimento às demandas imprevisíveis, na medida do possível.

5.2. A quantificação do objeto da contratação pretendida consiste na identificação dos veículos da frota própria e frota terceirizada e que serão contemplados com a prestação do serviço de lavagem. As quantidades estimadas para o serviço de lavagem foram definidas de modo a considerar um uso racional e enxuto guardando proporcionalidade ao que é realizado atualmente, ou seja, a racionalização dos recursos.

| TABELA 1 - QUANTIDADES ESTIMADAS DE SERVIÇO DE LAVAGEM PARA A FROTA PRÓPRIA | | | | | | | | | |
|---|------------------|----------------|------------|-----------------|----------------------------|---------------------------|------------------------------|-----------------------------|---|
| Seq. | Fabricante | Tipo | Modelo | Qtd de Veículos | Lavagem Básica Qtd. Mensal | Lavagem Básica Qtd. Anual | Lavagem Completa Qtd. Mensal | Lavagem Completa Qtd. Anual | Total Geral Estimado de Lavagem Anual (Básica + Completa) |
| 1 | FORD | CAMINHÃO | CARGO 1119 | 2 | 0 | 2 | 0 | 2 | 4 |
| 2 | MERCEDES BENZ | VAN PASSAGEIRO | SPRINTER | 1 | 0 | 2 | 0 | 1 | 3 |
| 3 | AGRALE/MARCOPOLO | MICRO-ÔNIBUS | VOLARE | 1 | 0 | 2 | 0 | 1 | 3 |
| 4 | FIAT | VAN | DUCATO | 2 | 0 | 2 | 0 | 2 | 4 |
| 5 | VW/MASCARELLO | MICRO-ÔNIBUS | GRAN MICRO | 2 | 0 | 2 | 0 | 2 | 4 |
| 6 | VOLVO/COMIL | ÔNIBUS | CAMPIONE | 2 | 0 | 4 | 0 | 4 | 8 |
| TOTAIS | | | | 10 | 0 | 14 | 0 | 12 | 26 |

| TABELA 2 - QUANTIDADES ESTIMADAS DE SERVIÇO DE LAVAGEM PARA A FROTA LOCADA | | | | | | | | | |
|--|------------|------|--------|------|----------------|----------------|------------------|------------------|---|
| Seq. | Fabricante | Tipo | Modelo | Qtd. | Lavagem Básica | Lavagem Básica | Lavagem Completa | Lavagem Completa | Total Geral Estimado de Lavagem Anual (Básica + Completa) |

| | | | | de Veículos | Qtd. Mensal | Qtd. Anual | Qtd. Mensal | Qtd. Anual | |
|--------|-----------|------------|---------------------|-------------|-------------|-----------------|-------------|------------|-----|
| 1 | CHEVROLET | PASSEIO | ONIX SEDAN | 30 | 30 | (30x12) = 360 | 0 | 30 | 390 |
| 2 | CHEVROLET | PASSEIO | SPIN | 16 | 16 | (16x12) = 192 | 0 | 16 | 208 |
| 3 | RENAULT | CARGA | MASTER (carga) | 1 | 0 | 2 | 0 | 1 | 3 |
| 4 | RENAULT | PASSAGEIRO | MASTER (passageiro) | 3 | 3 | (3x12) = 36 | 0 | 6 | 42 |
| 5 | PEUGEOT | CARGA | EXPERT | 2 | 2 | (2 x 12) = 24 | 0 | 2 | 26 |
| 6 | TOYOTA | PICK UP | HILUX | 2 | 2 | (2 x 12) = 24 | 0 | 2 | 26 |
| 7 | TOYOTA | PASSEIO | COROLLA | 5 | 15 | (15 x 12) = 180 | 0 | 5 | 185 |
| 8 | IVECO | CAMINHÃO | DAILY 65-180 | 2 | 2 | (2 x 12) = 24 | 0 | 2 | 26 |
| TOTAIS | | | | 61 | | 842 | | 64 | 906 |

| TABELA 3 - QUANTIDADES ESTIMADAS DE SERVIÇO DE LAVAGEM PARA A FROTA PRÓPRIA + FROTA LOCADA | | |
|--|------------------|------------------|
| TOTAIS | Lavagem Básica | Lavagem Completa |
| | (14 + 842) = 856 | (12 + 64) = 76 |
| (856 + 76) = 932 | | |

5.3. As quantidades estimadas para o serviço de manutenção foi baseada em registro histórico, verificado nos últimos três exercícios tendo como base a plataforma de gerenciamento atual.

| MEMÓRIA DE CÁLCULO/REGISTRO HISTÓRICO - QUANTITATIVO DE MANUTENÇÕES REALIZADAS | | | | | | | | |
|--|------------|------|----------|------------|------|-----------|------------|------|
| Placa | Quantidade | Ano | Placa | Quantidade | Ano | Placa | Quantidade | Ano |
| LMJ7087 | 10 | 2022 | RY1A65 | 2 | 2023 | LMT4H35 | 45 | 2024 |
| LP9418 | 31 | | LRN7546 | 110 | | LMJ7087 | 51 | |
| LMQ-6169 | 5 | | LMT-4H35 | 68 | | RY1A65 | 2 | |
| LRN7546 | 26 | | LMT4H35 | 13 | | KOW6241 | 79 | |
| LMJ7087 | 1 | | LMQ6169 | 7 | | LMT4H35 | 36 | |
| LP9418 | 68 | | LMT4H35 | 17 | | LMJ7087 | 42 | |
| LMJ7087 | 10 | | LMJ7087 | 17 | | RY1A65 | 1 | |
| LRN7546 | 20 | | LRN7546 | 5 | | LMAI-7087 | 45 | |
| LMJ7087 | 47 | | LMJ7087 | 1 | | LMT4H35 | 1 | |
| LP9418 | 3 | | RY1A65 | 68 | | RY1A65 | 3 | |
| LMJ7087 | 1160 | | RY1A65 | 65 | | LRN7546 | 133 | |
| LMJ7087 | 195 | | LRN7546 | 1 | | RY1A65 | 3 | |
| LMJ7087 | 209 | | LRN7546 | 32 | | LRN7546 | 42 | |
| RY1A65 | 33 | | LMQ6169 | 11 | | LMT4H35 | 60 | |
| | | | | | | LMQ6169 | 4 | |
| | | | | | | LMJ7087 | 30 | |
| | | | | | | LMT4H35 | 100 | |
| | | | | | | LMQ6169 | 8 | |
| | | | | | | LMJ7087 | 28 | |
| | | | | | | LMJ7087 | 8 | |
| | | | | | | LMQ6169 | 30 | |
| | | | | | | LMT4H35 | 100 | |
| | | | | | | LMJ7087 | 1 | |
| | | | | | | RKO2H27 | 27 | |
| | | | | | | RY1A65 | 33 | |
| | | | | | | LMJ7087 | 5 | |
| | | | | | | LMT4H35 | 106 | |
| TOTAL | 1.818 | | TOTAL | 417 | | TOTAL | 1.023 | |

Fonte: Sistema de Gerenciamento Trivale - PROCESSO E-20/001.003817/2019 Contrato 42/2020

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

- 6.1. O valor estimado para esta contratação será previamente definido pelo Núcleo de Pesquisa de Mercado e Cotação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, após a realização da pesquisa de preços.
- 6.2. Entretanto, visando a robustecer o presente estudo, ressaltamos que a estimativa realizada lastreou-se no consumo dos últimos 3 (três) anos, por força do contrato firmado entre DPRJ e TRIVALE, oportunamente colacionado ao presente abaixo:

| SERVIÇO DE LAVAGEM - FROTA PRÓPRIA - VALORES ESTIMADOS | | | | | | | | | | | |
|--|------------------|----------------|------------|-----------------|--------------------------|---|----------------------------------|----------------------------|---|------------------------------------|---------------------------------|
| Seq. | Fabricante | Tipo | Modelo | Qtd de Veículos | Lavagem Básica Qtd Anual | Lavagem Básica Preço Médio Estimado Unit. | Total Lavagem Básica Valor Anual | Lavagem Completa Qtd Anual | Lavagem Completa Preço Médio Estimado Unit. | Total Lavagem Completa Valor Anual | Total Anual estimado do serviço |
| 1 | FORD | CAMINHÃO | CARGO 1119 | 2 | 2 | R\$ 195,71 | R\$ 391,42 | 2 | R\$ 258,07 | 516,14 | R\$ 907,56 |
| 2 | MERCEDES BENZ | VAN PASSAGEIRO | SPRINTER | 1 | 2 | R\$ 109,93 | R\$ 319,86 | 1 | R\$ 153,18 | 153,18 | R\$ 373,04 |
| 3 | AGRALE/MARCOPOLO | MICRO-ÔNIBUS | VOLARE | 1 | 2 | R\$ 131,91 | R\$ 263,82 | 1 | R\$ 231,66 | 231,66 | R\$ 495,48 |
| 4 | FIAT | VAN | DUCATO | 2 | 2 | R\$ 109,93 | R\$ 219,82 | 2 | R\$ 153,18 | 306,36 | R\$ 526,22 |
| 5 | VW/MASCARELLO | MICRO-ÔNIBUS | GRAN MICRO | 2 | 2 | R\$ 131,91 | R\$ 263,82 | 2 | R\$ 211,61 | 423,22 | R\$ 687,04 |
| 6 | VOLVO/COMIL | ÔNIBUS | CAMPIONE | 2 | 4 | R\$ 189,91 | R\$ 759,64 | 4 | R\$ 254,61 | 1.018,44 | R\$ 1.778,08 |
| Total | | | | 10 | 14 | R\$ 869,30 | R\$ 2.118,39 | 12 | R\$ 1.262,31 | R\$ 2.649,00 | R\$ 4.767,42 |

| SERVIÇO DE LAVAGEM - FROTA LOCADA - VALORES ESTIMADOS | | | | | | | | | | | |
|---|------------|------------|--------------|-----------------|--------------------------|---|----------------------------------|----------------------------|---|------------------------------------|---------------------------------|
| Seq. | Fabricante | Tipo | Modelo | Qtd de Veículos | Lavagem Básica Qtd Anual | Lavagem Básica Preço Médio Estimado Unit. | Total Lavagem Básica Valor Anual | Lavagem Completa Qtd Anual | Lavagem Completa Preço Médio Estimado Unit. | Total Lavagem Completa Valor Anual | Total Anual estimado do serviço |
| 1 | CHEVROLET | PASSEIO | ONIX SEDAN | 30 | 360 | R\$ 65,67 | R\$ 23.641,20 | 30 | R\$ 112,25 | R\$ 3.367,50 | R\$ 27.008,70 |
| 2 | CHEVROLET | PASSEIO | SPIN | 16 | 192 | R\$ 65,67 | R\$ 12.608,64 | 16 | R\$ 112,25 | R\$ 1.796,00 | R\$ 14.404,64 |
| 3 | RENAULT | CARGA | MASTER | 1 | 2 | R\$ 88,92 | R\$ 177,84 | 1 | R\$ 153,18 | R\$ 153,18 | R\$ 331,02 |
| 4 | RENAULT | PASSAGEIRO | MASTER | 3 | 36 | R\$ 88,92 | R\$ 3.201,12 | 6 | R\$ 153,18 | R\$ 919,08 | R\$ 4.120,20 |
| 5 | PEUGEOT | CARGA | EXPERT | 2 | 24 | R\$ 88,92 | R\$ 2.134,08 | 2 | R\$ 153,18 | R\$ 306,36 | R\$ 2.440,44 |
| 6 | TOYOTA | PICK UP | HILUX | 2 | 24 | R\$ 97,95 | R\$ 2.350,80 | 2 | R\$ 140,7 | R\$ 281,40 | R\$ 2.632,20 |
| 7 | TOYOTA | PASSEIO | COROLLA | 5 | 180 | R\$ 65,67 | R\$ 11.820,60 | 5 | R\$ 112,25 | R\$ 561,25 | R\$ 12.381,85 |
| 8 | IVECO | CAMINHÃO | DAILY 65-180 | 2 | 24 | R\$ 195,17 | R\$ 4.684,08 | 2 | R\$ 227,40 | R\$ 454,80 | R\$ 5138,88 |
| Total | | | | 61 | 842 | R\$ 756,00 | R\$ 60.618,36 | 64 | R\$ 1.164,39 | R\$ 7.839,57 | R\$ 68.457,90 |

| PESQUISA DE MERCADO - FROTA PRÓPRIA | | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|------------|---|---|---|---|---|--|-----------------|---|---------------------|---|---|---|---|-----------------|
| Tipo de Veículo | Modelo | LAVAGEM BÁSICA | | | | | | | | LAVAGEM COMPLETA | | | | | |
| | | Prefeitura Municipal de Sumidouro PE 003/25 | Prefeitura Municipal de Contenda PE nº 182/2023 | Prefeitura Municipal de Bandeirante PP nº 01/2025 | Prefeitura Municipal Santa Barbara do Monte Verde PP nº 83/2025 | Prefeitura Municipal de Nova Esperança PE 21/2024 | Prefeitura Municipal de Vargem Grande PE 12/2025 | Preço Médio R\$ | Prefeitura Municipal de Sumidouro PE 003/25 | https://pncp.gov.br | Prefeitura Municipal de Faxinal do Guedes PE nº 86/2024 | Prefeitura Municipal de Santa Maria do Suaçuí PA nº 001/2024 IN nº 001/2024 | Prefeitura Municipal de Contenda PE nº 182/2023 | Prefeitura Municipal de Nova Esperança PE 21/2024 | Preço Médio R\$ |
| CAMINHÃO - BAÚ | CARGO 1119 | * | R\$ 242,50 | * | R\$ 184,50 | R\$ 160,13 | * | R\$ 195,71 | * | R\$ 207,53 | * | R\$ 266,67 | R\$ 300,00 | * | R\$ 258,07 |
| VAN PASSAGEIRO | SPRINTER | R\$ 155,00 | R\$ 87,50 | * | R\$ 114,00 | R\$ 83,20 | * | R\$ 109,93 | R\$ 197,50 | R\$ 146,05 | * | * | R\$ 116,00 | * | R\$ 153,18 |
| MICRO-ÔNIBUS | VOLARE | * | * | R\$ 112,50 | * | R\$ 124,11 | R\$ 159,14 | R\$ 131,91 | * | * | R\$ 184,97 | * | R\$ 300,00 | R\$ 210,00 | R\$ 231,66 |

| PESQUISA DE MERCADO - FROTA PRÓPRIA | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|------------|------------|-----------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|---|------------|------------|
| VAN | DUCATO | R\$ 155,00 | R\$ 87,50 | * | R\$ 114,00 | R\$ 83,20 | * | R\$ 109,93 | R\$ 197,50 | R\$ 146,05 | * | * | R\$ 116,00 | R\$ 153,18 |
| MICRO-ÔNIBUS | GRAN MICRO | * | * | R\$ 112,50 | * | R\$ 124,11 | R\$ 159,14 | R\$ 131,91 | * | * | R\$ 184,97 | * | R\$ 239,86 | R\$ 211,61 |
| ÔNIBUS | CAMPIONE | * | * | * | R\$ 153,29 | R\$ 160,13 | R\$ 256,33 | R\$ 189,91 | * | R\$ 233,84 | R\$ 230,00 | * | R\$ 300,00 | R\$ 254,61 |

| PESQUISA DE MERCADO - FROTA LOCADA | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|------------------------------------|--------------------|---|---|---|--|---|--|---|---|-----------------|---|---|--|--|---|---|---------------------|-----------------|
| Tipo de Veículo | Modelo | LAVAGEM BÁSICA | | | | | | | | | LAVAGEM COMPLETA | | | | | | | |
| | | Prefeitura Municipal de Sumidouro PE 003/25 | Prefeitura Municipal de Mariópolis PE nº 7/2025 | Prefeitura Municipal Santa Barbara do Monte Verde PP nº 83/2025 | Prefeitura Municipal de São João Oriente PE06/2025 | Prefeitura Municipal de Nova Esperança PE 21/2024 | Prefeitura Municipal de Vargem Grande PE 12/2025 | Prefeitura Municipal de Contenda PE nº 182/2023 | Prefeitura Municipal de Faxinal do Guedes PE nº 86/2024 | Preço Médio R\$ | Prefeitura Municipal de Sumidouro PE 003/25 | Prefeitura Municipal de Contenda PE nº 182/2023 | Prefeitura Municipal de Livramento de Nossa Senhora PE 09/2025 | Prefeitura Municipal de Vargem Grande PE 12/2025 | Prefeitura Municipal de Nova Esperança PE 21/2024 | Prefeitura Municipal de Galiléia PE 05/2025 | https://pnpc.gov.br | Preço Médio R\$ |
| PASSEIO | ONIX SEDAN | R\$ 67,00 | R\$ 70,00 | * | * | * | * | R\$ 60,00 | * | R\$ 65,67 | R\$ 104,00 | * | * | R\$ 99,67 | R\$ 133,08 | * | * | R\$ 112,25 |
| PASSEIO | CHEVROLET SPIN | R\$ 67,00 | R\$ 70,00 | * | * | * | * | R\$ 60,00 | * | R\$ 65,67 | R\$ 104,00 | * | * | R\$ 99,67 | R\$ 133,08 | * | * | R\$ 112,25 |
| VAN CARGA | RENAULT MASTER | R\$ 99,00 | * | * | * | * | * | R\$ 87,50 | R\$ 80,25 | R\$ 88,92 | R\$ 197,50 | R\$ 116,00 | * | * | * | * | R\$ 146,05 | R\$ 153,18 |
| VAN PASSAGEIRO | RENAULT MASTER | R\$ 99,00 | * | * | * | * | * | R\$ 87,50 | R\$ 80,25 | R\$ 88,92 | R\$ 197,50 | R\$ 116,00 | * | * | * | * | R\$ 146,05 | R\$ 153,18 |
| VAN CARGA | PEUGEOT EXPERT | R\$ 99,00 | * | * | * | * | * | R\$ 87,50 | R\$ 80,25 | R\$ 88,92 | R\$ 197,50 | R\$ 116,00 | * | * | * | * | R\$ 146,05 | R\$ 153,18 |
| PICK UP | TOYOTA HILUX | R\$ 88,80 | * | * | R\$105,39 | * | R\$ 99,67 | * | * | R\$ 97,95 | R\$ 187,21 | * | R\$ 111,20 | * | * | R\$ 123,91 | * | R\$ 140,77 |
| PASSEIO | TOYOTA COROLLA | R\$ 67,00 | R\$ 70,00 | * | * | * | * | R\$ 60,00 | * | R\$ 65,67 | R\$ 104,00 | * | * | R\$ 99,67 | R\$ 133,08 | * | * | R\$ 112,25 |
| CAMINHÃO | IVECO DAILY 65-180 | * | * | R\$ 184,50 | * | R\$ 160,13 | * | R\$ 242,50 | * | R\$ 195,17 | * | R\$ 300,00 | * | R\$ 174,67 | * | * | R\$ 207,53 | R\$ 227,40 |

6.3. Histórico de manutenção mão de obra + peças:

| REGISTRO HISTÓRICO - VALORES GASTOS POR PERÍODO | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|------------|-----------|------|--|----------|------------|-----------|------|--|----------|------------|-----------|------|-----|----------|
| Placa | Quantidade | Valor R\$ | Ano | | Placa | Quantidade | Valor R\$ | Ano | | Placa | Quantidade | Valor R\$ | Ano | | |
| LMJ7087 | 10 | 4.227,20 | 2022 | | RIY1A65 | 2 | 3.038,00 | 2023 | | LMT4H35 | 45 | 3.729,00 | 2024 | | |
| LPR9418 | 31 | 2.574,90 | | | LRN7546 | 110 | 7.297,20 | | | LMJ7087 | 51 | 2.709,00 | | | |
| LMQ-6J69 | 5 | 3.014,00 | | | LMT-4H35 | 68 | 2.700,00 | | | RIY1A65 | 2 | 1.022,00 | | | |
| LRN7546 | 26 | 1.121,00 | | | LMT4H35 | 13 | 9.244,00 | | | KOW6241 | 79 | 9.050,00 | | | |
| LMJ7087 | 1 | 750,00 | | | LMQ6J69 | 7 | 5.573,00 | | | LMT4H35 | 36 | 1.450,00 | | | |
| LPR9418 | 68 | 2.140,00 | | | LMT4H35 | 17 | 1.429,00 | | | LMJ7087 | 42 | 1.662,00 | | | |
| LMJ7087 | 10 | 4.735,60 | | | LMJ7087 | 17 | 1.429,00 | | | RIY1A65 | 1 | 310,00 | | | |
| LRN7546 | 20 | 967,00 | | | LRN7546 | 5 | 2.869,00 | | | LMJ-7087 | 45 | 2.737,00 | | | |
| LMJ7087 | 47 | 1.888,00 | | | LMJ7087 | 1 | 852,00 | | | LMT4H35 | 1 | 798,00 | | | |
| LPR9418 | 3 | 184,00 | | | RIY1A65 | 68 | 2.720,00 | | | RIY1A65 | 3 | 244,00 | | | |
| LMJ7087 | 1160 | 8.480,00 | | | RIY1A65 | 65 | 2.697,00 | | | LRN7546 | 133 | 5.280,00 | | | |
| LMJ7087 | 195 | 10.121,60 | | | LRN7546 | 1 | 766,50 | | | RIY1A65 | 3 | 962,00 | | | |
| LMJ7087 | 209 | 15.418,00 | | | LRN7546 | 32 | 1.317,80 | | | LRN7546 | 42 | 8.664,00 | | | |
| RIY1A65 | 33 | 2.755,80 | | | LMQ6J69 | 11 | 1.089,60 | | | LMT4H35 | 60 | 6.000,00 | | | |
| | | | | | | | | | | | | LMQ6J69 | | 4 | 380,00 |
| | | | | | | | | | | | | LMJ7087 | | 30 | 1.208,00 |
| | | | | | | | | | | | | LMT4H35 | | 100 | 6.000,00 |
| | | | | | | | | | | | | LMQ6J69 | | 8 | 1.940,00 |
| | | | | | | | | | | | | LMJ7087 | | 28 | 1.746,60 |
| | | | | | | | | | | | | LMJ7087 | | 8 | 776,00 |
| | | | | | | | | | | | | LMQ6J69 | | 30 | 4.376,00 |
| | | | | | | | | | | | | LMT4H35 | | 100 | 6.000,00 |
| | | | | | | | | | | | | LMJ7087 | | 1 | 879,0 |
| | | | | | | | | | | | | RK02H27 | | 27 | 2.011,85 |
| | | | | | | | | | | | | RIY1A65 | | 33 | 3.654,96 |
| | | | | | | | | | | | | LMJ7087 | | 5 | 210,00 |
| | | | | | | | | | | | | LMT4H35 | | 106 | 9.546,3 |
| TOTAL | 1.818 | 58.377,10 | | | TOTAL | 417 | 43.022,10 | | | TOTAL | 1.023 | 83.345,71 | | | |

Fonte: Sistema de Gerenciamento Trivale - PROCESSO E-20/001.003817/2019. Contrato 42/2020

| TOTAL GERAL DO PERÍODO | Quantidade | Valor R\$ |
|------------------------|------------|------------|
| | 3.258 | 184.744,91 |

| HISTÓRICO DE CONSUMO DE MÃO DE OBRA + PEÇAS | |
|---|---|
| Ano | Valores R\$ |
| 2022 | 58.377,10 |
| 2023 | 43.022,10 |
| 2024 | 83.345,711 |
| Total | 184.744,91 |
| Fonte: Sistema de Gerenciamento Trivale - PROCESSO E-20/001.003817/2019. Contrato 42/2020 | |
| CONSUMO PREVISTO DE MÃO DE OBRA + PEÇAS | |
| 2025/2026 | 150.000,00 (Valor estimado pelo aumento da frota) |

| CONSUMO PREVISTO MANUTENÇÃO + LAVAGEM | |
|---|---|
| Ano | Valor Total Estimado |
| 2025/6 | (150.000,00) + (4.767,42) + (68.457,90) = R\$ 223.225,32 |
| Percentual do IPCA acumulado 12 últimos meses Fonte IBGE em 27/06/2025 | 5,53% |
| 2025/2026 | Valor com acréscimo acumulado do IPCA nos últimos 12 meses R\$ 235.569,68 |

| ITENS | Descrição do Serviço | CATSER | Valor R\$ |
|--------|--|--------|------------|
| ITEM 1 | Mão de Obra e Peças para Manutenção Veicular | 25216 | 158.295,00 |

| | | | |
|---|---------------------------------|-------|---|
| ITEM 2 | Lavagem e Higienização Veicular | 13544 | 77.274,68 |
| Valor Total Anual Estimado de Referência | | | 235.569,68 |
| Valor Total Estimado de Referência para a Contratação (36 meses) | | | 706.709,04 |
| Valor Total Estimado de referência por extenso: | | | Setecentos e seis mil setecentos e nove reais e quatro centavos |

7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO;

- 7.1. Para esta licitação, os itens “Mão de Obra e Peças para Manutenção Veicular” e “Lavagem e Higienização Veicular” foram divididos em 2 (dois) itens, eis que a contratação pretendida comporta parcelamento, visto que o objeto possui natureza divisível. A separação do serviço de manutenção veicular do serviço da lavagem e higienização veicular é absolutamente viável no âmbito técnico e poderá culminar com o recebimento de propostas mais vantajosas.
- 7.2. O parcelamento da solução visa a ampliar a competitividade e a economicidade e a eficiência na Administração Pública.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES;

- 8.1. Processo do contrato atual E-20/001.0038187/2019, com vigência até o dia **01.12.2026**.

9. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA DPRJ;

- 9.1. Processo do contrato atual: E-20/001.0038187/2019, que tem o contrato n. 042/2020 possui o 5º aditivo em vigor.
- 9.2. Uma nova contratação justifica-se pois o serviço de manutenção é um serviço imprescindível a garantia da segurança do transporte dos usuários, contínuo, e, ainda, por não haver mais possibilidade de prorrogação, vez que o contrato atual, regido pelas normas da lei 8.666/93, considerando a atual prorrogação, em 01.12.2025 atingirá o limite máximo de tempo de prorrogação permitido pela referida lei, que em que pese a revogação, opera efeitos jurídicos sob os contratos firmados sob sua égide, especialmente a vinculação ao aspecto temporal ali estabelecido.
- 9.3. O objeto da contratação está previsto na LOA 2024/2025 e no Plano de Contratação Anual consubstanciado no processo SEI - E-20/001.004545/2025 para o exercício de 2026.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS, EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS;

- 10.1. Busca-se ofertar um maior nível de segurança aos usuários de Transporte da Defensoria Pública pela da valorização da manutenção preventiva e corretiva, por meio de uma ampla rede credenciada de oficinas disponíveis para a solução de todos os problemas que surgirem de forma abrupta, minorando, ainda, a possibilidade de falhas e panes por falta de manutenção preventiva adequada, com mão de obra qualificada e especializada e técnica adequada.
- 10.2. Em relação ao contrato atual, vale ressaltar que a ampliação do objeto, com a possibilidade de lavagem dos veículos da frota, é considerada estratégica, em face da profissionalização a que a lavagem será erigida, se comparada à atualmente realizada, com mecanismos e instrumentos mais rudimentares. É também fundamental para garantia da higienização adequada dos veículos da frota, que também é uma relevante vertente da manutenção preventiva e fator de melhora na experiência dos usuários na utilização do serviço de Transporte da Defensoria Pública do Rio de Janeiro.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

- 11.1. Não foram encontradas restrições internas de caráter técnico, operacional, regulamentar, financeiro e orçamentário que possam dificultar a implementação da solução visto que já é um modelo adotado pela DPRJ.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL;

- 12.1. Em face do impacto ambiental que alguns procedimentos realizados durante a execução do contrato possam causar, salienta-se a necessidade de que a empresa contratada deverá gerenciar e supervisionar as empresas que integram a sua rede credenciada para que atendam, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental. Destacam-se as recomendações contidas na Resolução CONAMA Nº 362, de 23 de junho de 2005; da Resolução CONAMA Nº 416, de 30 de setembro de 2009, bem como da Resolução CONAMA Nº 340, de 25 de setembro de 2003, as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos e, ainda, na Resolução DPGERJ nº 1249 de 05 de março de 2024 para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento dos impactos ambientais específicos.
- 12.2. Em razão do automóvel ser um dos produtos que polui o meio ambiente, seja durante o seu desenvolvimento, seja durante sua utilização, seja quanto à sua reparação, é de grande importância a observação que as oficinas e centros de reparação possuam processos ambientalmente sustentáveis e contem com procedimentos de descarte e reparos adequados, que visem a estimular e estabelecer procedimentos de descarte, reparos adequados e soluções eficientes que causem menos impactos na natureza. O prestador do serviço final deverá atender aos seguintes procedimentos durante a prestação dos serviços:
- 12.2.1. Alocar os resíduos passíveis de reciclagem nos contêineres próprios destinados à Coleta Seletiva Solidária.
- 12.2.2. Para serviços de funilaria, o fornecedor deverá desenvolver um processo de descarte correto de peças plásticas, metálicas e de vidro, encaminhando para empresas de reciclagem.
- 12.2.3. Para os serviços de pintura, o fornecedor deverá desenvolver processo de reciclagem do solvente utilizado para lavagem de pistolas de pintura ou peças, quando do seu descarte correto. Da mesma forma, para os materiais contaminados, como embalagens de tinta, papel de mascaramento e estopa.
- 12.2.4. Possuir cabine de pintura com sistema de filtragem, com substituição do filtro de acordo com as especificações do fabricante, além de pistola com tecnologia para economia de tinta como pintura à base de água por ser menos nociva.
- 12.2.5. Propiciar o recolhimento do óleo lubrificante acabado à destinação de reciclagem por meio de processo de refino, de modo que não afete negativamente o meio ambiente e propicie a máxima recuperação dos constituintes nele contidos, nos termos das Resoluções CONAMA Nº 362, de 23 de junho de 2005 e Nº 450, de 06 de março de 2012.
- 12.2.6. Providenciar a destinação final adequada dos pneumáticos, seja para a reutilização, reforma e reciclagem, tendo em vista que esses constituem passivo ambiental, em observância à Resolução CONAMA Nº 416, de 30 de setembro de 2009, e legislação correlata.
- 12.2.7. Encaminhar as baterias para destinação ambientalmente adequada, de responsabilidade do fabricante ou importador. A destinação ambientalmente adequada é a destinação que minimiza os riscos ao meio ambiente e adota procedimentos técnicos de coleta, recebimento, reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final de acordo com a legislação ambiental vigente. Essa obrigação visa ao atendimento da Resolução CONAMA nº 401 /2008.
- 12.2.8. Potencializar a utilização de água de reuso, e, sempre que possível, estabelecer uma política de redução de consumo de água nos serviços de lavagens.
- 12.2.9. Deverem ser priorizados produtos de limpeza biodegradáveis, preferencialmente com base vegetal, e isentos de substâncias reconhecidamente tóxicas ou nocivas ao meio ambiente e a saúde humana.
- 12.2.10. O fornecedor deverá zelar pela segurança das pessoas e das instalações, pela saúde de seus empregados, bem como capacitar e treinar os seus funcionários para as atividades correlatas à prestação dos serviços e para atendimento adequado e capacitar seus empregados a realizarem práticas de economia de recursos hídricos e de energia elétrica.
- 12.2.11. Em atendimento ao que preconiza o Art. 5º da Resolução DPGERJ nº 1249 de 05 de março de 2024, transcrita abaixo, destaca-se o parágrafo único:

A comprovação e verificação dos critérios inseridos deve ser viabilizada através de certificações, documentos comprobatórios, amostra e laudos técnicos, ou instrumentos similares e as exigências devem ser respaldadas em justificativa fundamentada, ressaltando-se que não podem comprometer a competitividade do certame/seleção e devem ser vistas com cautela, no caso de imposição de custos.

Parágrafo único: Em caso de inexistência de documentos conforme elenco constante no *caput* deste artigo, a DPGE/RJ poderá realizar diligências para verificar a adequação do bem ou serviço aos critérios e práticas de sustentabilidade definidos para atendimento da demanda.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA:

- 13.1. O estudo apresentado demonstra a necessidade da contratação serviço de gerenciamento de manutenção de frota da DPRJ, justificada pelos riscos inerentes à operação e pela busca de minimizar os impactos financeiros e patrimoniais para a instituição.
- 13.2. A descrição detalhada dos requisitos da contratação, o levantamento de mercado, a estimativa de custos e as providências a serem adotadas pela Administração reforçam a adequação da contratação aos objetivos da DPRJ.
- 13.3. A preocupação com a sustentabilidade e a responsabilidade social também se evidencia nas medidas mitigadoras propostas.
- 13.4. Diante do exposto, conclui-se que a contratação do serviço de gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva, além da lavagem da frota da DPRJ é adequada, necessária e vantajosa, atendendo aos princípios da **economicidade, eficiência, legalidade e moralidade** que regem a Administração Pública. A contratação proposta contribuirá para a proteção do patrimônio público, a segurança dos condutores e a continuidade das atividades da instituição, minimizando os riscos e os custos associados à operação da frota.

Responsável:

Nome: Mariana Marcele de Andrade Ferreira

Id. Funcional: 5033811-0



Documento assinado eletronicamente por FLAVIO EDUARDO LETHIER RANGEL, Subdefensor Público Geral de Gestão, em 17/06/2026, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2124689** e o código CRC **5C05A5EB**.